

MICHELLE GOMES LELIS

**AÇÃO SOCIAL EMPRESARIAL: O PROGRAMA TIM ARTEEDUCAÇÃO NA
PERSPECTIVA DE PARTICIPANTES DA OFICINA DANÇA DE RUA E SEUS
FAMILIARES – VIÇOSA/MG.**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa, como
parte das exigências do Programa de Pós-
Graduação em Economia Doméstica, para
obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2007

MICHELLE GOMES LELIS

**AÇÃO SOCIAL EMPRESARIAL: O PROGRAMA TIM ARTE EDUCAÇÃO NA
PERSPECTIVA DE PARTICIPANTES DA OFICINA DANÇA DE RUA E SEUS
FAMILIARES – VIÇOSA/MG.**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa, como
parte das exigências do Programa de Pós-
Graduação em Economia Doméstica, para
obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 10 de maio de 2007.

Profª Simone Caldas Tavares Mafra

Profª Neuza Maria da Silva

Profª Tereza Angélica Bartolomeu

Prof. Marco Aurélio Marques Ferreira

Profª Karla Maria Damiano Teixeira
(Orientadora)

A Deus, pela forte presença em minha vida e por me mostrar o melhor caminho a seguir.

À minha família, presente a cada momento, a cada esforço, a cada queda e a cada ascensão. Pelo dom de saber perdoar, dedicar, compreender nas horas certas e pelo constante incentivo.

Ao meu amor, companheiro, amigo, conselheiro, Paulo Lima Verardo, que esteve ao meu lado durante todo esse percurso, me dando força e acreditando mais no meu potencial do que eu mesma.

Às minhas amigas do coração, pela dedicação incondicional.

A todos aqueles que acreditam no poder da arte e que conseguem senti-la.

"Que o conhecimento acadêmico nos sirva de ferramenta para construir a sociedade mais justa que todos buscamos".

"Esforço total, ganho total."

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me proporcionado a realização deste sonho.

À Universidade Federal de Viçosa (UFV), pela oportunidade de ampliar meus conhecimentos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, professores e funcionários do Departamento de Economia Doméstica, pela colaboração.

À Professora Karla Maria Damiano Teixeira, pela excelente orientação.

À Professora Conselheira Maria das Dores Saraiva de Loreto, pelo carinho, paciência e disponibilidade de sempre.

À Professora Conselheira Lourdes Helena da Silva, pelas sugestões.

Às Professoras Simone Caldas Tavares Mafra, Neuza Maria da Silva e Ana Cláudia Lopes Chequer Saraiva, pelas colaborações na construção do projeto desta dissertação.

Aos Professores Neuza Maria da Silva, Tereza Angélica Bartolomeu e Marco Aurélio Marques Ferreira (DAD), pelas ricas contribuições.

À Professora Maria de Lourdes Mattos Barreto e Valéria Maria Vitarelli de Queiroz, pela amizade e pelo incentivo à minha experiência profissional, o que proporcionou a idealização desta pesquisa.

Às Professoras Rita Márcia Andrade Vaz de Melo e Rozimar Gomes, por me mostrarem quão prazeroso é o ato de ensinar.

Ao Professor Paulo Cecon, por me ensinar que a vida também pode ser comprovada estatisticamente.

Ao Professor José Norberto Muniz, por me ensinar que fazer ciência vai muito além das publicações acadêmicas.

As Professoras Elza Maria Vidigal Guimarães, Maria José Samartini de Queiroz, Ana Lúcia Coutinho Galvão e Maria José Oliveira, pela amizade e por acreditarem sempre no meu potencial.

Às Mestras Júnia Marise Matos Sodré e Luciana Fiel, pelo apoio e por me servirem de exemplo enquanto pessoas, profissionais e pesquisadoras.

Ao idealizador do Programa Tim ArtEducação, Marcelo Andrade, e à coordenadora de dança, Patrícia Lima, pela amizade, confiança e apoio e por acreditarem no potencial desta pesquisa.

Aos funcionários e responsáveis pelo Programa Tim ArtEducação em Viçosa, na pessoa de Virgínia Lúcia Bittencourt Moura, por facilitarem o desenvolvimento deste trabalho.

Aos alunos da oficina de Dança de Rua dos Bairros Colônia Vaz de Melo, Bom Jesus e Fátima, pelos mágicos depoimentos e por me ensinarem tanto.

Aos familiares dos alunos da oficina de Dança de Rua, pelo carinho com que me receberam e por terem acrescentado tanto para esta pesquisa.

Aos professores da Oficina de Dança de Rua, pelo empenho e paixão que têm pela arte de dançar.

Ao fotógrafo profissional Cláudio Fontes, pelas magníficas fotos disponibilizadas.

Às minhas amigas, a pedagoga Solange Cardoso e a historiadora Stella Maia, pelo apoio, pelas idéias e por dedicarem parte de seu tempo a esta pesquisa.

Às minhas amigas Priscila Neves, Michele, Ingrid Dias, Paola Siviero, Simone Quintão, João Dellavechia e Karina de Araújo Ferreira, pelas palavras de incentivo sempre.

Ao meu amigo-irmão Marcelo Bini, pela amizade e pelo seu inglês sempre oportuno.

À minha amiga Guaraciaba Souza, pela amizade, incentivo e constantes orações.

Ao meu futuro cunhado Rogério Lawrence Leite, pelos excelentes e sábios comentários, conselhos, debates e idéias.

À família Lima Verardo, pela amizade e palavras de incentivo.

À minha amiga Solange Cardoso, por me mostrar o caminho e se aventurar comigo nesta idéia.

À minha afilhada querida Karina de Araújo Ferreira, pelo carinho, amizade e por nunca duvidar de que eu conseguiria alcançar os meus sonhos.

Às minhas irmãs Viviane Gomes Lelis e Amanda Gomes Lelis, pela atenção, amor e amizade.

Ao meu pai João Bosco Neves Lelis, pelo incentivo e apoio.

Ao amor da minha vida Paulo Lima Verardo, pelo amor, carinho, paciência, por todo apoio e dedicação dispensados à concretização desse sonho, que também passou a ser seu, pela sua bondade e disposição em me ajudar em todos os momentos.

À minha mãe Esmeralda Corrêa Gomes, por me apoiar tanto, compreender, incentivar e ensinar o valor do conhecimento para a formação do ser humano.

A todos àqueles cujos nomes não mencionei, meus mais sinceros agradecimentos de coração.

BIOGRAFIA

MICHELLE GOMES LELIS, filha de Esmeralda Corrêa Gomes e João Bosco Neves Lelis, nasceu em novembro de 1977, na cidade de Goiânia, GO.

Em 1980, mudou com sua família para Viçosa (MG), onde reside até hoje.

Em 1997, ingressou no Curso de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa (UFV), onde se dedicou a estágios e desenvolveu pesquisas nas diversas áreas de atuação do Curso, tendo concluído o bacharelado e a licenciatura do referido curso em maio de 2002, fazendo parte da turma “10maizando no Grau”.

No mesmo ano iniciou sua participação como coordenadora do Projeto UFV Cidadã, desenvolvido pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, da UFV, mantendo contato direto com as famílias das crianças e adolescentes atendidos pelo Programa Tim ArtEducação. Também nesse mesmo ano concluiu a licenciatura Plena em Educação Infantil, até então oferecida pelo Departamento de Economia Doméstica.

Em 2003 pleiteou, pela primeira vez, o Mestrado em Economia Doméstica, tendo cursado, como aluna especial, disciplinas da grade do Curso, mas não foi selecionada.

Em março de 2005, ingressou no Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, em nível de Mestrado, submetendo-se à defesa de tese em 10 de maio de 2007, mesmo dia em que colou grau.

SUMÁRIO

	Página
LISTA DE TABELAS.....	x
LISTA DE FIGURAS.....	xi
LISTA DE ABREVIATURAS.....	xii
RESUMO.....	xiii
ABSTRACT.....	xv
CAPÍTULO I	
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1. O problema e a sua importância.....	3
1.2. Objetivos.....	9
CAPÍTULO II	
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	10
2.1. A Trissetorialidade e o Despontar do Terceiro Setor.....	10
2.2. Inclusão a partir da expressão artística.....	21
2.3. A Família e os Programas Sociais.....	27
CAPÍTULO III	
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	32
3.1. Local de Estudo.....	32
3.2. Unidade Empírica de Análise: O Programa Tim Arteducação.....	32

3.3. População e Amostra.....	35
3.4. Instrumento e Procedimento de Coleta de Dados.....	38
3.5. Descrição e Operacionalização das Variáveis de Análise.....	39
3.6. Análise dos Dados Obtidos.....	40

CAPÍTULO IV

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	41
4.1. Caracterização do Programa Tim Arteducação.....	41
4.1.1. Caracterização do Projeto Oficina Dança de Rua.....	45
4.2. Caracterização do perfil pessoal, familiar e ambiental dos adolescentes...	49
4.3. Programa Tim Arteducação: significado, conhecimento e opinião dos adolescentes.....	55
4.4. Programa Tim Arteducação: significado, conhecimento e opinião dos responsáveis pelos adolescentes atendidos.....	57
4.5. Projeto Oficina Dança de Rua: a participação dos adolescentes na opinião dos responsáveis.....	61
4.6. Projeto Oficina Dança de Rua: significado, inserção, envolvimento e expectativas dos adolescentes.....	71

CAPÍTULO V

5. Conclusões.....	81
--------------------	----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	87
---------------------------------	----

ANEXOS

Anexo I: Questionário aplicado às famílias.....	96
Anexo II: Questionário aplicado aos adolescentes.....	101

APÊNDICES

Apêndice I: Programas Sociais da Empresa Tim Maxitel.....	106
Apêndice II: Lei Estadual de Incentivo a Cultura.....	113

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Perfil familiar dos adolescentes participantes do Projeto Oficina Dança de Rua, do Programa Tim ArtEducação, Viçosa, MG, 2006.....	52
Tabela 2 - Características do micro ambiente das unidades familiares dos adolescentes atendidos pelo Projeto Oficina Dança de Rua, do Programa Tim ArtEducação, Viçosa, MG, 2006.....	54
Tabela 3 - Significados mencionados pelos adolescentes para o Programa Tim ArtEducação.....	56
Tabela 4 - Significados mencionados pelos responsáveis para o Programa Tim ArtEducação.....	58
Tabela 5 - Significados mencionados pelos responsáveis para o Projeto Oficina Dança de Rua.....	62
Tabela 6 - Significados mencionados pelos adolescentes para o Projeto Oficina Dança de Rua.....	73

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Alunos das várias oficinas oferecidas pelo PTAEA em Viçosa, no final da mostra artística, em 2005.....	44
Figura 2 - Alunos da oficina de Dança de Rua de Viçosa durante apresentação geral, em 2005.....	45
Figura 3 - Alunos da oficina de Dança de Rua de Viçosa durante apresentação geral, em 2005.....	48
Figura 4 - Alunos da oficina de Dança de Rua de Viçosa na sala de aula, em 2006 – zona urbana.....	48

LISTA DE ABREVIATURAS

PTAEA: Programa Tim ArtEducAção

PODR: Projeto Oficina Dança de Rua

CEA: Centro Experimental de Artes

TS: Terceiro Setor

ONG: Organização Não Governamental

RS: Responsabilidade Social

RSE: Responsabilidade Social Empresarial

RSC: Responsabilidade Social Corporativa

RITS: Rede de Informações para o Terceiro Setor

RESUMO

LELIS, Michelle Gomes, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, maio de 2007.
Ação social empresarial: o Programa Tim ArtEducação na perspectiva de participantes da oficina dança de rua e seus familiares – Viçosa/MG.
Orientadora: Karla Maria Damiano Teixeira. Co-orientadoras: Maria das Dores Saraiva de Loreto e Lourdes Helena da Silva.

Este trabalho teve como objetivo analisar as ações do Projeto Oficina de Dança de Rua, do Programa Tim ArtEducação (PTAEA), no município de Viçosa (MG), na perspectiva dos adolescentes atendidos e suas famílias. Deteve-se especificamente, ao Projeto Oficina de Dança de Rua, por ser o de maior procura pelos adolescentes envolvidos. Para realização desta pesquisa, adotou-se a metodologia qualitativa dividida. A coleta de dados foi realizada em duas etapas: a primeira, de caráter exploratório, visou caracterizar a trajetória do PTAEA em Viçosa, por meio da análise documental; e, na segunda, realizaram-se entrevistas com o auxílio de roteiro semi-estruturado com os adolescentes residentes das áreas urbana e rural e seus responsáveis, abordando questões relacionadas ao PTAEA e à Oficina de Dança de Rua. Analisados os dados, os resultados mostraram que o Programa Tim ArtEducação ainda é desconhecido pela maior parte dos adolescentes e seus familiares, tanto da zona urbana quanto da zona rural. Boa parte dos familiares

dos adolescentes que participaram do Projeto Oficina Dança de Rua não tem conhecimento do que é essa atividade, para quê serve, ou quais benefícios pode trazer para aqueles que a praticam. Em contrapartida, os adolescentes e familiares que conheciam o Programa Tim demonstraram estar satisfeitos com os resultados vivenciados após a entrada na Oficina Dança de Rua. Em termos do comportamento e da disciplina em casa e na escola, o rendimento escolar e das relações familiares do adolescente, pôde-se concluir que o Programa Tim, por meio do referido Projeto, contribuiu para a inclusão social dos adolescentes. No que se refere à proposta de diminuir a evasão escolar, os depoimentos e avaliações dos responsáveis mostraram que os adolescentes não gostavam de faltar às aulas, tinham prazer de ir à escola e de estudar; tiravam notas boas e demonstraram melhorias na disciplina e respeito nas aulas e para com os colegas. Apesar de serem duas realidades sociais diferentes, os adolescentes da zona urbana e da zona rural mostraram a importância da arte por meio da dança, para seu rendimento escolar e comportamento; em geral, para suas vidas e de suas famílias. Vale ressaltar a importância da aliança intersetorial criada entre a empresa Tim Maxitel (setor privado), o Estado e municípios (setor público), e ONG HumanizArte (setor social), em benefício dessas crianças e adolescentes atendidos pelo Programa Tim ArtEducação. Assim, com base na discussão dos dados, verificou-se que o Programa Tim desenvolve o papel estabelecido em suas propostas, no que se refere ao envolvimento artístico, cultural e social dos adolescentes em atividades que promovem a inclusão social e semeiam em suas vidas maiores e melhores expectativas em relação ao futuro.

ABSTRACT

LELIS, Michelle Gomes, M. Sc. Universidade Federal de Viçosa, May, 2007.
Corporate social action: the Tim ArtEducAction Program from the point of view of the street-dance workshop participants and their families - Viçosa/MG. Adviser: Karla Maria Damiano Teixeira. Co-advisers: Maria das Dores Saraiva de Loreto and Lourdes Helena da Silva.

The objective of this work was to analyze the actions of the Street-Dance Workshop Project, part of the Tim ArtEducAction Program (PTAEA), in the municipal district of Viçosa, MG, from the point of view of the assisted adolescents and their families. The study focused on the Street-Dance Workshop Project, for being the most-frequently sought program by the involved adolescents. The divided qualitative methodology was adopted in this research. Data collection was carried out in two stages: the first, of exploratory character, sought to characterize the history of PTAEA in Viçosa through documental analysis; and, the second, with interviews using a semi-structured script with adolescents from urban and rural areas and their parents or guardians, concerning issues related to the PTAEA and the Street-Dance Workshop. The results showed that the Tim ArtEducAction Program was still ignored by most of the adolescents and their relatives, both from urban and rural areas. Most families of the adolescents participating in the Street-Dance Workshop had no

information on this activity, its purpose, or the benefits it can bring. On the other hand, the adolescents and families that knew the Tim Program were satisfied with the results achieved after they join the Workshop. In terms of behavior and discipline at home and in school, school performance and family relationships, it can be concluded that the Tim Program, by means of the Project, contributed to the social inclusion of this part of the community. Regarding the proposal for reducing school dropout rates, the parents and guardians' testimonies and evaluations confirmed that the adolescents disliked missing classes, enjoyed going to school and studying; achieved good grades and showed improved discipline and respect for teachers and friends. Despite experiencing two different social realities, the adolescents from urban and rural areas demonstrated the importance of the arts, through dance, for their school performance and behavior in general, for their lives and of their families. It is worth to point out the importance of the partnership among Tim Maxitel (private sector), the State and Municipal Districts (public sector) and HumanizArte NOG (social sector) to benefit the children and adolescents assisted by the Tim ArtEducAction Program. The results of this research led to the conclusion that the Tim Program has met the goals established in its proposals concerning to the adolescents' artistic, cultural and social involvement in activities that promote social inclusion, developing wider and better expectations about the future in these boys and girls' lives.

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa, foram analisadas as ações de inclusão social realizadas por um programa social de atendimento à criança e ao adolescente, por meio do Projeto Oficina Dança de Rua, na perspectiva dos adolescentes atendidos e de suas famílias. Além do olhar desse público, procurou-se caracterizar a trajetória do referido programa na cidade de Viçosa, MG, primeiro município brasileiro onde o programa foi implementado.

A análise e avaliação de programas sociais fazem-se necessárias, a fim de conhecer se, de fato, os objetivos estão sendo efetivamente alcançados. A avaliação faz parte da reflexão sobre a atividade humana e constitui um processo intencional, que é auxiliado por diversas ciências, aplicando-se a qualquer prática. Ou seja, pode-se falar na avaliação das diversas atividades profissionais, bem como de uma empresa, de uma política, de um programa ou de uma ação específica (DEMO, 1996). Considerou-se a avaliação da efetividade do programa em questão um processo necessário para se conhecer o grau de envolvimento da família nas ações desenvolvidas, uma vez que ela é o sistema de sustentação para a vida de seus membros e responsável pelas questões que os envolvem, sobretudo as crianças e adolescentes, cuja responsabilidade está diretamente vinculada à unidade familiar.

A motivação para esta pesquisa originou da experiência adquirida durante a participação da equipe coordenadora do Projeto UFV Cidadã, ao lado de uma equipe multidisciplinar, realizado pela Pró-Reitoria de Assuntos

Comunitários da Universidade Federal de Viçosa (UFV), em Viçosa, MG, em 2004. Na oportunidade, pôde-se conhecer de perto a realidade socioeconômica vivenciada pelas famílias das crianças e adolescentes atendidos pelo Programa Tim ArtEducAção. Este Programa é desenvolvido em várias cidades mineiras, baianas e sergipanas, com o objetivo de incluir socialmente crianças e adolescentes de escolas públicas, a partir da participação deles em oficinas artístico-culturais. Entretanto, pouco se sabia a respeito de como os atores sociais envolvidos (crianças, adolescentes, oficineiros¹ e professores, dentre outros) contribuíam para o alcance dos objetivos desse Programa e como o público participante e suas famílias correspondiam às suas ações. Apesar da proposta da empresa de telefonia celular Tim Maxitel de incluir socialmente, por meio da educação, crianças e adolescentes carentes, esta é uma das poucas pesquisas que comprovam seu impacto sobre o público-alvo e seus familiares, ressaltando-se, ainda mais, a importância deste estudo. Diante desses fatores e dos conhecimentos adquiridos enquanto economista doméstico, foi que se questionou o nível de envolvimento da família em relação aos objetivos propostos pelo Programa.

Programas sociais, como o da empresa de telefonia celular Tim Maxitel, Programa Tim ArtEducAção, são fundamentais para alcançar o desenvolvimento socioeducacional e, ao mesmo tempo, mesmo de forma indireta, aumentar a lucratividade de seus negócios. Esse pensamento se baseia no novo contexto econômico que se caracteriza por uma rígida postura dos clientes, voltada à expectativa de interagir com organizações que sejam éticas, com boa imagem institucional no mercado e que atuem de formas social e ecologicamente responsáveis (KAMEYAMA, 2004).

À medida que o macroambiente se transforma, evolui a cultura, mudam-se os padrões de comportamento e alteram-se a natureza e a hierarquia dos valores, surgindo novas expectativas dos públicos em face das organizações, que são forçadas a se adaptarem aos novos contextos, sob pena de perda de

¹ Os oficineiros são conhecidos também como arte-educadores, ou seja, aqueles responsáveis pelas aulas das oficinas artísticas.

sua legitimidade social. Ou seja, as empresas têm passado por vários momentos na sociedade, adaptando-se às necessidades e exigências ditadas pelo mercado.

Visando, assim, analisar as ações do Programa Tim ArtEducação, por meio do Projeto Oficina Dança de Rua, bem como conhecer a percepção dos adolescentes e de suas famílias quanto aos seus resultados, foi identificada e discutida, ainda, a representação social que esses sujeitos têm do programa social e do Projeto Oficina Dança de Rua. Assim, considera-se que a Responsabilidade Social, como movimento mundial, tem-se tornado uma grande oportunidade para os negócios das empresas, mas ainda muito pouco mensurada. A empresa, que cumpre seu papel social, atrai mais consumidores e está investindo na sociedade e no próprio futuro. Uma empresa socialmente responsável é aquela que, além de ser ética nos seus negócios, preocupa-se com questões sociais, como a educação.

Assim, buscou-se uma abordagem que pudesse proporcionar uma análise real e completa das ações do Programa Tim ArtEducação, por meio do Projeto Oficina Dança de Rua, na visão dos adolescentes atendidos e suas famílias.

1.1.O problema e a sua importância

Vive-se em um país marcado pela desigualdade social, fruto de persistente política oligárquica e da concentração de renda. Apesar dos avanços alcançados na área social, como os programas e projetos direcionados às famílias carentes, sofre-se ainda um processo de negação dos direitos sociais conquistados, à medida que prospera a defesa de um “Estado mínimo”, que reduz a cidadania às liberdades civis e políticas, mantendo, em contrapartida, os privilégios da parcela da população mais abastada e a carência de direitos da classe menos favorecida.

O mais recente relatório de indicadores sociais do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) coloca o Brasil em 79º lugar.

Instituições como o Banco Mundial vêm afirmando que a pobreza tem crescido muito devido à globalização econômica – e não o contrário (BENEVIDES, 2006). No Brasil, quase um terço da população vive com até meio salário mínimo *per capita*². Em termos absolutos, são cerca de 49 milhões de pessoas. Acrescentando a esse grupo as pessoas sem rendimento, chega-se à estimativa de 54 milhões de pessoas que podem ser consideradas “pobres”. Também, de acordo com a localização geográfica, as diferenças são acentuadas: no Nordeste, a proporção de pessoas que vivem com até um salário mínimo é de quase 51%, enquanto no Sudeste está próximo de 18% (IBGE, 2006b).

Ferro (2006) reforçou, ainda, que os maiores problemas atuais do país são a desigualdade e a concentração de renda, que se têm agravado nos últimos 40 anos, impedindo que o desenvolvimento seja sustentável. O Brasil possui o pior índice global de desigualdade, que o situa no mesmo patamar de Botsuana e Serra Leoa, estando à frente somente de Namíbia.

Nesse contexto, os principais problemas sociais do País não poderão ser enfrentados sem a parceria com a sociedade. A cultura-cidadã, ou mobilização da sociedade civil, vem aumentar o cumprimento de normas de convivência, de uma forma pacífica e menos conflituosa, por meio da comunicação dos cidadãos (expressão, interpretação), da arte, da cultura, da recreação e do esporte (BRAGA, 2005). Além disso, vive-se em uma época em que os avanços tecnológicos, usos excessivos dos recursos naturais e tantas outras transformações sociais têm exigido das empresas que também atuem como agentes socialmente responsáveis. Responsabilidade essa que deveria fazer parte da realidade empresarial desde sua concepção, sendo cada vez mais exigida pela sociedade.

De acordo com Santos (2000), é em um cenário de significativa alteração do papel do Estado e da sociedade civil, ao assumirem novos e expressivos papéis na formulação e implementação das políticas públicas, que prospera a

² Em termos de renda e riqueza, 10% dos brasileiros concentram 50% da renda e 75% de toda a riqueza do país... Distribuir riqueza e reduzir as desigualdades devem ser as grandes prioridades das políticas públicas no Brasil, para que o país possa sair da estagnação e se desenvolver de maneira sustentável (FERRO, 2006).

colaboração intersetorial com o objetivo de mobilizar os recursos das muitas organizações dos três setores³, para resolver questões associadas ao desenvolvimento social. Apesar de o Brasil ser um dos países onde as inovações intersetoriais parecem conquistar grandes espaços, marcando seu pioneirismo em diversas iniciativas, as políticas sociais não têm conseguido alterar o quadro de pobreza e exclusão, deixando de cobrir as necessidades básicas dos membros das famílias vulnerabilizadas (FISCHER, 2002).

A referida autora ressaltou que esse aumento das iniciativas colaborativas, nas quais os diversos recursos das agências dos diferentes setores estão mobilizados a serviço dos objetivos de uma parcela do público, tem possibilitado uma massa crítica de informação, criatividade e poder financeiro dirigido aos problemas públicos. Ou seja, apesar de a colaboração intersetorial ser freqüentemente difícil de ser lançada e mantida, oferece oportunidades para mobilizar os tipos de recursos humanos e institucionais, considerados críticos para as soluções sustentáveis e, para alguns, como sendo um dos mais difíceis problemas de desenvolvimento social, político e econômico.

Nesse mesmo contexto, encontra-se a reflexão de Rifkin (1995) sobre a questão da redução de empregos na economia de mercado formal e a diminuição dos gastos do governo no setor público, que exigem maior atenção ao TS, ou seja, à economia de não-mercado. É ao Terceiro Setor – à economia social – que as pessoas irão voltar-se, neste século, para ajudar a administrar necessidades pessoais e sociais, relegadas pelo Estado e pelo mercado. O Terceiro Setor oferece a possibilidade de reformular o contrato social do século XXI, sendo, socialmente, o mais responsável dos três setores, pois atende às necessidades e aspirações de milhões de pessoas que, de alguma forma, foram excluídas ou não foram adequadamente atendidas pela esfera comercial ou pública. Esse Terceiro Setor, que existe de longa data, mas que ainda não havia sido caracterizado até o final da década de 1980, aparece como nova

³ De acordo com Fischer (2002), consideram-se os três setores como Setor Público (Estado), Setor Privado (empresas) e o Setor Social, ou Terceiro Setor (entidades sem fins lucrativos).

categoria conceitual, sendo constituído por organizações privadas, sem fins lucrativos, que geram bens, serviços públicos e privados.

Um ponto de vista contrário a esse caráter de “não-lucratividade” das entidades é discutido na obra de Montañó (2003), em que ele afirma que, nas organizações sem fins lucrativos, são caracterizados diversos tipos organizacionais. Algumas fundações, braços assistenciais de empresas (fundações Rockefeller, Roberto Marinho, Bradesco, Bill Gates), não podem esconder seu claro interesse econômico por meio da isenção de impostos, ou da melhoria da imagem de seus produtos (aumentando a venda ou o preço) ou até a função propagandística que essas atividades exercem. Têm, portanto, claro fim lucrativo, ainda que indireto. A novidade da “responsabilidade social do empresariado” não pode ser compreendida sem fazer referência à sempre presente necessidade de aumentar a produtividade e, com ela, o movimento de “relações humanas” e diversas formas de tornar o trabalho mais ameno para conquistar o trabalhador, bem como a necessidade de conquistar o consumidor.

Para Jamur (2003), a atuação em programas voltados para a responsabilidade social empresarial é considerada, por muitos, como prática das “empresas-cidadãs”, demonstrando que é necessário ir além das aparências e da propaganda e buscar o significado dessa atuação que, em muitos casos, é um excelente negócio, uma vez que ela retira recursos do setor público, por meio da isenção ou da renúncia fiscal. Entretanto, essa não é a realidade vigente. Todos os projetos com verba pública têm sua prestação de contas auditadas pelo Tribunal de Contas, sem nenhum controle público sobre os serviços prestados. Considerando que o Estado concede isenção fiscal (às empresas), é, portanto, o dinheiro público que está sendo utilizado, só que o controle público dos investimentos sociais da empresa deveria ser de responsabilidade do governo. Outro aspecto a ser destacado é que as empresas transferem um modo de operar do mercado para os setores sociais (por exemplo, para as escolas que elas “adotam”), neles introduzindo uma lógica e uma cultura mercadologizantes.

Além disso, é importante ressaltar que as atividades de assistência social (54%) e de ajuda alimentar (41%) ainda representam, de longe, as mais desenvolvidas pelas empresas brasileiras, sendo que menos de 20% das empresas informaram apoiar atividades mais estruturantes, como educação e saúde. Cerca de 25% das empresas afirmaram realizar ações sociais para melhorar sua imagem perante a sociedade e para aumentar a satisfação dos seus empregados (PELIANO, 2002).

Apesar de incipiente, essa realidade não é diferente em Viçosa, MG, onde se encontram empresas que investem tanto na responsabilidade social quanto na ambiental, firmando parcerias com a prefeitura local, ONGs, faculdades e a Universidade Federal de Viçosa (UFV). Por ser uma cidade-referência na área educacional, por sediar a UFV, o grande foco dos programas sociais são os projetos de cunho educacional, direcionados ao público carente da cidade.

Um exemplo de ação social empresarial é o Programa Tim ArtEducAção, da empresa de telefonia celular Tim Maxitel, na área educacional, nos Estados de Minas Gerais, Bahia e Sergipe desde 2001. Das cidades de Minas Gerais, a mais representativa e onde surgiu a idéia desse programa social é Viçosa. Em 2006, foram atendidos cerca de 900 crianças e adolescentes com a proposta de incluí-los socialmente por meio da educação, oferecendo 21 modalidades de oficinas artístico-culturais.

Viçosa, cidade mineira de 74.607 habitantes (CNM, 2006), apresentou, em 2000, uma taxa bruta de frequência escolar de 95,47%, Índice de Educação (IDHM-E) de 0,929 e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 0,809, sendo a taxa de alfabetização da população de 10 anos ou mais de idade de 92,4% (IBGE, 2000). Apesar de os números apresentarem uma realidade positiva em relação à educação, faltam dados referentes ao número de crianças e adolescentes fora da escola, bem como a ausência deles na população participante dos cálculos dos índices apresentados. De acordo com a Confederação Nacional de Municípios (CNM, 2004), a grande maioria das

crianças e adolescentes do Ensino Fundamental encontra-se matriculados nas redes municipal (5.050) e estadual (4.914) de Viçosa, e apenas 1.964 foram matriculados na rede privada de ensino.

Diante dessa realidade, esta pesquisa surgiu da necessidade de se conhecer a iniciativa de inclusão social, por meio da educação, da empresa Tim Maxitel, enquanto promotora do Programa Tim ArtEducação e Projeto Oficina Dança de Rua na esfera do Terceiro Setor, bem como abordar a relevância dele, de acordo com as expectativas do público atingido e suas famílias. Assim, este estudo se pautou na necessidade de analisar as ações e investigar a relevância do Programa Tim ArtEducação e seu Projeto Oficina Dança de Rua para seu público-alvo e suas famílias, tendo observado o crescimento do Terceiro Setor, sua presença nas políticas sociais dos municípios e a necessidade de pesquisas acadêmicas que venham averiguar as ações desse programa social.

Considerando o Programa Tim ArtEducação no Município de Viçosa, MG, este trabalho se deteve, especificamente, ao Projeto Oficina de Dança de Rua, por ser a oficina de maior procura pelas crianças e adolescentes envolvidos.

Para desenvolver esta pesquisa, apontaram-se os seguintes questionamentos: qual o significado do Programa para os adolescentes e seus familiares? Qual a participação e envolvimento desses sujeitos no Programa? Em relação ao Projeto Oficina de Dança de Rua, ele contribui para o processo de inclusão social dos adolescentes envolvidos? Quais são as expectativas desses sujeitos e de suas famílias em relação a esse Projeto?

A contribuição dessa pesquisa reside no fato de que a transparência na atuação e execução desses programas sociais é de grande importância para a sociedade, uma vez que o público-alvo na sua maioria é composto por famílias de baixa renda. Além disso, faz-se necessário ressaltar o papel da arte na educação dos adolescentes.

Pressupõe-se que, se cada família tiver condições de expressar diretamente sua opinião e seus anseios e dar suas sugestões acerca das políticas sociais, que para elas são criadas e disponibilizadas, certamente maiores serão a qualidade e a eficiência dessas políticas, deixando de ser apenas assistencialistas, quando se desconsideram o envolvimento e a participação do público beneficiário. Em outras palavras, para que um projeto social possa ter resultados positivos e satisfatórios, é necessário o seu acompanhamento em todas as suas etapas e, principalmente, a inclusão da família e de todo o público envolvido nesse processo, que é contínuo e inacabado.

1.2. Objetivos

Geral

Analisar as ações de inclusão social⁴ do Programa Tim ArtEducação, por meio do Projeto Oficina de Dança de Rua, no Município de Viçosa, MG, de acordo com a perspectiva dos adolescentes e de suas famílias.

Específicos

- Caracterizar o Programa Tim ArtEducação, procurando identificar seus objetivos, metas, ações e abrangência e enfatizando o Projeto Oficina Dança de Rua.
- Caracterizar sociodemograficamente o público atendido pelo Projeto Oficina Dança de Rua, em Viçosa, MG.

⁴ A inclusão social aqui pesquisada foi dimensionada de acordo com os objetivos do Programa Tim ArtEducação, referindo-se a frequência, permanência, comportamento e rendimento escolares, uma vez que utiliza a arte-educação como ferramenta de estímulo para a educação.

- Verificar o grau de conhecimento e a opinião dos adolescentes atendidos pelo Programa acerca do Programa Tim ArtEducação e do Projeto Oficina Dança de Rua.
- Verificar o grau de conhecimento e a opinião das famílias dos adolescentes acerca do Programa Tim ArtEducação.
- Verificar o grau de conhecimento e a opinião das famílias dos adolescentes acerca do Projeto Oficina Dança de Rua.
- Identificar as expectativas, os significados, o nível de participação, o envolvimento e a satisfação dos familiares com relação ao Projeto Oficina de Dança de Rua.
- Identificar a inserção, o envolvimento, os significados, o nível de participação e as expectativas dos adolescentes quanto ao Projeto Oficina Dança de Rua.
- Examinar a percepção dos familiares dos adolescentes atendidos pelo Programa Tim quanto à participação dos adolescentes no Projeto Oficina Dança de Rua.

CAPÍTULO II

REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo, discorreu-se sobre os principais aspectos que fornecem embasamento ao tema desta pesquisa. Os pontos abordados foram: a trissetorialidade e o despontar do Terceiro Setor; a inclusão a partir de uma expressão artística; a família e os programas sociais.

2.1. A Trissetorialidade e o Despontar do Terceiro Setor

A trissetorialidade é caracterizada pela união dos setores público (governo), privado (empresas) e social (sociedade civil), sendo essa aliança estratégica intersetorial um dos mecanismos eficazes de asseguramento da sustentabilidade do desenvolvimento social e do exercício da cidadania plena. Dessa forma, o setor privado pode contribuir para a organização e implementação de projetos sociais. Assim, assume-se sua parcela de responsabilidade em manter suas atividades, respeitando os interesses de todo o público interessado, incluindo as comunidades em que estão inseridas (FISCHER, 2002).

Para a mesma autora, líderes corporativos, governamentais e de Organizações Não-Governamentais (ONGs) estão descobrindo os benefícios

mútuos em criar alianças intersetoriais. O envolvimento dos setores em parcerias públicas e privadas busca o desenvolvimento sustentável e a democracia ressonante na capacidade de combinar competências de cada setor para colaborações poderosas em prol do benefício comum. Esse processo de união já é um dos resultados da formação intelectual mais adequada aos novos tempos, a qual, infelizmente, poucos privilegiados têm acesso. Isso considerando que as mais atuantes e influenciadoras organizações não-governamentais de mundo são formadas por pessoas, em sua maioria, provenientes da classe média, com acesso a produtos, serviços e bens educacionais de alto nível (FISCHER, 2002).

Fernandes (1994) reforçou que os três setores se interpenetram e se condicionam, de tal maneira que a definição exata dos limites é motivo de controvérsias e variações no tempo e no espaço. Quaisquer que sejam as variantes, no entanto, há um elemento comum que deve ser fixado: o conceito implica expansão da idéia corrente sobre a esfera “pública”. Partindo de um pressuposto democrático, presume-se que ela não se limita ao âmbito do Estado, mas inclui a cidadania.

O Estado se posiciona, assim, de forma minimalista em oposição à lógica do mercado, como capaz de regular tudo e o desmonte do Estado através da privatização dos serviços públicos e da desconstituição das políticas públicas construídas na ótica da universalização dos direitos. No Brasil (onde sequer se constituiu um Estado de Bem-Estar Social), tal modelo ampliou e aprofundou o processo histórico de exclusão e fez do Brasil um dos campeões da desigualdade social no mundo. A Constituição Cidadã de 1988 vem sendo desconstituída ao longo dos anos de 1990 (PONTUAL, 2000).

No lugar do pensamento dicotômico, dividido entre interesses particulares e públicos, recupera-se, no entanto o valor da tríade, confirmando a presença constante e eficaz de uma terceira possibilidade. Com efeito, mais do que uma descrição empírica, como se fosse a fotografia de uma realidade emergente, a idéia de um Terceiro Setor deriva da abertura de uma alternativa lógica. Nesse sentido, Fernandes (1994) comentou que:

O conceito denota um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam a produção de bens e serviços públicos. Este é o sentido positivo da expressão. “Bens e serviços públicos”, neste caso, implicam uma dupla qualificação: não geram lucros e respondem a necessidades coletivas (FERNANDES, 1994, p. 20).

Complementando o pensamento desse autor, Rodrigues (2005) afirmou que a década de 1990 pode ser tida como um marco na história da ação social empresarial no Brasil. Antes dessa década, ela já existia no país, porém de forma pontual, difusa e, sobretudo, atrelada ao espírito humanitário do dono da empresa. A partir de 1990, ela ganha novo vigor, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, tendo em vista que é cada vez maior o número de empresas praticando a ação social. Essas empresas vêm-se tornando estruturadas, com vistas a assumir caráter estratégico para a empresa. Contudo, só agora começam a ser desenvolvidos trabalhos acadêmicos e pesquisas nessa área, motivados pelo duplo interesse que ela vem despertando: ser um fenômeno organizacional novo no contexto brasileiro; e ter potencial de parceria com o Estado para a solução dos problemas sociais em nosso país.

Expressando essa realidade em números, no Brasil 59% das empresas, com um ou mais empregados, declararam realizar, em caráter voluntário, algum tipo de ação social para a comunidade. O valor investido pelas empresas, em 2000, foi de R\$ 4,7 bilhões, que é equivalente a 0,4% do produto interno bruto (PIB) do país. Essa prática é mais expressiva entre as grandes empresas: 88% nos estabelecimentos com mais de 500 empregados, contra 54 e 69%, respectivamente, nos estabelecimentos com um a 10 empregados e com 11 a 1.000 empregados. Contudo, apenas 6% das empresas fizeram uso de incentivos fiscais para financiar suas ações sociais (PELIANO, 2000 apud RODRIGUES, 2005).

Peliano (2000) apud Rodrigues (2005) ressaltou que as atividades de assistência social (54%) e de ajuda alimentar (41%) ainda representam, de longe, as mais desenvolvidas pelas empresas brasileiras – e menos de 20%

das empresas informaram apoiar atividades mais estruturantes, como educação e saúde. Além disso, 25% das empresas afirmaram realizar ações sociais para melhorar sua imagem perante a sociedade e para aumentar a satisfação dos seus empregados.

Diante disso, deve-se ressaltar que foi gerado um movimento de conscientização e sensibilização na sociedade civil e empresarial que pode ser muito propício à formação de alianças intersetoriais, além de despertar a atenção do público, que passa a exigir das empresas uma postura mais responsável. Essas empresas estão descobrindo os benefícios mútuos em fazer alianças intersetoriais, com ações e atividades voltadas para a promoção humana e para o desenvolvimento social, como garantia de condições de sobrevivência, em sua plenitude, beneficiando-se, assim, parte dos brasileiros em situação de vulnerabilidade e exclusão social (FISCHER, 2002).

É nesse contexto que surge no mundo um terceiro segmento. Além do Estado e do mercado, há o “Terceiro Setor”, reconhecido como “não-governamental” e “não-lucrativo” que, além de organizado e independente, mobiliza particularmente a dimensão voluntária do comportamento das pessoas. Sua emergência é de tal relevância que se pode falar de uma “virtual revolução”, que implica mudanças gerais nos modelos de agir e pensar. As relações entre o Estado e o mercado, que têm dominado a cena pública, hão de ser transformadas pela presença dessa terceira figura: as associações voluntárias (FERNANDES, 1994).

De acordo com Rodrigues (2005), a responsabilidade social das empresas vem-se tornando, dessa forma, cada vez mais um valor organizacional priorizado no âmbito privado, dos governos e das entidades do Terceiro Setor. Por ser este último o foco desta pesquisa, faz-se necessário aprofundar a discussão sobre ele. Refere-se a Terceiro Setor (TS) um conjunto de iniciativas privadas, sem fins lucrativos, que visa à produção de bens e serviços públicos. Alguns termos usados como sinônimos de TS são filantropia, Organizações Não-Governamentais (ONGs), entidades sem fins lucrativos, setor independente e setor social.

Girolamo (2000) afirmou que, ao lado do Primeiro Setor (o Estado) e do Segundo Setor (as empresas), as Instituições Assistenciais e as Organizações Não-Governamentais estão sendo inseridas no chamado TS, sendo valorizadas como imprescindíveis para o equilíbrio da sociedade humana.

Dado o caráter complementar do primeiro e segundo setores, é concedido ao Terceiro Setor uma abrangência significativa, pois engloba associações beneficentes e assistenciais de utilidade pública, organizações sem fins lucrativos e, ainda, organizações de caráter não-governamental. Raquel (2006) enfatizou essas características, considerando que:

Pode-se dizer que o TS é composto por organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não governamental, que dão continuidade às práticas tradicionais de caridade, da filantropia e do mecenato e expandem o seu sentido para outro domínio, graças, sobretudo à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações (Id., 2002, p. 20).

De acordo com Costa Júnior (1997) e Cardoso (1997), existe certa dificuldade em identificar o que é o Terceiro Setor, podendo-se, de forma aproximada, mencionar quais são e o que são essas organizações, uma vez que grande parte delas permanece invisível. "O próprio conceito de Terceiro Setor, seu perfil e seus contornos ainda não estão claros nem sequer para muitos dos atores que o compõem" (CARDOSO, 1997, p. 7).

Fernandes (1994) afirmou que o surgimento das ONGs é, talvez, o sintoma mais claro, na América Latina, das tendências que levam a pensar num "Terceiro Setor". Não passam de um pequeno segmento, mas as suas características resumem-se, com nitidez, na idéia do "privado com funções públicas". São instituições propriamente privadas, mas sem fins lucrativos (FERNANDES, 1994, p. 65).

Salamon (1997) esclareceu que as várias percepções errôneas a respeito do Terceiro Setor limitam a capacidade deste de lidar efetivamente com os desafios da sociedade. Para ele, o Terceiro Setor tem três faces: a primeira refere-se ao Terceiro Setor como idéia, como conceito e ideal; nesse

sentido, encarna valores múltiplos como altruísmo, compaixão, sensibilidade para com os necessitados e compromisso com o direito de livre expressão. Nessa face, o TS é, em primeiro lugar, um conjunto de instituições que encarnam os valores da solidariedade e os valores da iniciativa individual em prol do bem público. A segunda face é o TS como realidade, que tem permanecido oculto e invisível. O autor atribui tal fato à diversidade e à carência de um conceito unificador, dizendo tratar-se de um conjunto de instituições concretas que representam uma força econômica maior do que se costuma reconhecer, o que contribui, em grande medida, para a provisão de importantes serviços humanos, buscando apoio em fontes surpreendentemente variadas. O TS, como ideologia, caracteriza a terceira face, na qual há quatro mitos. Entre os mitos que precisam ser desmistificados estão o da insignificância, ou incompetência; o da virtude pura e de certa santificação e romantismo, que permeiam sua suposta capacidade de mudar a vida das pessoas; e o mito do voluntarismo e o mito da Imaculada Conceição (uma vez que organizações desse tipo já existem desde a Antigüidade).

De forma resumida, Melo Neto e Froes (1999) relataram que o Terceiro Setor surge em decorrência da falência do estado do bem-estar social, quando se iniciar um movimento forte de ação comunitária. As entidades de direito civil, os movimentos sociais e as igrejas são os mais novos provedores de cidadania. Os principais agentes promotores desta nova ordem social são as entidades atuantes do Terceiro Setor.

Montaño (2003) deixou claro em sua obra, a importância do papel ideológico que o "Terceiro Setor" cumpre na implementação das políticas neoliberais e a sua sintonia pós-70 com o processo de reestruturação do capital, que envolve a flexibilização das relações de trabalho, afastamento do Estado das responsabilidades sociais e da regulação social entre capital e trabalho. No entanto, o Estado permanece como instrumento de consolidação "hegemônica do capital mediante o seu papel central no processo de desregulação e (contra) reforma estatal, na reestruturação produtiva, na

flexibilização produtiva e comercial, no financiamento ao capital, particularmente financeiro” (MONTAÑO, 2003, p. 17).

Laura Tavares Soares, que inicia a leitura da obra de Montaña (2003), mencionou que, independentemente de suas boas intenções, a maioria das organizações não-governamentais, por políticas explícitas por parte dos próprios governos, vem assumindo papel substitutivo ao Estado, sobretudo naqueles lugares mais pobres e afastados, de onde o Estado ou se retirou ou onde simplesmente não existia.

Com relação a esse caráter “substitutivo” e não complementar, a autora ressaltou as supostas “parcerias” entre o “Estado e a Sociedade”, quando não é enfatizada a constituição de redes públicas permanentes, capazes de oferecer bens e serviços justamente onde eles são mais necessários. Assim, fica evidente a fragmentação das ações e o caráter emergencial e provisório do Estado. Substituem-se programas nacionais e regionais por iniciativas “locais” incapazes de dar uma cobertura suficiente e cujo impacto é praticamente nulo quando se trata de grandes contingentes populacionais, em situações de pobreza e, ou, “exclusão”. Caímos no reino do “minimalismo”, em que pequenas soluções *ad hoc* são mostradas como grandes exemplos pelo governo e pela mídia (MONTAÑO, 2003).

Benevides (2006) analisou, no entanto, o papel do Estado por outro ângulo, quando colocou que é importante deixar claro que a participação cidadã em entidades da sociedade civil não significa aceitar a diminuição do papel do Estado – este continua sendo o grande responsável pelo desenvolvimento nacional, com a garantia efetiva dos direitos dos cidadãos. O êxito eventual de algumas parcerias, de obras do chamado “Terceiro Setor”, não pode obscurecer essa realidade. É dos poderes públicos que devem ser cobradas, por exemplo, as novas propostas de cidadania social, como os programas de Renda Mínima, de Bolsa-Escola, de Banco do Povo, de Polícia Comunitária, de Saúde Pública e de Política Agrária, dentre outras.

O objetivo de retirar o Estado (e o capital) da responsabilidade de intervenção na “questão social” e de transferi-lo para a esfera do “terceiro setor”

não ocorre por motivos de eficiência (como se as Organizações Não-Governamentais fossem naturalmente mais eficientes que o Estado), nem apenas por razões financeiras, em termos de redução dos custos necessários para sustentar essa função estatal. O motivo é fundamentalmente político-ideológico, uma vez que implica: a) retirar e esvaziar a dimensão de direito universal do cidadão, quanto às políticas sociais de qualidade; b) criar uma cultura de autculpa pelas mazelas que afetam a população, bem como de auto-ajuda e ajuda mútua para seu enfrentamento; c) desonerar o capital de tais responsabilidades, criando, por um lado, uma imagem de transferência de responsabilidades e, por outro, uma nova e abundante demanda lucrativa para o setor empresarial a partir da precarização e focalização (não-universalização) da ação social estatal e do “terceiro setor” (MONTAÑO, 2003).

A partir do século XXI, o Terceiro Setor se apresenta como um parceiro importante para o governo, pois é através dele e de todo o conhecimento sistematizado e coletado ao longo dos anos que o governo pode estabelecer planos de ação e metas de controle, otimizando o resultado final. Marton (2006) comentou a esse respeito, afirmando que:

Do outro lado, o TS começa a exercer uma atuação mais significativa na esfera das políticas públicas, agregando a elas conhecimentos práticos, ricos em sua base e já implementados de alguma forma na sociedade, com indicadores de resultados e perspectivas de aprimoramento. O setor de responsabilidade social está caminhando para ficar ainda mais responsável. As teorias e práticas de governança corporativa permitem tornar as ações das empresas do terceiro setor mais democráticas e transparentes (MARTON, 2006, p. 01).

Boudon (2002) complementou o referido autor quando mencionou que, recentemente, as instituições privadas passaram a compreender a seriedade dos problemas sociais; passando, então, a responsabilizar-se por áreas que o governo não tem conseguido prover eficientemente, como é o caso da educação, saúde e moradia. As empresas estão tomando consciência de que, embora tenham como primeira meta a obtenção de lucros, podem, também,

concretizar objetivos sociais e ambientais. Ramos (2002) corroborou com essa idéia, mencionando que o fortalecimento do TS e a tomada de consciência sobre a necessidade da responsabilidade social traduzem, portanto, uma profunda crítica à atual configuração da sociedade.

Para Santos (2000), a expansão e consolidação do TS no País, processo que se verifica sobretudo no pós-redemocratização, tem conferido protagonismo às organizações não-governamentais, aos sindicatos e às universidades na concepção de políticas públicas, cuja formulação e implementação não estão restritas aos agentes e agências do Estado. São inúmeras as iniciativas locais, as quais se fundamentam num conceito ampliado de esfera pública, que vêm sendo avaliadas e catalogadas como bem-sucedidas.

De alcance nacional, as políticas fundamentadas neste conceito, definidas pelo Conselho das Comunidades Solidárias, por exemplo, têm logrado resultados efetivos, sobretudo naquelas direcionadas à educação complementar e à formação profissional, como os programas Capacitação, Alfabetização e Universidade Solidária. Também de iniciativa do referido Conselho, o Programa Parcerias entre a Sociedade Civil⁵ e o Estado tem tido sucesso no que se refere ao fortalecimento da sociedade civil, em especial ao do TS. Nele, destacam-se a Rede de Informações para o Terceiro Setor – RITS, que já se constitui um *site* de referência para as organizações não-governamentais do País, e o Programa Voluntário. Esse programa logrou apoiar a criação de 34 centros de voluntariado nas capitais e cidades de médio porte (com mais de 100 mil habitantes), além de disseminar a cultura do voluntariado em vários segmentos específicos da sociedade (empresariado, jovens, idosos),

⁵ De forma a esclarecer a idéia central da expressão “sociedade civil”, Fernandes (1994) explicou que ela saiu dos livros de história européia e começou a penetrar o vocabulário dos ativistas sociais latino-americanos ao final dos anos de 1970. Uma década mais tarde, ela predominou sobre as demais categorias do discurso político e foi embalada ainda pelo ardor das novas intuições. Foi voz comum a urgência de desenvolvê-la, torná-la efetiva e explorar a fundo as conseqüências da sua presença. As palavras são como os sinais de trânsito que orientam os movimentos e determinam por onde se deve ou não se deve seguir. Difundidas socialmente, são capazes de levantar e derrubar barreiras, transformando o cenário ao redor. Quando, no discurso dos ativistas, a expressão “movimentos sociais” ganhou proeminência sobre a sua afim “movimentos populares”, o horizonte comum foi inexoravelmente retrabalhado, projetando outro desenho das interações possíveis. Assim também ocorreu com o uso crescente da expressão “sociedade civil” e sua correlata, a “cidadania”.

constituindo-se, portanto, em marco para uma nova cultura de concepção de políticas sociais voltadas ao enfrentamento da exclusão e à superação dos débitos sociais acumulados, com a efetiva parceria de novos atores sociais e institucionais.

Diante desse contexto, emerge, então, a chamada responsabilidade social empresarial (RSE) ou boa cidadania corporativa, que pode ser definida como:

O compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente, de modo amplo, ou a alguma comunidade, de modo específico, agindo proativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas para com ela (ASHLEY; CARDOSO, 2002, p. 7).

Tanto Melo Neto e Froes (1999) quanto Duarte e Dias (1986) enfatizaram a importância da Responsabilidade Social nas empresas. Independentemente da razão pela qual as empresas começaram a investir no social, tem-se que analisar os benefícios que esses investimentos trazem para a sociedade e refletir sobre o que se está fazendo para amenizar essa deficiência. Observou-se que a Responsabilidade Social está se tornando parte efetiva no processo de mudanças culturais e sociais da comunidade.

A preocupação das empresas com a responsabilidade social é algo que veio para ficar e prenunciou um novo tempo. Um tempo em que as empresas não podem mais ignorar as tendências que apontam na direção de um novo tipo de sociedade, na qual o coletivo adquire relevância cada vez maior em relação ao individual.

A prática da Responsabilidade Social Empresarial cresce cada vez mais, pois, assim, as empresas têm consciência de que o governo não consegue, sozinho, atender à demanda das necessidades da sociedade. Essa consciência se fortalece com base em um novo código de ética, que tem exigido uma postura empresarial. Segundo Manhães (1999), a ética empresarial vem a ser o comportamento das entidades lucrativas, quando estas agem segundo princípios morais aceitos coletivamente. Contudo, Gomes (2004) esclareceu

que uma empresa, que é responsável socialmente, obrigatoriamente exerce e deve praticar uma conduta ética. Mas uma empresa que se diz ética não é necessariamente uma empresa responsável, ela não necessariamente extrapola suas obrigações éticas.

A responsabilidade social, o “economicamente correto”, “o lucro com ética” não se confunde, entretanto com ações sociais desenvolvidas pelas empresas. O conceito de responsabilidade social corporativa (RSC) está associado ao reconhecimento das decisões e dos resultados das atividades das companhias, alcançando um universo muito mais amplo do que o composto por seus sócios e acionistas (shareholders):

Nesse sentido, a responsabilidade social corporativa, cidadania empresarial ou filantropia empresarial enfatiza os impactos das atividades das empresas para os agentes com os quais interagem (stakeholders): empregados e seus familiares, clientes, consumidores, colaboradores, parceiros, investidores, competidores, governo e comunidade (KAMEYAMA, 2004, p.153).

Duarte e Dias (1986) fizeram considerações sobre o termo responsabilidade social. Para eles, a RS está inserida na sociedade que lhe dá razão de ser. A empresa é, acima de tudo, uma realidade humana, e como tal envolve o homem inteiro, pessoa, social e cidadão.

É importante destacar outra versão sobre o assunto, como a de Himmelstein (1997) apud Rodrigues (2005), que, ao abordar a ação social corporativa, tem uma posição cética em relação ao impacto social da ação na comunidade a que ela se destina. Segundo ele, a filantropia é fundamentalmente um ato econômico, com dimensões sociais e políticas. É um ato econômico no sentido de estar orientada para os interesses da própria empresa, para os seus objetivos de lucro, tanto quanto as áreas de publicidade, finanças, engenharia ou *marketing*. No entanto, a sua vinculação com o objetivo último (*bottom line*) da empresa é menos direta e mais difícil para documentar, mas nem por isso mera frivolidade gerencial.

Fernandes (1994) contradisse o autor anterior quando mencionou que a idéia de um “terceiro setor” supõe um “primeiro” e um “segundo” e, nessa

medida, faz referência ao Estado e ao mercado. A referência, no entanto, é indireta, obtida pela negação: “nem governamental, nem lucrativo”. Em termos explícitos e positivos, o conceito designa simplesmente um conjunto de iniciativas particulares com um sentido público. Enquanto a noção de uma “sociedade civil” coloca-nos numa oposição complementar e sistêmica ao Estado, a idéia de um “terceiro setor” orienta a reflexão para outras direções, sem fronteiras definidas.

Enfim, o Terceiro Setor, as ações voluntárias ou, se preferir, o setor social, é uma das principais prioridades para uma sociedade que apresenta tantas carências, com as dos países em desenvolvimento como o Brasil. Diante do crescimento da importância desse setor no País, considera-se justificável compreender e identificar as conseqüências das ações desenvolvidas por meio de programas sociais, como é o caso do Programa Tim ArtEducação, cuja ferramenta de ação educacional é a arte.

2.2. Inclusão a partir da expressão artística

Cada sociedade tem um ideal de homem que orienta os valores e as práticas socializadoras, isto é, um ideal que serve de padrão educacional (MORAES, 1994). Esse autor corroborou com as idéias de Émile Durkheim (1968, p. 10), que afirmou que “a educação é coisa essencialmente social. A educação, para a sociedade, é o meio pelo qual ela prepara no coração das crianças as condições essenciais de sua própria existência. Assim, a educação é a ação exercida pelas gerações adultas que não estão ainda maduras para a vida”. Dessa maneira, a educação consiste na socialização metódica das jovens gerações, sendo que, nessa sua análise pioneira, Durkheim acentuou a importância do meio social, relativizando a ascendência da herança genética. Nas suas palavras, a criança recebe de seus pais “faculdades muito gerais; como maior capacidade de atenção, certa dose de perseverança (...), faculdades essas que podem servir a fins muito diversos” (p. 53). Portanto, é a

educação que transforma cada um de nós, “do ser individual e associal que somos ao nascer em um ser inteiramente novo. Ela nos leva a ultrapassar nossa condição inicial: é esta a condição para que criança se transforme em homem” (DURKHEIN, 1968, p. 56).

Leontiev (1978) comentou que:

As aquisições do desenvolvimento histórico das aptidões humanas não são simplesmente dadas aos homens nos fenômenos objetivos da cultura material e espiritual que os encarnam, mas são aí apenas postas. Para se apropriar destes resultados, para fazer deles as suas aptidões, “os órgãos da sua individualidade”, a criança, o ser humano, deve entrar em relação com os fenômenos do mundo circundante através dos outros homens, isto é, num processo de comunicação com eles. Assim, a criança aprende a atividade adequada. Pela sua função, este processo é, portanto, um processo de educação (Id., 1978, p. 272).

Esse mesmo autor discutiu ainda as diversas formas que a educação tem assumido, ao longo dos tempos. Na origem, nas primeiras etapas do desenvolvimento da sociedade humana, como nas crianças menores, a educação é uma simples imitação dos atos do meio, que se opera sob o seu controle e com a sua intervenção; depois, complica-se e especializa-se, tomando formas, como: o ensino e a educação escolar, diferentes formas de formação superior e até a formação autodidata.

Martins (2003) afirmou que:

[...] O saber acaba levando ao questionamento das relações sociais mediante processo de conscientização do real significado dessas relações enquanto relações de poder, revelando inclusive a condição de contraditoriedade que as permeia. A conscientização aqui é entendida como a passagem de uma consciência puramente natural para uma consciência reflexiva, de uma consciência em si, para uma consciência para si, de uma consciência dogmática, para uma consciência crítica. Esta é a função intrínseca da educação e o seu papel preponderante na contribuição que pode dar a transformação social (Id., 2003, p. 88).

Dessa forma, parte-se do princípio de que o objetivo geral da educação é o de encorajar o desenvolvimento daquilo que é individual em cada ser humano, harmonizando simultaneamente a individualidade, assim induzida com a unidade orgânica do grupo social a que o indivíduo pertence. A arte-educação vem possibilitar o exercício do potencial criativo do participante a partir da produção artística, balizada por valores humanos, éticos e estéticos e, assim, atingir o econômico de outras formas, de maneira que se possa expandir no agir gregário. Objetiva trabalhar o indivíduo na busca da imersão em valores humanos, como ferramenta da não-violência, dado que possibilita ao participante expressar-se para que seja possível ouvir e compreender sua visão de mundo, realidade social com a qual vive e convive (READ, 1982).

Rezende (2005) colocou, dessa forma, que a situação da educação e o conhecimento científico e tecnológico constituem um dos principais instrumentos de superação das desigualdades sociais, contribuindo para o pleno exercício da cidadania, para a inclusão da população marginalizada e para uma sociedade mais justa, solidária e integrada. Pinheiro (2005), baseando-se nas idéias e conceitos de Fisher (necessidade da arte), de Read (educação pela arte e “educação da sensibilidade”) e de Silva (consciência), reconhece que a convergência desses elementos pode conduzir à inclusão social. Ou seja, a convergência do trinômio arte, educação e sociedade pode sustentar a formação individual e social, por meio de elementos de ação coletiva, experimentação social e políticas públicas inovadoras, norteadoras da consciência humana e propulsora da inclusão social.

As transformações do conhecimento na virada do século induzem a uma série de questionamentos, dentre os quais as relações entre educação e sociedade. Foi o tempo em que a arte era mero passatempo para professores e alunos nas escolas. A sociedade contemporânea é composta de grupos multiculturais e pluridimensionais, que intercambiam inquietações, são pares e ímpares, pois mantêm suas diversidades. É uma sociedade alicerçada nas memórias, nos desejos, nos investimentos desafiadores, bem como no

trabalho-tempo útil, tempo inútil, tempo de ócio, nas buscas e encontros, nos olhares culturais que se adentram (TALENTOS BRASIL, 2006).

A arte é atuar através de estruturas de sons e de corpos, em uma temporalização e espacialização holística, de três formas: ontológica, se refere àquilo que o indivíduo é; epistemológica, que está em função a como um ser humano sabe e imagina socialmente; e gnoseológica, que está associada àquilo em que se acredita (TALENTOS BRASIL, 2006, p. 5).

Durante o Primeiro Seminário Nacional sobre o Papel da Arte no Processo de Socialização e Educação da Criança e do Jovem, no município de São Paulo, em 1995, autores de todo o Brasil manifestaram suas opiniões, críticas e questionamentos quanto à arte na vida das pessoas e como ferramenta necessária à educação. Belz (1995, p. 385) colocou que “a arte verdadeira é saúde, no mais amplo sentido do termo. A saúde se transmite espiritual, elétrica, magnética, química e fisicamente”. Levando para a área social, Scuro Neto (1995, p. 251) afirmou que “a função social da arte tornou-se complexa em um mundo onde o ser humano é uma totalidade, soma de todas as relações sociais”.

Para Rouanet (1987), apud Palma Filho (1995), o papel da arte (a pintura, a escultura, a arquitetura, a dança e a música) está em “reconciliar consigo mesmo a modernidade dilacerada em fragmentos estanques – o Estado, a sociedade, a família” e, desse modo, dar unidade ao homem dividido em papéis sociais tão diferentes: o cidadão, o burguês, o particular (PALMA FILHO, 1995, apud ROUANET, 1992, p. 321).

Soares (1995) ressaltou que o sentimento estético, o sentir a arte ou a arte de sentir residem na harmonia do entendimento da imaginação em decorrência do livre jogo da imaginação. Considera importante valorizar esse sentimento, enquanto resultante de uma postura, por parte da escola, de reconhecimento da complexidade da natureza humana, em que inteligência e afetividade, razão e emoção não são incompatíveis nem mutuamente excludentes. O canto, a dança, o conto, a poesia, a festa, o riso, a arte integram um campo de competências do homem que tanto pode associar quanto

dissociar o aspecto utilitário das coisas que se vêem, que se tocam, que se reproduzem. Essa capacidade pode-se inscrever na esfera do prazer ou da dor que as formas, as cores, os cheiros, os movimentos, os sons, os discursos artísticos suscitam; que enriquecem a afetividade; que se traduzem em emoção estética.

Esses são aspectos de que a escola costuma se esquecer, porque sua tendência é ignorar a complexidade da natureza humana, do homem genérico, variado e múltiplo, para valorizar o predomínio quase que absoluto da razão sobre outras faculdades humanas. Basta observar o que ocorre especialmente nas quintas séries do primeiro grau, em que o caráter lúdico da criança é mutilado, em favor da cobrança de um comportamento o mais racional possível. Somente na pré-escola se observa tolerância maior com o lúdico; nas demais séries, a escola tem sido árida, estéril, desprovida de música, poesia, dança, cores, liberdade, alegria (SOARES, 1995).

Segundo Talentos Brasil (2006), à arte, e somente a ela, cabe esse papel de permitir ao homem educando compreender e ler o mundo e tudo a sua volta, de maneiras crítica, particular e específica, a fim de que, através da educação estética manifestada a partir de sua sensibilidade ao cotidiano, tenha condições de perceber a realidade em termos da lógica, da nacionalidade e da concepção pragmática que, cada vez mais, tomam conta de todos nós, imobilizando-nos e impedindo-nos de enxergar a realidade por meio de uma única perspectiva.

Para Pinheiro (2005), a arte não é um subproduto do desenvolvimento social, mas um dos elementos essenciais que entram na constituição da sociedade; a arte foi e, ainda é, o instrumento essencial para o desenvolvimento da consciência humana. Assim, a convergência do trinômio arte, educação e sociedade pode sustentar a formação individual e social, norteadora da consciência e propulsora da inclusão social.

Dentro desse mesmo contexto é que a dança, como todas as artes, é fruto da necessidade de expressão do homem. Essa necessidade se liga ao que há de básico na natureza humana. Assim, se a arquitetura veio da necessidade de morar, a dança, provavelmente, veio da necessidade de

aplacar os deuses ou de exprimir a alegria por algo de bom concedido pelo destino (FARO, 1994). Gaudy (1980) complementou dizendo que a dança é um rito: ritual sagrado, ritual social. Encontra-se na dança essa dupla significação que está na origem de toda atividade humana: “é um modo de existir, não apenas jogo, mas celebração, participação e não espetáculo, estando presa à magia e à religião, ao trabalho e à festa, ao amor e à morte” (GARAUDY, 1980, p. 15). Os homens dançaram todos os momentos solenes de sua existência: na guerra e na paz, no casamento e nos funerais, na sementeira e na colheita.

A participação é vista como exigência da dança, mesmo quando ela é espetáculo, pois não é apenas com os olhos que a “acompanhamos”, mas com os movimentos pelo menos esboçados de nosso próprio corpo. A dança mobiliza, de algum modo, certo sentido, pelo qual temos consciência da posição e da tensão de nossos músculos, como os canais semicirculares de nosso ouvido nos dão consciência de nosso equilíbrio e o comandam. Esse sexto sentido estabelece, graças a um fenômeno de ressonância ou de simpatia muscular, o imediato, que induz uma emoção pela relação entre um movimento do corpo efetivamente realizado no máximo de sua tensão e um movimento do corpo que apenas se deixa abalar, nascente ou mesmo latente (GARAUDY, 1980). Ou seja:

A dança, como toda arte, é comunicação do êxtase. É uma pedagogia do entusiasmo, no sentido original da palavra: sentimento da presença de Deus e participação no ser de Deus. Certamente é nisso que está a “graça” da dança. A “graça” no sentido ao mesmo tempo estético e religioso do termo: presença do espírito na carne (GARAUDY, 1980, p.24).

A dança tem como finalidade a expressão dos sentimentos mais nobres e mais profundos da alma humana: aqueles que nascem dos deuses em nós, Apolo, Pan, Baco, Afrodite. Ela deve implantar em nossas vidas uma harmonia que cintila e pulsa. Ver a dança como uma diversão agradável e frívola é degradá-la (CHENEY, 1977 apud OSSONA, 1988). Faro (1994) complementou que a dança é uma arte bastante ligada à juventude e com esta se move no tempo e no espaço. Seu progresso tem sido contínuo – chega a ser vertiginoso,

com uma incrível variedade de propostas que nos dão a medida exata não apenas das pesquisas que sobre ela se realizam, mas, principalmente, de sua constante e permanente atualização. Permite-se, assim, dizer que a dança, em suas diversas manifestações, está de tal modo ligada à raça humana que só se extinguirá quando esta deixar de existir.

Nesse contexto, fica clara a importância da arte como instrumento incentivador e facilitador da educação, visto que esta é um requisito tanto para o pleno exercício da cidadania quanto para o desempenho de atividades cotidianas, para a inserção qualificada no mercado de trabalho, para o desenvolvimento econômico e, também, como elemento essencial para tornar a sociedade mais justa, solidária e integrada (PESTANA, 1999).

De acordo com o Ministério da Educação, a abordagem artística dos movimentos corporais, propiciada pela dança e baseada na expressão da experiência vivencial do mundo pelo indivíduo, é uma faceta específica do conhecimento do próprio mundo. Não basta “saber” o mundo e viver nele para conhecê-lo; é preciso sentir e perceber como se relacionar com ele, e como imaginar essa relação, traduzindo tudo isso em uma criação expressiva (EDUCAÇÃO, 2006).

A integração entre a educação e a família amplia as possibilidades em diferentes conhecimentos e habilidades, propiciando os aportes afetivos, sobretudo materiais, necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. É o que afirmou Gadotti (1993), quando relatou que não se muda a história sem o conhecimento, mas tem-se que educar as pessoas para se tornarem sujeitos da sua história e intervir no mercado de trabalho como sujeitos e não como povo sujeitado, massa de manobra da lógica interna da razão econômica.

Quem sabe assim a arte sai de horários específicos, de dogmas pre-estabelecidos e possa ser valorizada na educação como uma das principais produções humanas, necessárias à formação integral do indivíduo e crescimento da sociedade civil, humana e consciente dos seus direitos e deveres.

Nesse sentido, a arte tem sido uma poderosa aliada na reconstrução social, ao contemplar os quatro eixos fundamentais da educação – aprender a ser, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a conhecer. Com base nessa filosofia, foi concebido o Programa TIM ArtEducação, com ações e atividades voltadas para a promoção humana de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e de exclusão social.

Não se pode desconsiderar que o principal ator social de todo esse processo é a família, base da sociedade e elemento influenciador de programas sociais e de políticas sociais. A família é considerada aqui como recurso fundamental para a formação humana e para a preservação das relações sociais.

2.3. A Família e os Programas Sociais

A família vem-se apresentando em evidência por vários motivos. No entanto, ela tem sido o centro de atenção por ser um espaço privilegiado para arregimentação e fruição da vida emocional de seus componentes. Entretanto, tem chamado a atenção dos cientistas, pois ao mesmo tempo que, sob alguns aspectos, mantém-se inalterada, apresenta grande gama de mudanças. É comum ouvirmos referências à “crise familiar”, “conflito de gerações”, “morte da família”. Ela também suscita polêmicas: para alguns, família é a base da sociedade e garantia de uma vida social equilibrada, célula sagrada que deve ser mantida intocável a qualquer custo. Para outros, a instituição familiar deve ser combatida, pois representa um entrave ao desenvolvimento social; é algo exclusivamente nocivo, é o local onde as preocupações são fabricadas e onde se exerce constante dominação sobre as crianças e as mulheres.

O que não pode ser negado, entretanto é a importância da família, tanto nas relações sociais, nas quais ela se inscreve, quanto na vida emocional de seus membros. É na família, mediadora entre o indivíduo e a sociedade, que se aprende a perceber o mundo e a situar-se nele. É a formadora da nossa

primeira identidade social. Ela é o primeiro “nós”, a quem se tem como referência, por isso a importância de abordar-se esse assunto (REIS, 2001).

De acordo com Campos e Miotto (1998), a avaliação positiva da participação da família em programas assistenciais, feita pelo governo, parece fazer parte de uma tendência mais geral em termos da organização atual do conjunto do sistema de proteção social do país e é indício de que vem sendo reconhecida cada vez mais a importância da mulher na estrutura interna do grupo familiar doméstico e na administração da própria sobrevivência grupal.

Hook e Paolucci (1970), citados por Cebotarev (1979), consideram a família como unidade, constituindo, assim, um sistema de sustentação da vida para os seus membros, sendo dependente do ambiente natural para o sustento físico e das organizações sociais, que estão ligadas ao homem e que dão qualidade e significado à vida. O homem pertence a essa comunidade antes de pertencer a qualquer outra; sem dúvida, ele pertence a outras comunidades, comunidades locais, profissionais, nacionais, a uma classe social, e algumas dessas comunidades podem opor-se, de algum modo, à comunidade familiar: é o efeito desse entrelaçamento das estruturas sociais, mas a família permanece a base dessas estruturas (LAROQUE, 1952, apud BELTRÃO, 1962).

De acordo com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2006), as diretrizes para as políticas públicas estão voltadas para a garantia dos direitos à vida, que é o direito de nascer com saúde e de ter o grupo familiar e a comunidade como referências do aprendizado de relações, da afetividade, da socialização e da proteção natural. O direito à saúde, à alimentação e à moradia é considerado prioritário para o desenvolvimento das crianças. Também toda a criança tem direito ao seu desenvolvimento integral, que é o direito de crescimento e desenvolvimento de potenciais, aquisição de habilidades e conhecimentos. Para garantia desses direitos, faz-se necessária a implantação de políticas de proteção familiar, com serviços de saúde, alimentação, educação, lazer, esporte e cultura de boa qualidade.

Programas de atendimento à criança devem favorecer não somente a criança no processo de seu desenvolvimento, como também à sua família, por ser a primeira instituição social de que a criança participa e que exerce grande influência no seu desenvolvimento. Os pais têm papel fundamental nesse processo não só pelo tempo de convivência com a criança, como também pela ligação afetiva que existe entre eles. Assim, o envolvimento da família nos programas sociais faz-se necessário (RODRIGUES et al., 1996).

Souza (2000) ressaltou que, em geral, os processos de descentralização vão buscar programas sociais que envolvam maior participação popular. Nesse caso, a família é muitas vezes considerada como unidade de representação dos interesses dos indivíduos. Todavia, como os membros de uma família não compartilham plenamente seus interesses e, freqüentemente, é um membro específico que responde pelos interesses de todos, essa representação pode, na verdade, impor a vontade de um membro da família sobre os demais.

Desde 1967, Marshal (1967) apud Campos e Mito (1998) já afirmava que o trabalho de assistência social é mais eficaz se baseado na unidade familiar. Essa avaliação positiva da participação da família em programas assistenciais parece fazer parte de uma tendência mais geral, em termos da organização atual do conjunto do sistema de proteção social do país, sendo também reconhecida, cada vez mais, a importância da mulher na estrutura interna do grupo familiar doméstico e na administração da própria sobrevivência grupal.

Essa realidade reforça a importância da família nos projetos sociais, como elemento fundamental para seu sucesso e alcance dos objetivos. No caso da proposta em questão, pressupõe-se que a família serve de elo e sustentação entre o público atendido, crianças e adolescentes e o Programa Tim ArtEducação, sendo, portanto, importante o papel dela perante os filhos.

Segundo Queiroz et al. (2004), durante o Projeto UFV Cidadã⁶ constatou-se que a proposta de um trabalho em conjunto, unindo família e população

⁶ Projeto desenvolvido pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários da UFV, desde outubro de 2003. Um de seus objetivos foi identificar o Índice de Desenvolvimento Familiar, trabalhando com 90 famílias de crianças e adolescentes atendidos pelo Programa Tim ArtEducação, em Viçosa, MG.

atendida pelo Programa Tim ArtEducAção, poderia complementar e facilitar o desenvolvimento educacional e social da criança e do adolescente. Também foi evidenciada, nos resultados desta pesquisa, a necessidade de uma aproximação cada vez maior do Programa com a família, com a escola e com o poder público.

Pode-se observar, nesse sentido, que a luta contra a exclusão social, no Brasil, requer uma redefinição das relações entre Estado e Sociedade Civil, por meio da revalorização dos espaços públicos, da construção de direitos e do fortalecimento, tanto do Estado quanto da Sociedade Civil, para que numa relação de complementaridade seja respeitada a autonomia de cada um, tornando-se, assim, uma alternativa de desenvolvimento integral com a transformação das relações econômicas, sociais, políticas e culturais, que compõem o multifacetado processo de exclusão (SANTOS, 2000).

Deve-se destacar também a função da família para os programas sociais que têm em sua proposta o resgate da cidadania e dos direitos humanos, como o Programa Tim ArtEducAção. Para Benevides (1994), citado por Jacobi (2002), tem-se que:

O cidadão, além de ser alguém que exerce direitos, cumpre deveres ou goza de liberdades em relação ao Estado, é também titular, ainda que parcialmente, de uma função ou poder público. Isso significa que a antiga e persistente distinção entre a esfera do Estado e a da sociedade civil esbate-se, perdendo a tradicional nitidez. Além disso, possibilidade de participação direta no exercício do poder político confirma a soberania popular como elemento essencial da democracia (JACOBI, 2002, p. 22).

Segundo Jacobi (2002), o processo de construção da cidadania é permeado de paradoxos à medida que se explicitam três dinâmicas concomitantes: o reconhecimento e a construção das identidades dos diferentes sujeitos sociais envolvidos; o contexto da inclusão das necessidades expressas pelos diferentes sujeitos sociais; e a definição de novas agendas de gestão, visando estender os bens a amplos setores da população. Essa noção de

cidadania está estruturada a partir de uma definição legal dos direitos e deveres que a constituem.

Nesse mesmo contexto, Jelin (1994) afirmou que a realidade social deste fim de século apresenta um mosaico caótico, no qual também se inscreve o Brasil. A dimensão da cidadania está ancorada na “participação na esfera pública”. Isso inclui a participação ativa no processo público (as responsabilidades da cidadania) e nos aspectos simbólicos e éticos apoiados em fatores subjetivos que conferem um sentido de identidade e de pertencimento, ou seja, um sentido de comunidade.

Contextualizar o Programa Tim ArtEducAção e investigar sua linha de atuação, no que se refere à inclusão social, é importante, uma vez que, a partir desses dados, podem-se avaliar este e outros programas, propondo alterações e, ou, sugestões de novas ações que assegurem a garantia do direito da criança e do adolescente em se tornarem cidadãos socialmente incluídos. Além disso, ter a família como eixo fundamental para a construção e preservação da base da sociedade, considerando-se sua importância, influência e contribuição para os resultados de programas e projetos sociais, não pode ser esquecida, uma vez que programas não extensivos à família podem prejudicar toda a sua execução e funcionamento, prejudicando também os resultados esperados.

CAPÍTULO III

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo foi apresentada a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa, estruturada da seguinte forma: o local de estudo e sua unidade empírica de análise (Programa Tim ArtEducação e Projeto Oficina Dança de Rua); a população e a amostra; e os instrumentos e procedimentos usados para a coleta e análise dos dados.

3.1. Local de Estudo

A pesquisa foi desenvolvida na cidade de Viçosa, MG, por ter sido o primeiro município a receber o Programa Tim ArtEducação.

Viçosa, localizada no Estado de Minas Gerais, possui cerca de 73.121 mil habitantes, numa área territorial de 299 km², segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006a). Cerca de 80% da sua população reside na zona urbana.

3.2. Unidade Empírica de Análise: O Programa Tim ArtEducação

O Programa Tim ArtEducação (PTAEA) foi implantado em Viçosa, MG, em agosto de 2001, fruto da proposta pedagógica do Centro Experimental de Artes (CEA) de Viçosa, criado há 12 anos pelo então secretário Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Patrimônio de Viçosa e coordenador de Cultura da

Universidade Federal de Viçosa. Ao conhecer o trabalho desenvolvido com as crianças e adolescentes de Viçosa no CEA, a empresa de telefonia celular Tim Maxitel viu a oportunidade de criar um programa social, a partir da experiência positiva de Viçosa, que pudesse abranger um número maior de crianças e adolescentes. Assim, a Tim Maxitel, para exercer sua Responsabilidade Social Empresarial, tem firmado as parcerias com o primeiro setor, Estado de Minas Gerais (Lei de Incentivo à Cultura), a Prefeitura de Viçosa e o Terceiro Setor, ONG HumanizArte, gestora do Programa Tim.

A empresa de telefonia celular Tim Maxitel atua dentro do setor social por meio do Programa Tim Cidadania, desde 1998. Esse programa engloba outros 23 projetos sociais desenvolvidos em diferentes partes do país, atendendo a diversas comunidades.

Os projetos que compõem o Programa Tim Cidadania são: Projeto Tim Estado de Minas Grandes Escritores; TIM Valadares Jazz Festival; Manutenção do Palácio das Artes; Série de Concertos TIM; Festival Internacional de Música Colonial Brasileira e Música Antiga; Clássicos TIM; Festival Tudo é Jazz; Ateliê de Coreógrafos; TIM Perc Pan; Circuito Internacional Dell'Arte de Dança; Valores de Minas; Série de Concertos Eruditos; TIM Pró-Ópera – Aprenda a Gostar de Ópera; TIM Pró-Jazz Festival; TIM Pró-Arteeducação; Projeto TIM Música nas Escolas; Unidade de Beneficiamento e Reciclagem de Lixo de Aracaju (CARE); Bloco Oficina Tambolelê; Hospital da Baleia; Obras Sociais Irmã Dulce; McDia Feliz; Programa Coração Amigo; e o Programa Tim ArtEducação, sendo este último objeto deste estudo (Apêndice I).

De acordo com os relatórios da Tim Maxitel (2006), o Programa TIM ArtEducação, o principal Programa do Tim Cidadania até 2007, abrangendo 11 cidades mineiras (Uberlândia, Lavras, Uberaba, Viçosa, Barbacena, Divinópolis, Montes Claros, Passos, Poços de Caldas, Ubá e Varginha), 16 cidades do interior da Bahia (Feira de Santana, Juazeiro, Vitória da Conquista, Itabuna, Ilhéus, Jequié, Barreiras, Paulo Afonso, Jacobina, Alagoinhas, Nazaré das Farinhas, Irecê, Porto Seguro, Santo Antônio de Jesus, Valença e Senhor do Bonfim) e duas do Sergipe (Aracaju e Estância).

Em cada cidade, o Programa busca adaptar-se ao ambiente local e incrementar as políticas públicas municipais, estaduais e nacionais, tendo em vista sua missão de trabalhar pela inclusão social de crianças e adolescentes que vivem em situação de risco de evasão escolar ou, mesmo, de resgatar as que já estão fora da escola.

O Programa Tim tem como objetivos: incentivar a criação de políticas públicas culturais que promovam a inclusão social; fortalecer a integração da cultura, educação e ação social; possibilitar o contato dos alunos oriundos de famílias de baixa renda com atividades culturais e incentivar o exercício da cidadania; valorizar e fomentar as expressões artísticas locais, promovendo capacitação e oportunidade de trabalho; integrar, através da cultura, as comunidades, estimulando o aprendizado e a socialização; realizar uma mostra artística dos trabalhos desenvolvidos pelos alunos; consolidar a ação dos centros de cultura, criando alicerces para torná-los auto-sustentáveis; criar uma rede permanente de comunicação entre todos os participantes; e formar alianças intersetoriais nos municípios.

A metodologia do TIM ArtEducação valoriza a integração entre a cultura, educação e ação social, buscando unir os responsáveis em torno de uma ação concreta para a melhoria do rendimento escolar e aumento da auto-estima e da capacidade crítica dos participantes do Programa. Concomitantemente, busca incluir as famílias, os professores e as escolas nesse trabalho.

De acordo com o Workshop de lançamento da 5ª edição do Programa Tim ArtEducação em Viçosa, MG, em 2005, ele é dirigido, prioritariamente, a crianças e adolescentes de baixa renda, inseridos nas escolas públicas, e realizado por meio de oficinas de diversas formas de expressão artística.

Em Viçosa foram oferecidas, em 2005, 21 modalidades de oficinas, perfazendo 40 turmas, como: Contação de Histórias, Desenho Artístico, Banda de Música, Tambores do Buieió, Balet Clássico, Dança de Rua, Artes Plásticas, Capoeira Garnizé, Capoeira do Pardal, Flauta, Hip Hop, Musicalização, Circo, Teclado, Congado, Viola, Coral e Jazz. O Programa também oferece oficina de Dança de Salão para a turma da Melhor Idade, e, em parceria com a Fundação

Nacional de Arte/Ministério da Cultura (FUNARTE), o curso de teatro para profissionais da área, além do Projeto Pichinguinha, em parceria também com a Universidade Federal de Viçosa, e oficinas para portadores de necessidades especiais, com o Projeto “Arte sem Barreiras”. O Serviço Voluntário de Assistência Social (SERVAS) também faz parte deste grupo com o Projeto Valores de Minas, que trabalha a arte educação na inclusão social de crianças e adolescentes.

O Programa Tim ArtEducAção também desenvolve suas oficinas para comunidades de outras instituições, como a Igreja Católica e a Rebusca (entidade sem fins lucrativos), e para meninos de rua. Segundo Costa (2005), os bairros atendidos pelo Programa se situam na periferia e centro de Viçosa. São eles: Santo Antônio, Buieié, Novo Silvestre, Arduino Bolívar, Nova Viçosa, Grota, Sagrada Família, Barrinha, Bom Jesus, Fátima, Centro, Nova Era, Bela Vista, Cidade Nova e Estrelas.

Assim, o que antes era uma experiência isolada e pioneira, promovida por um único município (Viçosa), transformou-se numa ação de âmbito nacional, estendendo-se para outras cidades mineiras, da Bahia e do Sergipe, uma vez que a Lei de Incentivo à Cultura é um pilar muito importante para a expansão do programa. Além de contribuir para a educação formal e integração social de milhares de crianças e adolescentes, o programa é responsável pela criação de empregos diretos e indiretos, além da geração de renda para as comunidades locais (MEDIA MANIA, 2005).

3.3. População e Amostra

A população deste estudo é composta pelo número total de adolescentes inscritos na oficina de Dança de Rua, do Programa Tim ArtEducAção, da zona urbana e rural de Viçosa (MG), em 2006, e que participam, pelo segundo ano consecutivo, do Projeto Oficina Dança de Rua, totalizando 215 adolescentes.

O Programa Tim ArtEducação, por meio do Projeto Oficina Dança de Rua, foi analisado em função de a pesquisadora⁷ ter amplo conhecimento da sua realidade, o que pode subsidiar o estudo, com sua vivência e experiências. Segundo Demo (1996), citado por Rodrigues (1996), a familiaridade do pesquisador com o objeto de estudo, a convivência e a vivência são fatores primordiais para que se possa dimensionar, com mais precisão, o que acontece no cotidiano de um programa desses, exigindo desse profissional conhecimento teórico e prática persistente, de forma que o resultado da pesquisa possa se transformar em iniciativas práticas.

Da população envolvida (215 cadastrados na oficina Dança de Rua) foi retirada uma amostra intencional e estratificada composta pelos participantes de duas oficinas em específico, uma da zona rural, Escola Municipal Prof. Paulo Mário Del Giúdice (Colônia Vaz de Melo), e outra da zona urbana, da Escola Estadual Dr. Raimundo Alves Torres, residentes nos bairros Bom Jesus e Fátima. Esses adolescentes fizeram parte da 5ª edição do Programa Tim ArtEducação, referente a 2006, mas que se encontravam vinculados ao Programa desde a edição anterior, de 2005. No caso específico dos adolescentes da Colônia Vaz de Melo, todos os entrevistados se encontravam há três anos no Programa Tim ArtEducação. A 5ª edição foi escolhida por ser a mais recente, facilitando o contato com o público envolvido e com suas famílias, uma vez que o Programa não possuía um cadastramento sistemático dos participantes das edições anteriores.

A amostra não aleatória foi composta por adolescentes, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), por compreenderem a faixa etária entre 10 e 19 anos. Dessa forma, escolheu-se analisar a participação dos adolescentes, pois a adolescência é vista como um período naturalmente difícil, marcado por angústias e incertezas com relação à própria identidade e ao papel que lhe cabe na sociedade, sendo tais fragilidades muitas vezes mascaradas por um comportamento agressivo ou rebelde. A fase é ainda mais complicada para as pessoas que possuem dificuldade em controlar essa agressividade,

⁷ A pesquisadora, autora desta pesquisa, foi membro da equipe coordenadora do Projeto UFV Cidadã, da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, da Universidade Federal de Viçosa, no período de 2003-2004.

especialmente quando enfrentam grandes adversidades nos contextos familiar e socioeconômico e não dispõem, psicologicamente, de elevada resiliência – poder de recuperação (VELASQUEZ, 2007).

Um fator importante a ser ressaltado é que a indicação dos locais para a coleta dos dados foi sugestão da coordenadora artística da área de dança do Programa, com o intuito de evitar selecionar adolescentes que já haviam participado de outras pesquisas e entrevistas, de forma a evitar respostas padronizadas.

Outro critério para a seleção da oficina de Dança de Rua, como unidade empírica de análise, foi em razão de esta apresentar maior representatividade da população envolvida, além de ser a mais procurada pelos adolescentes atendidos pelo Programa. Esses sujeitos foram selecionados de acordo com o cadastro de inscritos na oficina realizado pelo Programa. O tamanho da amostra foi determinado pelo ponto de saturação.⁸

Os adolescentes da zona urbana foram selecionados, após visita ao local das aulas, que eram realizadas numa academia no centro da cidade. Assim que o professor de Dança de Rua disponibilizou a lista de presença dos participantes, eles foram agrupados de acordo com o bairro onde residiam, a fim de facilitar a coleta de dados. Como a maioria dos adolescentes residia nos Bairros Bom Jesus e Fátima, eles foram esclarecidos sobre o intuito da pesquisa, bem como foram marcadas as datas das visitas para a aplicação dos questionários a eles e aos responsáveis.

No caso dos adolescentes da zona rural, teve-se como referência a Escola Municipal Prof. Paulo Mário Del Giúdice (Colônia Vaz de Melo), onde era realizada uma das oficinas de Dança de Rua. Após contato com a diretora da escola e exposto os objetivos da pesquisa, foi disponibilizada a lista com os nomes dos adolescentes participantes da oficina.

Selecionou-se uma amostra conglomerada e intencional de 19 adolescentes, de ambos os sexos, das zonas urbana e rural, cadastrados regularmente no Programa Tim ArtEducação, correspondendo a 8,84% do

⁸ O "ponto de saturação" é atingido quando os novos entrevistados começam a repetir os conteúdos já obtidos em entrevistas anteriores, sem acrescentar novas informações relevantes (BABBIE, 2001).

universo dos 215 adolescentes beneficiados pela oficina Dança de Rua. Esses adolescentes representavam 16 famílias, uma vez que três tinham irmãos que também participavam da oficina.

Posteriormente, foram entrevistados os responsáveis pelos adolescentes para conhecer as expectativas, significados e opiniões deles acerca do Programa Tim e do Projeto Oficina Dança de Rua, bem como a visão deles sobre a participação nessa oficina, totalizando 13 responsáveis. Os responsáveis foram abordados individualmente e em separado, de forma a não serem influenciados pelos adolescentes e vice-versa. Os adolescentes indicaram os responsáveis que seriam entrevistados para a pesquisa, dando preferência àqueles que mais contato e participação tivesse em suas vidas. No final foram analisadas 16 famílias e entrevistados 13 responsáveis. Esse número de responsáveis é inferior ao de adolescentes entrevistados, uma vez que o ponto de saturação foi alcançado antes que o referido grupo fosse entrevistado.

3.4. Instrumento e Procedimento de Coleta de Dados

Esta pesquisa, exploratório-descritiva, adotou a metodologia quanti-qualitativa, e duas etapas foram seguidas para a coleta de dados.

Em uma primeira etapa, numa fase de caráter exploratório, foram levantados dados, documentos (cadastros dos adolescentes, folders), registros fotográficos e em vídeo, além de relatos, a fim de construir a história do Programa Tim ArtEducação, enfatizando-se a oficina de Dança de Rua. Essa etapa consistiu na organização, descrição e análise de todas as informações obtidas, visando caracterizar a trajetória de experiências do Programa Tim ArtEducação.

A seguir, foram levantados os nomes e endereços dos adolescentes participantes do Projeto Oficina de Dança de Rua, da zona rural e da zona urbana, ingressos no ano de 2005, e que se encontravam, também, na edição de 2006, bem como o nome do responsável por eles. Foi realizada uma

entrevista, por meio de questionário com questões objetivas e subjetivas, para constatar os significados e as expectativas dos adolescentes e de seus responsáveis com relação ao Projeto Oficina de Dança de Rua.

As questões contempladas no questionário (Anexo II) direcionadas aos adolescentes foram referentes: ao nível de participação, envolvimento e satisfação em relação ao Projeto Oficina de Dança de Rua; ao significado do Programa Tim ArtEducação e do Projeto Oficina Dança de Rua; grau de satisfação (seguindo a escala muito satisfeito, satisfeito, pouco satisfeito, insatisfeito e neutro); pontos positivos e negativos da oficina Dança de Rua; opiniões, sugestões e comentários quanto ao Projeto Oficina Dança de Rua.

No que se refere às questões direcionadas aos responsáveis pelos adolescentes (Anexo I), abordou-se: mudanças do comportamento do adolescente em casa e na escola – por meio da assiduidade, do rendimento escolar etc. – a partir da participação no Projeto Oficina Dança de Rua; envolvimento e participação da família no Programa Tim ArtEducação; concepção formada sobre o Programa; grau de satisfação das famílias (seguindo a escala muito satisfeito, satisfeito, pouco satisfeito, insatisfeito e neutro); pontos positivos e negativos da Oficina Dança de Rua; opiniões, sugestões e comentários quanto ao Projeto Oficina Dança de Rua; perspectivas de inclusão social; e o significado do Programa Tim ArtEducação e do Projeto Oficina Dança de Rua.

3.5. Descrição e Operacionalização das Variáveis de Análise

As categorias de análise utilizadas nesta pesquisa foram selecionadas para contemplar os objetivos propostos. Inicialmente, buscou-se caracterizar o perfil dos adolescentes, de suas famílias e de seus responsáveis, bem como seu microambiente, de forma a situar a amostra no seu contexto socioeconômico. Também, procurou-se apreender a percepção dos adolescentes e seus responsáveis sobre o Programa Tim ArtEducação e Projeto Oficina Dança de Rua.

Especificamente para os responsáveis dos adolescentes, buscou-se conhecer a opinião deles quanto às mudanças no comportamento dos adolescentes e no rendimento escolar, após a participação no Projeto Oficina Dança de Rua, como é a frequência nas aulas da oficina e como se dá a participação do adolescente no Projeto.

3.6. Análise dos Dados Obtidos

Os dados obtidos durante a 1ª etapa, ou seja, análise documental (fotos, relatórios e gravações de vídeo transcritas), foram utilizados para relatar a trajetória do Programa Tim ArtEducAção, visando conhecer melhor o Programa em questão. Esses dados foram apresentados considerando a sua procedência (utilizando-se, assim, somente documentos oficiais), sendo as informações relevantes descritas na pesquisa e analisadas de forma a ressaltar a origem do Programa Tim, suas propostas e funcionamento.

Os dados obtidos pela entrevista (2ª etapa), com base no questionário, foram transcritos, categorizados e analisados por temática. Tal procedimento foi adotado tendo em vista a própria natureza descritivo-exploratória do estudo em questão. Os textos foram desmembrados em unidades e reagrupados em categorias analíticas.

Com relação às questões abertas dos questionários, inicialmente foram categorizadas pela sua frequência e agrupadas conforme a semelhança entre elas, sendo, então, relatadas e analisadas na pesquisa. Os depoimentos contidos nas respostas abertas, que fossem interessantes citar no corpo do texto, foram apresentados nas análises dos dados referentes àquelas respostas.

CAPÍTULO IV

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo, caracterizaram-se o Programa Tim ArtEducação (PTAEA) e a sua trajetória, apresentando seus objetivos e propostas, bem como suas ações e abrangências, com ênfase no Projeto Oficina Dança de Rua (PODR). Os temas abordados foram: caracterização do PTAEA e do PODR; caracterização do perfil pessoal, familiar e ambiental dos adolescentes; conhecimento, opinião e significado que os adolescentes e seus responsáveis atribuem ao PTAEA; o significado do PODR e a participação dos adolescentes nesse Projeto, de acordo com a opinião dos responsáveis; e o significado, a inserção, o envolvimento e as expectativas dos adolescentes quanto ao PODR.

4.1. Caracterização do Programa Tim ArtEducação

O público-alvo do PTAEA está centrado em crianças e adolescentes de baixa renda da rede pública de ensino que, muitas vezes, encontram-se em situação de risco social⁹. Considerando a arte e, ao mesmo tempo, a vocação cultural desse segmento infanto-juvenil, o programa visa resgatar a auto-estima, estimular a escolaridade e o desenvolvimento cultural e artístico das crianças e adolescentes e, indiretamente, a reprodução social dos sistemas familiares e o desenvolvimento das comunidades (LORETO et al., 2006).

Além das escolas, o município, por meio de três secretarias (Educação, Cultura e Ação Social) seleciona as crianças e adolescentes, a partir de informações relacionadas ao poder aquisitivo das famílias (fornecidas pela

⁹ Na seleção dos adolescentes participantes, a noção de risco social é a mesma explicada por Guareschi e Hüning (2002), que abarca o infrator, a vítima de violência, o morador da vila, o parente de presidiários, o usuário de drogas e uma série de outras situações permeadas necessariamente pela situação de carência econômica, pelo local de procedência – a vila, por uma avaliação em relação à família de origem, dita desestruturada – ou por modos de vida que se diferenciam do que é tido por normal.

Secretaria de Ação Social), às dificuldades dos alunos com o processo de aprendizagem e à existência de problemas na família (fornecidas pela Secretaria de Educação). À Secretaria de Cultura cabe a função de promover e divulgar os eventos referentes ao PTAEA.

Sua proposta tem como base, segundo Lopes (2002), o reencantamento da criança e do adolescente com o mundo, por meio das oficinas artísticas, nas quais os alunos exercitam sua capacidade criativa e buscam um sentido para o trabalho por eles desenvolvido. Muito mais do que talento artístico, o Programa procura despertar, nas crianças e adolescentes, o interesse por transformar a si mesmos e, a partir daí, a própria realidade à sua volta. Assim, a arte cumpre sua função educativa por sua própria forma de expressão e, mesmo que os alunos não sigam carreira artística, as próprias atividades com que se envolvem os fazem repensar sua existência no mundo (FARIA; GARCIA, 2003).

No método de financiamento do PTAEA ocorre a integração de diferentes agentes sociais, havendo a formação de alianças estratégicas que envolvem o setor público (o Estado), o privado (a empresa Tim Maxitel) e o terceiro setor (ONG HumanizArte).

No que se refere ao setor público, em nível federal existe a Lei Rouanet e, em nível estadual, a Lei de Incentivo à Cultura. A Lei Rouanet (Lei Federal 8.313), assinada em 1991, permite às empresas patrocinadoras um abatimento de até 4% no imposto de renda, desde que já disponha de 20% do total já pleiteado. Para ser enquadrado na lei, o projeto precisa passar pela aprovação do Ministério da Cultura, sendo apresentado à Coordenação Geral do Mecenato e Aprovado pela Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CÓDIGO DE ÉTICA, 2007).

Já a Lei de Incentivo à Cultura (Apêndice I), criada em 29 de junho de 1995, permite que os valores investidos em programas sociais sejam deduzidos da base mensal do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Essas duas leis viabilizam a disponibilização de recursos financeiros do setor privado, representado pela Tim Maxitel, para apoio à geração de produtos culturais do PTAEA. Em outras palavras, a empresa Tim Maxitel entra com o

valor total do projeto aprovado e divide seu custo com o Estado, abatendo-se o valor de ICMS a pagar (LOPES, 2002).

A gestão do Programa, assim como sua coordenação geral, fica por conta da Organização Não-Governamental (ONG) HumanizArte, sediada em Viçosa, MG, que conta com o apoio das prefeituras dos municípios atendidos. São 8.600 vagas ocupadas por alunos da rede pública de ensino em Minas Gerais, Bahia e Sergipe que, geralmente, encontram-se em situação de risco social. A verba destinada ao programa social também cobre as despesas com uniformes, eventos e material de divulgação do Programa. A Sociedade Civil participa, por meio de seus municípios, inscrevendo e selecionando os alunos (LOPES, 2002).

O PTAEA surge, assim, de uma iniciativa privada, por meio da Tim Maxitel, na forma de Responsabilidade Social Empresarial, e se constitui como parte integrante das políticas públicas dos municípios parceiros a partir da Lei Estadual de Incentivo à Cultura. Jacobi (2002) afirmou que os municípios têm ampliado suas responsabilidades, notadamente nas áreas de educação e saúde, sendo cada vez maior o impacto de programas inovadores de alcances local e regional. O maior entrave aos processos de gestão local descentralizada é o risco de apropriação dos programas sociais pelos detentores tradicionais do poder local. Segundo os críticos dos programas descentralizados, isso gera uma “prefeiturização”, podendo os programas sociais, sob controle exclusivo do Executivo (municipal ou estadual), tornar-se objeto de barganhas eleitorais ou de práticas clientelistas¹⁰.

Ressalta-se, dessa forma, que a consolidação do PTAEA tem-se dado pela criação de elos fortes com outras instituições locais, reafirmando um dos modelos mais eficazes de ativação social que é a parceria, uma vez que promove a sinergia entre as competências existenciais de cada organização envolvida: Estado, Tim Maxitel e ONG HumanizArte (FISCHER, 2006).

¹⁰ O clientelismo, de acordo com Brum (2006), surge como uma relação diádica, baseada na lealdade e reciprocidade entre o eleitor e o político. Em vez de a demanda apresentada pelo eleitor (ou eleitores, quando se tratar de determinada localidade) ser considerada uma relação entre cidadão e poder público, que seria universalista e impessoal, a demanda atendida é vista como uma relação pessoal entre o eleitor e o político; este, ao atender a uma reivindicação, está prestando um favor (que pode ser à comunidade como uma obra ou individual como uma vaga numa escola), ao qual em troca os eleitores dão seu voto.

Além disso, Loreto et al. (2006) destacaram que esse Programa, ao promover ações que valorizem o cotidiano das famílias/adolescentes, suas relações intrafamiliares e demais redes sociais, pode influenciar o processo de inclusão das unidades familiares, por meio do fortalecimento tanto do indivíduo quanto do grupo, no sentido de empoderá-los, ou seja, de transformar as relações de poder, propiciando condições para uma participação mais ativa na organização social.

Uma das formas de visualizar, na prática, os resultados do PTAEA é por meio da mostra artística (Figura 1). Essa atividade é considerada uma das maiores realizações do Programa, acontecendo anualmente em cada cidade. O objetivo maior é a visualização do desenvolvimento artístico e cultural, quando as famílias, a sociedade e as autoridades têm a oportunidade de conferir o trabalho desenvolvido nas oficinas e o progresso artístico das crianças e adolescentes.



Figura 1 - Alunos das várias oficinas oferecidas pelo PTAEA em Viçosa, no final da mostra artística, em 2005.

4.1.1. Caracterização do Projeto Oficina Dança de Rua

Dentre as diferentes oficinas, a Dança de Rua (Figuras 2) é uma das 21 modalidades oferecidas desde a 1ª edição do PTAEA em Viçosa, MG. A Dança de Rua foi inserida no Programa, a partir de sugestões dos professores e da

própria coordenadora da área, uma vez que na mesma época em que o PTAEA iniciou suas atividades, em 2001, essa modalidade de dança havia crescido e tomado o lugar do jazz, destacando-se ainda mais com a chegada do “hip hop” no Brasil e, conseqüentemente, do “street dance”. Os alunos do Centro Experimental de Artes, que agora são professores da oficina de Dança de Rua, identificaram-se com essa arte, por representar, também, uma forma de manifestar suas idéias e direitos. Em 2006 se inscreveram, no Projeto Oficina Dança de Rua, 215 crianças e adolescentes em Viçosa, envolvendo quatro escolas municipais, Prof. Paulo Mário Del Giudice, Dr. Arthur Bernardes, João Francisco da Silva e José Teotônio Pacheco. A equipe responsável por essa oficina é formada por cincoicineiros (arte-educadores) e a coordenadora artística. A fim de entender melhor a razão pela qual essa forma de expressão artística faz parte do PTAEA, buscou-se relatar um pouco da história do seu surgimento no Brasil.



Figura 2. Alunos da oficina de Dança de Rua de Viçosa durante a apresentação geral, em 2005.

O ano oficial da chegada da Dança de Rua no Brasil foi 1984, mas não se pode falar de Dança de Rua sem antes mencionar suas raízes e origens vindas da cultura do “hip hop”. Essa atividade cultural é um dos movimentos

que mais cresce no Brasil, surgido nos subúrbios de Nova York (EUA), no fim dos anos de 1960. Trata-se de uma cultura de rua que tem o poder de abrir novos horizontes para quem vive na periferia, sendo um instrumento de inclusão social, uma vez que vem ganhando as academias. O movimento engloba música, o “rap” (“rhythm and poetry”), artes plásticas (grafite) e dança (“break”), unidos a mensagens de alto teor político, que são transmitidas pelos “MCs” (“master of ceremony”), quando falam ou declamam versos sobre uma base instrumental. O que, na época, foi propagado na mídia, era a chamada “break dance”. “Break” era a dança do momento na época, que jamais deixou de ser um elemento importante e propulsor do crescimento do movimento no Brasil (OLIVEIRA, 2006).

Apesar de ser originário dos Estados Unidos, essa mesma autora afirmou que o “hip hop” no Brasil é forte e reflete o que pensa e o que sente parte significativa da juventude brasileira. É, portanto, uma manifestação cultural que já se tornou o maior movimento musical, desde o surgimento do rock nos anos de 1950, saindo da periferia para ganhar adeptos em todas as classes sociais.

Segundo Schober (2004), a cultura “hip hop” é formada pelos seguintes elementos: o rap, o graffiti e o “break”. “Rap”, ou seja, ritmo e poesia, que é a expressão musical-verbal da cultura; Graffiti – que representa a arte plástica, expressa por desenhos coloridos feitos por grafiteiros, nas ruas das cidades espalhadas pelo mundo; “Break dance” - que representa a dança. Os três elementos juntos compõem a cultura “hip hop”. Muitos adeptos dessa cultura dizem que é a “CNN da periferia”, ou seja, que o “hip hop” seria a única forma de os moradores da periferia, dos guetos, expressarem suas dificuldades e necessidades.

Assim como a Dança de Rua, também conhecida como “street dance”, os “hip hoppers” trabalham a auto-estima dos excluídos, recusando os estereótipos que associam periferia à criminalidade, buscando a desconstrução de preconceitos e a constituição da identidade negra, por meio da música.

Dessa forma, os jovens excluídos, no contato com seus iguais (o grupo), podem sentir e vivenciar a oportunidade da livre-expressão através da arte, sem repressão.

Ao longo dos anos, perceberam-se o grande crescimento e fortalecimento do “street dance” graças aos grandes profissionais, que se propuseram a desmistificar todos os paradigmas que norteiam esse estilo. Ainda encontram-se pessoas que acham que Dança de Rua só é feita por “meninos de rua”, “maloqueiros” ou por simples dançarinos que não têm nenhum conhecimento de dança (CAJU, 2006).

Caju (2006) expôs sua experiência com essa arte, afirmando que:

Enquanto educador social que utiliza esta linguagem nas intervenções que faço é muito positiva. Tenho evidenciado nos últimos anos a grande aceitação da dança de rua em projetos sociais que lidam com crianças e adolescentes de baixa renda e vitimizadas socialmente, bem como, em academias, nos festivais de dança e programas de TV em que grupos independentes dão um show de criatividade e performance. Estas experiências e observações me fazem defender e comprovar, mesmo que de uma forma empírica este estilo que nasceu das ruas e ganhou o mundo através de sua simplicidade e diversidade de técnicas próprias, trazidas dos guetos norte americanos e que tornou-se um dos quatro elementos do Hip Hop que mais ganhou espaço nas últimas décadas (CAJU, 2006, p. 04).

Assim, a Dança de Rua (Figuras 3 e 4) é considerada, como outras manifestações artísticas, uma linguagem universal que, com toda a sua simbologia, expressa os mais belos sentimentos da alma humana. Assim, depara-se com uma “miscigenação” de estilos coreográficos que transformaram todos os conceitos relacionados à dança em propostas criativas idealizadas por seus “mestres”. A dança é a linguagem universal do corpo e não de um estilo. “Expressar a dança é transmitir através dos movimentos a difícil tarefa de sermos nós mesmos” (CAJU, 2006, p. 12).



Figura 3 - Alunos da oficina de Dança de Rua de Viçosa durante a apresentação geral, em 2005.



Figura 4 - Alunos da oficina de Dança de Rua de Viçosa na sala de aula, em 2006 – zona urbana.

4.2. Caracterização dos perfis pessoal, familiar e ambiental dos adolescentes

Na caracterização do perfil pessoal e familiar dos adolescentes, procurou-se identificar as seguintes variáveis: idade e escolaridade do adolescente e de seu responsável; o tamanho da família; o número de filhos; a renda familiar total; a ocupação dos responsáveis; e o microambiente onde vivem.

A amostra de adolescentes das zonas urbana e rural que participavam do PODR foi composta pelo total de 19 participantes que tinham, em média, 13 anos, sendo a maioria do sexo feminino (63,16%). Até o momento da pesquisa, 63,16% dos entrevistados tinham o Ensino Fundamental Incompleto, 21,05% o Ensino Médio Incompleto e 15,79% o Ensino Fundamental Completo.

Dos 19 adolescentes entrevistados, apenas 15,79% já haviam participado anteriormente de alguma atividade, ação ou projeto social, por exemplo uma escolinha de futebol da Universidade Federal de Viçosa. Isso reforça a importância desse público para o PODR, uma vez que essa era a primeira vez que tinham a oportunidade de participar de um projeto de inclusão social.

A luta contra a exclusão social (que vai além do combate à pobreza) é o grande desafio que os governantes e a sociedade enfrentam. Não se trata de um problema dos excluídos, mas de toda a sociedade e daí a necessidade de se buscarem a equidade e a solidariedade como horizontes das ações e de desenvolver o que Paulo Freire chamou de uma Pedagogia da Indignação¹¹ como ponto de partida (PONTUAL, 2000).

No que se refere ao perfil familiar (Tabela 1), foram analisados o tamanho da família, o número de filhos, o tipo de família e a renda e grau de escolaridade dos responsáveis.

¹¹ Paulo Freire havia dito no Instituto Paulo Freire que pretendia escrever um livro sobre Ecopedagogia. Ele estava escrevendo quando veio a falecer em 1997, deixando suas reflexões iniciais num pequeno texto que, depois de sua morte, foi publicado num livro organizado pela viúva Ana Maria Araujo Freire: *Pedagogia da indignação* (2000). Essa obra apresenta temas expressos com coerência e esperança, como também com a mais justa raiva ou indignação, que, dialeticamente relacionada com a amorosidade de Paulo Freire, levam às ações éticas capazes de denunciarem o feio, o injusto e o perverso e anunciarem as utopias esperançosas, os sonhos humanistas de democracia, justiça e tolerância, que deveremos tornar possíveis.

Os dados concernentes ao perfil das 16 famílias dos adolescentes da zona urbana e rural revelaram que o tamanho médio das famílias pesquisadas era de cinco membros, sendo o número médio de filhos igual a três por família. O tipo de família que predominou foi a nuclear (62,5%), composta por pai, mãe e filhos, seguida de 25% de famílias do tipo monoparental (pai ou mãe e filhos) e 12,5% de tipos de famílias em outros, formadas por adolescentes sem a presença dos pais, sendo, nesses casos, criados pelas avós.

Segundo os dados do IBGE (2006), o tamanho médio dos arranjos familiares diminuiu, entre 1995 e 2005, de 3,9 para 3,4 componentes no Nordeste e de 3,4 para 3,1 no Sudeste. Todavia, ainda se observa que as famílias mais numerosas ainda eram aquelas que percebiam rendimento mensal *per capita* menor, enquanto os maiores rendimentos foram característicos das famílias com menor número médio de pessoas. Esse comportamento foi verificado em todos os estados e regiões metropolitanas.

Em relação à composição das famílias dos adolescentes entrevistados, é importante destacar que as 25% famílias monoparentais residem na zona rural e são chefiadas por mulheres. Segundo Rocha (2000), essas mudanças pelas quais passam as famílias brasileiras estão relacionadas com o processo de modernização da sociedade e com o estilo de desenvolvimento econômico adotado, em que se observam os mais diversos tipos de família, além da nuclear. Assim, é cada vez maior o número de mulheres que chefiam o domicílio sem a presença do companheiro, o que leva ao fenômeno conhecido como a “feminização da pobreza”.

Nos últimos anos, as mulheres têm obtido papel de destaque na sociedade, na mídia e, principalmente, nas estatísticas, que evidenciam mudanças significativas nos indicadores sociais no que se refere à mulher. A queda nas taxas de fecundidade, a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, o aumento da “chefia” feminina e o crescimento da contribuição das mulheres no rendimento familiar apontam para um novo cenário de papéis e relações sociais. Porém, as questões de igualdade de gênero ainda constituem um desafio para as políticas públicas (IBGE, 2007).

No que se refere à renda familiar, em salários mínimos, 75% das famílias recebiam até um salário mínimo, 18,75% apresentaram renda que variava de um a dois e 6,25% tinham rendimentos de dois a três salários mínimos. Isso mostra quanto é importante para essas famílias a participação de seus membros em programas de capacitação que podem gerar futuros complementos para a renda geral da família. Um dos dados que mais diferem nos dois grupos é a renda familiar total. Enquanto as 11 famílias da zona rural estudadas tinham renda familiar de até um salário mínimo, a maioria das famílias da zona urbana (80%) tinha renda superior a esse valor. A renda *per capita* das famílias analisadas foi de 51,93% do valor do salário mínimo vigente no ano de 2006 (R\$350,00).

Dos 13 responsáveis pelos adolescentes entrevistados nesta pesquisa, 84,61% foram representados pela figura da mãe e 15,38% pela avó, com média de 47 anos. Em relação à ocupação dos responsáveis, 61,54% eram domésticas ou do lar, 30,77% faxineiras e 7,69% aposentadas. No que se refere ao ensino dos responsáveis, 76,93% tinham Ensino Fundamental Incompleto, 7,69% Ensino Fundamental Completo, 7,69% Ensino Médio Completo e 7,69% eram analfabetos. Os dados indicaram que a presença da figura materna ainda é predominante dentro da família, tendo grande importância na formação, educação e instrução dos filhos, apesar da baixa escolaridade. Campos e Miotto (1998) confirmaram dizendo que, no Brasil, a comprovação da importância da participação da família e da mulher na operação de programas sociais, pela difusão nacional de projetos de combate à pobreza com transferência monetária direta, ainda que sugestiva, não é fato novo. Programas de provisão de moradia, por exemplo, vêm optando, há décadas, por colocar o documento de propriedade do imóvel no nome da mãe, em razão da sua permanência ao lado dos filhos, podendo, com isso, garantir o uso mais continuado do abrigo pelo grupo.

Vale ressaltar que o grau de escolaridade dos responsáveis da zona urbana foi maior que os da zona rural, uma vez que todas as mulheres da zona rural tinham o Ensino Fundamental incompleto, enquanto as da zona urbana:

uma possuía o Ensino Fundamental Completo, outra o Ensino Médio Completo e apenas uma era analfabeta.

Tabela 1 - Perfil familiar dos adolescentes participantes do PODR, do PTAEA, Viçosa, MG, 2006

Características das Famílias	Zona Urbana (nº)	Zona Rural (nº)
Tamanho médio da família	5	4,8
Número médio de filhos	3	2,8
Tipos de família:		
- Nuclear	04	06
- Monoparental	—	04
- Extensa	—	—
- Outros	01	01
Renda familiar total (s.m.):		
- Até 1 salário mínimo	01	11
- De 1 a 2 salários mínimos	03	—
- De 2 a 3 salários mínimos	01	—
Grau de escolaridade:		
- Analfabeta	01	—
- Ensino Fundamental Incompleto	02	08
- Ensino Fundamental Completo	01	—
- Ensino Médio Completo	01	—

Fonte: Dados da pesquisa.

Considerando, nesta pesquisa, que o conhecimento do microambiente em que se encontram os adolescentes atendidos pelo PTAEA é de fundamental importância para o entendimento da sua realidade sócio-histórico-cultural, procurou-se identificar as seguintes variáveis a ele relacionadas: tipo de aquisição da residência, tipo de construção da residência, abastecimento de energia elétrica e de água, tratamento da água de consumo e destino do lixo e dos dejetos (Tabela 2).

Em se tratando do padrão habitacional das 16 famílias entrevistadas, 87,5% delas moravam em construção de alvenaria e 12,5% em barraco de latão. Das famílias entrevistadas, 50% tinham residência cedida, 37,5% residência própria e 12,5% alugada. Todas possuíam energia elétrica e, quanto ao abastecimento de água, 50% das famílias possuíam rede pública geral, 31,25% utilizavam água de mina e 18,75% tinham poço ou cisterna. Quanto ao destino dos dejetos, 43,75% das famílias possuíam rede pública de esgoto, 18,75% fossa séptica e 18,75% fossa seca, e 12,5% das famílias despejavam seus dejetos no rio e 6,25% no mato, sem nenhum tratamento. No caso do lixo produzido pelas famílias, 50% delas tinham o lixo coletado, enquanto outras 50% queimavam o lixo produzido em casa. Essa realidade ressalta a importância de se desenvolver, em Viçosa, projetos e programas que trabalhem questões básicas sobre saneamento e higiene com as comunidades carentes, assim como de conhecimento e informação, uma vez que as famílias não atendidas pelos serviços públicos de coleta de lixo e esgoto não dão a esses resíduos destino correto.

É importante salientar que as condições habitacionais das famílias dos dois grupos, zonas urbana e rural, assemelham-se em alguns pontos, como: a maioria delas residia em construção de alvenaria (87,5%), 50% possuíam residência cedida e 37,5% residência própria; todas possuíam energia elétrica; e todas utilizavam, como tratamento da água de consumo, a filtragem.

Os dados mais contrastantes, entre os dois grupos, sobre as condições habitacionais se referem ao abastecimento de água e à destinação dos dejetos e do lixo. Enquanto as famílias da zona urbana tinham acesso a todos esses serviços pela rede pública, das famílias da zona rural 27,27% possuíam abastecimento de água, 18,18% rede pública de esgoto e 27,27% tinham o lixo coletado.

Em um estudo realizado pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários da UFV com 90 famílias de crianças e adolescentes atendidos pelo PTAEA, registrou-se que a falta de higiene pessoal e habitacional é um agravante para a situação da maioria das famílias. Muitas apresentavam condições precárias de

moradia, em que se registra, principalmente, a falta de saneamento básico. Cerca de 42% das casas não possuíam esgoto adequado e 32% não tinham acesso à água adequado (QUEIROZ et al., 2004).

Tabela 2 - Características do microambiente das unidades familiares dos adolescentes atendidos pelo PODR, do PTAEA, Viçosa, MG, 2006

Características da Residência	Zona Urbana	Zona Rural
	Total: 05 (nº)	Total: 11 (nº)
Tipo de aquisição da casa		
- Própria	03	03
- Cedida	02	06
- Alugada	—	02
- Outros	—	—
Tipo de construção da habitação		
- Alvenaria	05	09
- Madeira	—	—
- Outros (barraco de latão)	—	02
Energia elétrica		
- Possui	05	11
- Não possui	—	—
Abastecimento de água		
- Rede pública	05	03
- Poço ou cisterna	—	03
- Outros (mina)	—	05
Tratamento da água de consumo		
- Filtrada	05	11
- Fervida	—	—
- Outros	—	—
Destino dos dejetos		
- Fossa seca	—	03

- Fossa séptica	–	03
- Rede pública	05	02
- Outros (rio e mato)	–	03
Destino do lixo		
- Coletado	05	03
- Queimado	–	08
- Enterrado	–	–
- Outros	–	–

Fonte: Dados da pesquisa.

4.3. Programa Tim ArtEducAção: significado, conhecimento e opinião dos adolescentes

Antes de analisar a perspectiva dos adolescentes quanto à Oficina Dança de Rua, é necessário conhecer o grau de conhecimento e envolvimento desse público em relação ao Programa Tim ArtEducAção (PTAEA), uma vez que a oficina faz parte dele. Dessa maneira, a fim de verificar se os adolescentes tinham conhecimento de que a oficina é um projeto do PTAEA, eles foram questionados a respeito do que pensavam sobre o Programa, o que escutavam falar sobre ele e qual a importância da participação da família em sua proposta.

A primeira abordagem feita aos 19 adolescentes foi com relação ao significado que eles atribuíam ao PTAEA (Tabela 3), sendo possível, em suas respostas a essa questão aberta, relatar mais de um significado ou nenhum, 89,47% dos adolescentes relacionaram o Programa à arte-educação, referindo-se à: arte de dançar (47,07%); promoção da arte, por meio da educação e vice-versa (41,17%); e uma forma de adquirir conhecimento, cultura e respeito (11,76%).

Programa que a Tim está fazendo e que quer promover arte com educação. Para mim é para quem não faz nada além de estudar. Eu não faço nada em casa mesmo (W, 16 anos).

A Tim está colaborando na educação, levando a cultura para as pessoas (L, 16 anos).

Diante das respostas referentes à arte, percebeu-se a importância que os adolescentes davam às manifestações culturais como uma das maneiras de os incentivarem a investir na educação e a ocupar o tempo ocioso. Dessa forma, programas sociais que abordam esse assunto são importantes, uma vez que a arte é um dos meios para promoção da união do indivíduo com o todo, refletindo a capacidade humana para a associação e para a circulação de experiências e idéias (READ, 1982).

Dos adolescentes entrevistados, 25,92% se referiram ao PTAEA como uma oportunidade de melhorar de vida, uma vez que tirava as crianças da rua (57,15%), também atribuindo à esperança de um futuro melhor (28,57%) e à melhoria da qualidade de vida (14,28%).

Para mim, como se fosse assim, dá educação para pessoas, tira as pessoas, crianças da rua que são levadas para o projeto (M, 17 anos).

É uma coisa boa que a gente entra nesse projeto e pode ter uma coisa a mais na vida, mais tarde (M, 15 anos).

Significa que é uma coisa boa, porque é melhor fazer aula de dança do que estar na rua roubando (R, 13 anos).

O PTAEA era desconhecido por 15,78% dos adolescentes entrevistados, de forma que faltava informação para que pudessem construir um significado sobre esse Programa. Percebeu-se que havia um distanciamento entre o PTAEA e o PODR, o que acarretava essa ausência de informações pelos adolescentes participantes da oficina sobre o Programa do qual este Projeto fazia parte. Independentemente disso, deve-se ressaltar a valorização do PTAEA mencionada por 84,21% desses atores sociais, uma vez que apenas 15,78% dos adolescentes não encontraram respaldo para responder.

Tabela 3 - Significados mencionados pelos adolescentes para o PTAEA

Programa Tim / Significados	Adolescentes %
Relacionados à arte-educação:	

Atividade prazerosa. Apresentação de dança. Promoção da arte através da educação e da educação através da arte. Colabora para a educação. Leva cultura às pessoas. Aprendizagem. Respeito	62,97
Relacionados à oportunidade de melhorar de vida: Tira as crianças da rua. Parte do trabalho desenvolvido. Participação. Esperança de um futuro melhor. Qualidade de vida Escolha de vida	25,92
Relacionado ao desconhecimento a respeito do Programa: Nada. Desconhecimento	11,11

Fonte: Dados da pesquisa.

Dos 19 adolescentes entrevistados, boa parte deles considerou o PTAEA excelente (31,59%), muito bom (26,31%) e bom (15,79%), ressaltando-se que nenhum o considerava razoável ou ruim. Dos adolescentes, 26,31% não tiveram como opinar sobre o Programa, uma vez que o desconheciam.

Considerando o que ouviam a respeito do PTAEA, 34,79% dos adolescentes colocaram que o Programa havia oferecido oportunidades para talentos artísticos, 21,74% que o Programa mudou a vida das crianças e adolescentes, 17,39% que melhorou o relacionamento dentro da família, 17,39% que melhorou a disciplina e 8,69% que contribuiu para o crescimento pessoal. Vale ressaltar que 36,84% deles disseram nunca terem ouvido qualquer comentário a respeito do Programa, lembrando que 15,79% dos adolescentes também apresentaram falta de informações sobre ele ao serem questionados quanto ao significado do PTAEA para eles.

Os adolescentes concordaram (68,42%) que a participação da família seria útil ao PTAEA, no incentivo à participação do adolescente nas aulas (41,18%), no envolvimento dele em suas atividades (29,41%), na divulgação do Programa (23,53%) e na participação das famílias em ações voluntárias (5,88%). Os outros 26,31% dos adolescentes não souberam responder à pergunta.

4.4. Programa Tim ArtEducAção: significado, conhecimento e opinião dos responsáveis pelos adolescentes atendidos

Procurou-se conhecer, também, o significado do Programa Tim ArtEducação para os responsáveis, de acordo com as informações que possuíam até o momento da entrevista (Tabela 4). Como a pergunta foi aberta, os entrevistados ficaram à vontade para atribuir nenhum, um ou quantos significados quisessem.

Dos responsáveis entrevistados, 44,44% não souberam responder, uma vez que desconheciam o Programa. Dessa forma, observou-se que os principais responsáveis pela entrada e permanência do adolescente no Programa não possuíam informações a respeito deste. Sabe-se que as condições em que esses indivíduos estavam inseridos eram de exclusão social, baixa escolaridade, desemprego e baixa renda familiar, fatores que podem estar ancorando a falta de interesse, informação e envolvimento por parte da família. Esse perfil familiar é importante quando se considera que a família possui como função primordial a formação da personalidade dos indivíduos e a socialização primária das crianças, atuando, também, como agência de transmissão da ideologia (BRUSCHINI, 1990). Nesse sentido, a não-inclusão da família em suas propostas de educar por meio da arte e formar cidadãos faz do PTAEA, um programa social incompleto e mais vulnerável quanto ao alcance dos seus objetivos.

Considerando os dados anteriores, 38,88% dos responsáveis relacionaram o PTAEA à arte-educação, mencionando que ele era uma forma de aprendizado e incentivo para o adolescente (42,86%), que contribuiu para a saúde (28,57%) e para se aprimorar na dança (28,57%).

Coisas boas, porque arte e educação são coisas boas. Então, para mim, só vem coisas boas (M, 37 anos).

Significa que incentiva bastante as crianças na dança, inclusive eu acho que com estes projetos estão tirando muitas crianças da rua e também na estrutura da criança em si, em geral, eu acho que é muito bom (E, 53 anos).

Os responsáveis relacionaram o PTAEA à oportunidade do adolescente em melhorar de vida (16,66%), uma vez que o Programa tirava as crianças da rua (66,67%) e oferecia oportunidade de investir o tempo livre em uma atividade

extra-escolar, que poderia trazer frutos no futuro (33,33%). De forma geral, 55,54% dos responsáveis valorizaram o PTAEA, relacionando-o a uma experiência boa/positiva para o adolescente.

Tabela 4 - Significados mencionados pelos responsáveis para o PTAEA

Programa Tim / Significados	Responsáveis %
Relacionado a falta de informação sobre o Programa: Nada. Desconhecido	44,46
Relacionados à arte-educação: Envolve arte e educação. Aprendizagem. Incentivo para a dança Contribui para a saúde. Dança	38,88
Relacionados à oportunidade de melhorar de vida: Tira as crianças da rua. Oportunidade	16,66

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto à opinião dos 13 responsáveis em relação ao PTAEA, a maioria deles (32%) declarou que não conhecia esse Programa, assim como 32% desconheciam-no; 12% declararam ser revelador de talentos; 8% consideravam-no transformador; 8% que era incentivador das culturas; e 8% consideravam-no eficiente. Percebeu-se que uma possível falha do Programa pode ter sido a falta de divulgação e esclarecimento para os principais influenciadores de seu público-alvo, os pais/responsáveis dos adolescentes, uma vez que esse fator pode interferir diretamente na efetivação dos seus objetivos. A falta de esclarecimento e conhecimento sobre o PTAEA pode dificultar o acesso do público interessado pelas atividades oferecidas e desestimular aqueles que já participavam das oficinas.

Confirmando a falta de conhecimento sobre o PTAEA, quando questionados sobre os comentários que ouviam a respeito do Programa, 47,08% dos responsáveis disseram que nunca ouviram nada a respeito; 11,76% que o Programa ofereceu oportunidade para talentos artísticos; 11,76% que melhorou o relacionamento da família; 11,76% que mudou a vida dos adolescentes; 5,88% que melhorou a disciplina; 5,88% que contribuiu para o

crescimento pessoal do participante; e 5,88% que respondeu, na alternativa “outros”, que ofereceu também a oficina de pintura. Mesmo o PTAEA tendo a mídia como recurso para divulgar suas ações, boa parte dos entrevistados nunca ouviu comentário algum sobre ele, ressaltando-se que todas as famílias possuíam televisão e rádio. Percebeu-se, também, que a maior parte dos responsáveis nunca teve a oportunidade de saber que a oficina de Dança de Rua de que os adolescentes participaram fazia parte de um Programa maior, o que implicou um *marketing* social equivocados por parte da empresa, pois não se constatou retorno positivo das ações do PTAEA para as famílias do público atendido.

Melo Neto e Froes (1999) afirmaram que o retorno social institucional ocorre quando a maioria dos consumidores privilegia a atitude da empresa de investir em ações sociais, e o desempenho da empresa obtém o reconhecimento público. Mas, para isso, é necessário que o público atendido tenha conhecimento e informação quanto às atividades desenvolvidas pelo projeto social.

No que se refere à opinião dos responsáveis quanto à maneira como a família poderia ser útil ao PTAEA, 40% não souberam responder, pois não sabiam o que é o Programa; 26,66% afirmaram que eles seriam úteis no incentivo à participação do adolescente; 13,34% disseram que poderiam ser úteis, havendo a participação da família em ações voluntárias; 13,34%, no envolvimento do adolescente no Programa; e 6,66%, na divulgação do Programa. Os próprios responsáveis que conheciam o PTAEA se colocaram à disposição do Programa para divulgar e envolver mais os familiares dos adolescentes atendidos, uma vez que perceberam a importância do acompanhamento dos pais nas atividades desenvolvidas pelos filhos e netos.

Rodrigues et al. (1996) afirmaram que programas de atendimento ao adolescente devem favorecer não somente o adolescente no processo de seu desenvolvimento, como também a sua família, por ser a primeira instituição social de que a criança participa e que exerce grande influência no seu desenvolvimento. Os pais têm papel fundamental nesse processo não só pelo

tempo de convivência com a criança, como também pela ligação afetiva que existe entre eles. Assim, o envolvimento da família nos programas sociais faz-se necessário, o que não aconteceu com os pais/responsáveis participantes desta pesquisa, uma vez que 84,62% deles responderam que não participavam ou não eram envolvidos pelo PTAEA. Apenas 15,38% mencionaram que participavam de forma passiva, assistindo às apresentações de dança no final de cada edição, mas sem se sentirem realmente envolvidos. Os outros 84,62% pais/responsáveis também assistiam às apresentações de dança, mas não associaram esse evento como uma forma de participação deles no Programa.

Diante desses dados, ressalta-se que, apesar de 61,54% dos responsáveis e 36,84% dos adolescentes não possuírem informações sobre o PTAEA, 38,46% dos responsáveis e 42,10% dos adolescentes citaram vários comentários positivos que ouviam de outras pessoas, fora do ambiente familiar, sobre o Programa. Além disso, no que se refere à maneira pela qual a família poderia ser útil ao PTAEA, 36,84% adolescentes e 30,77% responsáveis disseram que a família seria útil, incentivando a participação e a frequência dos adolescentes nas aulas de Dança de Rua e nas apresentações. Assim, observou-se que, mesmo os questionários sendo aplicados individualmente e em separado, os responsáveis apresentaram informações e opiniões parecidas com as dos adolescentes sobre o assunto abordado.

4.5. Projeto Oficina Dança de Rua: a participação dos adolescentes na opinião dos responsáveis

No que se refere ao significado que o Projeto Oficina Dança de Rua (PODR) tinha para os responsáveis, 45,47% o relacionaram à oportunidade de melhorar de vida, mencionando que tinham esperança de um futuro melhor (50%); acreditavam nessa oportunidade que foi dada aos adolescentes (20%) e na qualidade de vida para a família (20%); e esperavam que isso resultasse em trabalho para os adolescentes (10%), como se pode observar nas seguintes falas (Tabela 5):

O que eu penso é que meu filho conseguirá coisas melhores, ensinará para os outros, poderá ser até um professor de Dança de Rua, que é uma coisa muito boa não só para ele, mas também para os outros que fazem. É um aprendizado muito bom para ele (M. H, 42 anos).

Que é uma coisa boa, que incentiva a tirar as crianças da rua, para não ficarem à toa. Deixa a pessoa mais esperta (E, 33 anos).

A arte-educação também foi relacionada por 31,81% dos responsáveis, quanto ao significado da Oficina de Dança de Rua. A esse significado foram atribuídas várias falas, como o conhecimento (42,87%), incentivo a fazer uma atividade interessante como a dança (28,57%), cultura (14,28%) e disciplina (14,28%).

Mesmo o adolescente participando, há mais de um ano, do PODR, cinco responsáveis não atribuíram significado ao Projeto, de forma a não apresentar informações sobre ele. Observou-se, também, que a oportunidade de melhorar de vida e a arte-educação são os principais significados atribuídos a ele.

Tabela 5 - Significados mencionados pelos responsáveis para o PODR

Oficina Dança de Rua / Significados	Responsáveis %
Relacionados à oportunidade de melhorar de vida: Tira as crianças da rua. Tranquilidade para os pais. Esperança de um futuro melhor. Oportunidade. Oportunidade de um futuro melhor. Esperança de trabalho. Qualidade de vida	45,47
Relacionados à arte-educação: Cultura. Aprendizagem. Mais esperteza. Ensinar. Aprendizado Disciplina. Incentiva a criança a sair da rua. Dança	31,81
Relacionado ao desconhecimento a respeito do Projeto: Nada. Desconhecido	22,72

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto à participação dos adolescentes no PODR (PODR), os responsáveis foram questionados sobre a seleção dos adolescentes; o comportamento deles, em casa e na escola; rendimento escolar; pontos

positivos e negativos do Projeto; grau de satisfação e dos adolescentes, na opinião dos pais, em relação ao Projeto e a sugestões para a sua melhoria.

Procurou-se, primeiramente, conhecer a forma como os adolescentes foram selecionados para fazer parte do PODR. Dos 13 responsáveis participantes da pesquisa, 53,85% não souberam responder, 38,46% mencionaram que os adolescentes foram convidados por colegas que já faziam as aulas e 7,69% disseram ter sido por meio da escola. De acordo com as falas dos próprios responsáveis, percebeu-se a ausência de esclarecimento maior quanto à importância da participação dos adolescentes em um projeto que envolve a arte como incentivo para os estudos, uma vez que nenhum dos responsáveis participou da seleção dos adolescentes para entrar no projeto e nenhum conhecia o projeto antes de o adolescente iniciar as aulas de Dança de Rua. Além disso, indicaram que desconheciam as condições para permanecer no PTAEA, que é a frequência escolar e a aprovação no final do ano.

Quando questionados sobre o que achavam da participação do adolescente no PODR, 76,48% dos responsáveis afirmaram que foi algo bom que aconteceu na vida deles e 17,64% não souberam responder, e 5,88% deles ressaltaram que atrapalhava um pouco os estudos, apesar de só ter essa atividade extra-escolar, sem contar os afazeres domésticos.

Na percepção dos 13 responsáveis, que viram a participação do adolescente no PODR como positiva, 29,64% disseram que a participação representou o desenvolvimento de pessoas, 22,22% a promoção de encontro de pessoas, 18,52% uma forma de ocupar o tempo, 18,52% a realização de um sonho, 7,4% diversão; e 3,7% uma forma de identificação com a arte de dançar. Nenhum escolheu a alternativa que “nada representa”, o que mostrou quanto as famílias valorizavam a participação dos adolescentes em atividades artísticas, mesmo desconhecendo a procedência da oficina e seu objetivo principal que era melhorar a educação por meio da arte.

Salienta-se, assim também que a arte sempre foi utilizada para educar e socializar o ser humano, e, como afirmou Scuro Neto (1995, p. 251), “a função

social da arte tornou-se complexa em um mundo onde o ser humano é uma totalidade, soma de todas as relações sociais”.

Ao avaliar o comportamento atual do adolescente em casa, após sua inserção no PODR, 76,93% dos responsáveis responderam que houve melhoria no relacionamento do adolescente com a família, pois o adolescente se tornou mais desinibido e comunicativo, além de ter havido um reflexo no rendimento escolar. Mesmo 23,07% dos responsáveis afirmarem que não observaram alterações significativas, não identificando mudança no comportamento do adolescente, eles se contradizem ao justificar a escolha dessa alternativa, como pode ser observado na fala abaixo.

Antes elas eram muito agitadas e agora ficaram mais tranquilas. A forma de tratar os membros da família melhorou. A dança foi uma forma de desestressá-las (M, 39 anos).

Ele gosta muito de dançar. Agora está mais interessado em suas atividades escolares (V, 34 anos).

Antes era nervoso, estressado, toda hora dizendo “que não ia ser nada na vida”. Depois a mente dele evoluiu, nunca mais tomou bomba, nem faltou mais às aulas (I, 27 anos).

Esses dados estão de acordo com Duncan (1980), citada por Garaudy (1980), que disse que:

A dança não é apenas uma arte que permite à alma humana expressar-se em movimento, mas também a base de toda uma concepção da vida mais flexível, mais harmoniosa, mais natural. A dança não é, como se tende a acreditar, um conjunto de passos mais ou menos arbitrários que são o resultado de combinações mecânicas e que, embora possam ser úteis como exercícios técnicos, não poderiam ter a pretensão de constituírem uma arte: são meios e não um fim (GARAUDY, 1980, p. 57).

Sobre o comportamento do adolescente na escola, após a participação no Projeto, 53,86% dos responsáveis avaliaram que melhorou muito, como pode ser observado nas seguintes falas:

As notas melhoraram e passaram a se interessar mais pelos estudos (M, 39 anos).

Ela se esforça mais, tira notas boas e passa direto (M, 25 anos).

Gosta de ir à escola. Não gosta mais de faltar às aulas (V, 34 anos).

Dos responsáveis, 15,38% responderam que não houve alteração significativa no comportamento do adolescente na escola, alegando que sempre foi bom; 15,38% avaliaram que melhorou ligeiramente; e 15,38% relataram que não teve alteração significativa. Observou-se, diante dos depoimentos, que a arte estimulada a partir da dança influencia o comportamento e a maneira de agir das pessoas (GARAUDY, 1980). Também, deve-se ressaltar que, cada vez mais, os adolescentes lançam mão da dimensão simbólica e expressiva como a principal e mais visível forma de comunicação, expressa no comportamento e nas atitudes com os quais se posicionam diante de si mesmos e da sociedade (CONHECIMENTOS DE ARTE, 2002).

No que se refere ao rendimento escolar dos adolescentes, após participarem do PODR, 46,16% dos responsáveis disseram que não houve alterações significativas, 38,46% disseram que melhorou muito e 15,38% ressaltaram que melhorou ligeiramente. Dos 38,46% dos responsáveis que responderam que o rendimento escolar melhorou muito, algumas das justificativas foram:

Melhorou as notas, só tira “azul”. Nunca mais tirou “vermelho” (V, 34 anos).

Nunca mais tomou bomba e não faltaram mais às aulas (I, 27 anos).

As falas dos responsáveis confirmam que, além de melhorar o nível de socialização, as oficinas contribuíram para que os alunos realizassem as atividades escolares com mais interesse e apresentassem um melhor nível de aprendizagem.

Um relatório do acompanhamento nas escolas públicas dos participantes do PTAEA, em sua 4ª edição revelou que 90,16% dos alunos apresentaram

maior nível de socialização; 89,29% passaram a realizar com interesse as atividades propostas; 76,64% aumentaram a capacidade de concentração nas atividades escolares, entre outros índices que apontaram qualidades desenvolvidas, com a ajuda da arte e da cultura, na vida da criança e adolescente (QUEIROZ et al., 2004). Essas qualidades resultam de um melhor comportamento tanto na escola quanto em casa com os demais membros da família; como também a melhoria do rendimento escolar dos adolescentes atendidos pelo PTAEA, como nos dados apresentados anteriormente. Além disso, vêem confirmar os vários benefícios que a arte, neste caso a Dança de Rua, pode trazer para contribuir para o desenvolvimento humano.

No que se refere às contribuições do PODR para o adolescente, na opinião dos responsáveis, 61,54% dos responsáveis afirmaram que houve contribuições, por exemplo o comportamento do adolescente; fisicamente; para a saúde; na relação com os amigos; passando a ter mais responsabilidade em casa e na execução de suas tarefas e atividades; e 38,46% dos entrevistados não souberam responder.

Está mais feliz e menos estressada. Hoje expressa mais facilmente o que sente (M, 25 anos).

Despertou para vida, tem menos preguiça, foi uma forma de ocupar seu tempo ocioso (E, 33 anos).

Melhorou os estudos e o relacionamento dentro de casa (I, 27 anos).

Além do comportamento e desempenho escolares, questionou-se quais outros efeitos tiveram o PODR para a família: 46,17% dos responsáveis disseram não ter o que acrescentar; 15,38% colocaram que passou a haver mais diálogo em casa; 15,38%, que os adolescentes passaram a ter mais interesse e responsabilidade pelas próprias atividades, passando também a ter mais juízo; 7,69% que houve melhoria da auto-estima do adolescente; 7,69% todos os membros da família interessavam que o adolescente continuasse; e 7,69% que o adolescente estava mais próximo da família, facilitando o relacionamento.

É importante ressaltar que melhorias no desempenho escolar e envolvimento com a família são observáveis no médio prazo, como é o caso do Programa em questão, enquanto avanços no capital humano, que podem quebrar o ciclo da pobreza, somente são percebidos no longo prazo (FERRO; KASSOUF, 2007).

Os responsáveis foram questionados, também, quanto às dificuldades que os adolescentes enfrentavam para freqüentar o PODR. Para 73,34% dos responsáveis não havia dificuldades para freqüentar as aulas; 13,34% colocaram que uma dificuldade era a questão do horário, pois a oficina costumava acabar tarde; 6,66% deles mencionaram a questão do transporte; e 6,66% a falta de colaboração entre os profissionais envolvidos.

Apesar de os adolescentes da zona rural residirem longe do centro da cidade, suas aulas de Dança de Rua eram realizadas na própria escola e, mesmo para os que residiam um pouco mais distante, existia o transporte escolar. A realidade dos adolescentes da zona urbana era diferente, pois mesmo residindo na cidade e existindo a possibilidade de chegarem a pé no local onde eram realizadas as aulas (centro da cidade), a distância era grande e não havia vales-transporte disponíveis para esse público.

No caso do local onde eram realizadas as aulas da zona urbana (centro da cidade) devido à distância percorrida pelos adolescentes, um responsável mencionou a falta de colaboração entre os profissionais envolvidos para solucionar esse percalço. Ele acreditava que o professor de Dança de Rua e a coordenadora artística poderiam mudar o local, mas o que ele não sabia era que a parte referente à logística do Programa era papel da prefeitura local. Apesar disso, a equipe envolvida pela oficina de Dança de Rua havia procurado facilitar o acesso às aulas, uma vez que reivindicavam vales-transporte para esses adolescentes até o momento desta pesquisa.

Em relação às facilidades que os adolescentes tinham para freqüentar a oficina, a maioria dos responsáveis justificou que foi porque eles gostavam de dançar (36,37%), que foi o interesse pela oficina (33,33%) e que o apoio da família facilitou a freqüência deles no Projeto (30,30%). Assim como nesses

dados, Goldani (1994) afirmou que as relações familiares mostram-se fundamentais, tanto no nível pessoal quanto como uma força potencial de organização e suporte para enfrentar as difíceis condições de vida.

A partir da participação dos adolescentes no PODR, os responsáveis esperavam que melhorasse a qualidade de vida atual e futura (20%); que os adolescentes se tornassem mais participativos em suas atividades (15,56%); que adquirissem mais conhecimento (15,56%); que houvesse melhor uso do tempo, dedicando mais ao estudo (13,33%); que fossem reconhecidos pelo seu talento (13,33%); que conseguissem melhorar sua situação econômica (11,11%); e que houvesse mudança de comportamento (11,11%). Independentemente do assunto ou ferramenta utilizada, espera-se de qualquer programa social promova a melhoria na qualidade de vida do público envolvido.

Ferreira (1986) ressaltou que qualidade de vida é todo bem-estar produzido por elementos sociais, econômicos, culturais, políticos, religiosos e ambientais, entre outros, que configuram não apenas as dimensões do ter e do possuir, mas também do ser, do viver em condições de produzir, de gerir e de usufruir os bens e serviços necessários e disponíveis na sociedade. Vale destacar, também, que a mudança do comportamento do adolescente, tanto em casa quanto na escola, tão mencionado e observado pelos familiares, é a esperança de boa parte dos pais, uma vez que apresentam resultados positivos após entrarem para a oficina de Dança de Rua.

Os resultados do Projeto foram vistos como positivos pelos responsáveis, uma vez que 25,94% despertaram o interesse de outros familiares para a Dança de Rua; 18,51% disseram que melhorou a qualidade de vida; 18,51% que contribuiu para a harmonia da família; 18,51% que aproximou mais os membros da família; 14,83% que amenizou problemas relacionados à violência; e 3,7% disseram que não teve influência sobre a família.

Ostrower (1986), ao discutir a questão da arte na educação, declarou:

Entendo a arte como um caminho maior de conhecimento; e caminho, a um só tempo, de conscientização do indivíduo, pois, ao realizar suas potencialidades, ele também realiza sua

individualidade e, ainda, do modo mais abrangente, é caminho de crescente humanização da vida. Na mesma visão, partindo do reconhecimento de que potencialidades criativas existem em todos os seres humanos – embora combinando-se em cada pessoa em graus diferentes e em áreas diversas, entendo a realização de tais potencialidades como uma necessidade de vida. Não posso conceber nem acreditar a arte como um mero enfeite, passatempo ou terapia, muito menos uma mercadoria, seja de luxo ou descartável, como querem colocá-la para nós (OSTROWER, 1986, p. 17).

Mesmo não tendo tanto conhecimento sobre o PTAEA e não se envolvendo no PODR, a maioria dos responsáveis considerou o PODR excelente (46,15%), muito bom (46,15%) e razoável (7,7%), e ninguém respondeu às alternativas bom ou ruim. Mesmo desconhecendo a atividade desenvolvida com os adolescentes, os responsáveis observaram, no comportamento em casa e na escola, melhoria, o que influenciou positivamente a opinião deles quanto ao Programa e ao Projeto em geral.

Vale ressaltar que os responsáveis da zona rural estavam mais confiantes no PODR do que os da zona urbana, uma vez que os da zona rural responderam que o consideravam excelente (62,5%) e muito bom (37,5%), e os da zona urbana, excelente (25%) e muito bom (75%). Essa opinião dos responsáveis da zona rural pode estar ligada à facilidade e comodidade com que os adolescentes participavam das aulas, uma vez que estas aconteciam na própria escola, não dependendo de transporte e muito menos preocupando os pais quanto aos horários de retorno para casa.

Da mesma forma do que acontecia com o PTAEA, no que se refere ao que os responsáveis ouviam a respeito do PODR, 46,15% deles responderam que nunca escutaram comentários de outras pessoas, a não ser do membro participante da família. Os outros 53,85% dos responsáveis que ouviam comentários de outras pessoas que não do adolescente participante mencionaram que: melhorou o relacionamento dentro da família (22,22%); contribuiu para o crescimento pessoal (22,22%); mudou a vida das crianças e adolescentes e ofereceu oportunidade para talentos artísticos (22,22%); tirou crianças da rua (11,12%); foi uma forma de ocupar o tempo ocioso das crianças

(11,12%); melhorou a disciplina (5,55%); e incentivou os filhos a serem “boiolas” (5,55%).

Mesmo o PODR estando mais próximo da realidade das famílias da zona urbana, em termos geográficos, ainda assim seis dos responsáveis da zona urbana disseram nunca terem ouvido falar sobre o Projeto, contra dois responsáveis da zona rural.

Diante da importância de se identificar a opinião dos responsáveis quanto ao olhar dos adolescentes sobre a oficina Dança de Rua, 46,16% dos responsáveis acreditavam que estes consideravam-na excelente, 30,77% muito boa, 7,69% boa e 15,38% nunca falaram sobre isso, e ninguém respondeu razoável ou ruim. No que se refere ao nível de satisfação dos responsáveis, 46,16% estavam muito satisfeitos com o PODR, 38,46% satisfeitos, 7,69% pouco satisfeitos – uma vez que o pai não gostava da participação da filha na oficina, o que gerava conflitos em casa, e 7,69% não puderam responder, pois desconheciam o Projeto. No caso específico do pai que demonstrou insatisfação com a participação da filha na oficina, a falta de informação sobre as vantagens e benefícios da dança contribuía para essa insatisfação, uma vez que a adolescente via na arte uma esperança de vida melhor.

É uma forma de se realizar, além de ser uma boa atividade (R, 34 anos).

Bom para o corpo, para a mente, conhece novas pessoas (E, 53 anos).

A Dança de Rua é uma coisa muito boa. É melhor aprender uma coisa boa em vez de ficar na rua (I, 27 anos).

Quanto aos pontos negativos do PODR para os responsáveis, 84,62% disseram que não havia pontos negativos; 7,69%, que deveriam cumprir com o prometido em relação às apresentações, devido à falta de organização, por exemplo no cumprimento do horário de término do evento; e 7,69% não responderam.

Os responsáveis também deram sugestões para a melhoria do PODR, como: a coordenação do Programa deveria cumprir com o prometido em

relação às apresentações, no que se refere à falta de organização e ao horário de terminar (23,09%); a prefeitura deveria disponibilizar espaço próprio para essa atividade (15,38%); essa oficina deveria haver em todas as escolas – os pais lamentavam muito a idéia de mudar o filho para uma escola que não tinha a Dança de Rua, uma vez que na Colônia, zona rural, a escola só oferecia até a 5ª série do Ensino Fundamental I (7,69%); que tivesse mais apresentações e facilitasse a ida até elas (15,38%); e disseram que estava bom (38,46%).

Realizar mais apresentações. Os professores poderiam conversar mais com os alunos, pois eles (alunos) dão atenção para o que eles (professores) falam (M, 37 anos).

Deveria haver reuniões com os pais para discutir a realidade das famílias, já que eles (adolescentes) são menores de idade. Participar mais as famílias do que for decidir, pois eles (adolescentes) não têm idade para decidir certas coisas (T, 38 anos).

A partir desses depoimentos, percebeu-se quanto à família deveria ser convocada como parceira, estimulada e mesmo “cobrada” em sua função socializadora em relação aos filhos. Espera-se dela uma socialização mais disciplinar e menos permissiva das crianças e adolescentes, participando com a escola na proposta educacional destinada aos filhos.

Diante da importância da família para a formação do adolescente, pediram-se sugestões de como a família poderia contribuir com o PODR. De todos os responsáveis, 38,48% disseram que poderiam incentivar o adolescente a participar da oficina; 15,38%, levando o adolescente às apresentações; 7,69%, estimulando o projeto a nunca acabar; 7,69%, tendo atividades para os responsáveis (ex.: dança para a 3ª idade); 7,69%, tendo recurso financeiro para ajudá-los a participar mais das atividades; e 23,07% não souberam responder.

A importância da família nos programas sociais como ferramenta fundamental para seu sucesso e alcance dos objetivos é reforçada por meio dos dados analisados. Assim, a família serve de ligação entre os alunos e o

PTAEA, diante do seu importante papel para com os filhos. Difícil pensar em desenvolver um trabalho de inclusão social sem envolver as famílias, as quais, de acordo com Ananias (2004), “são espaços formadores de valores éticos, morais, de convivência social, de solidariedade, de respeito, de disciplina”.

A família não é apenas o elo efetivo mais forte dos pobres, o núcleo da sua sobrevivência material e espiritual, o instrumento através do qual viabilizam seu modo de vida, mas é a própria essência de sua identidade social. É uma questão ontológica para os pobres. “Sua importância não é funcional, seu valor não é meramente instrumental, mas se refere à sua identidade de ser social e constitui o parâmetro simbólico que estrutura sua explicação do mundo” (SARTI, 1996, p. 34).

4.6. Projeto Oficina Dança de Rua: significado, inserção, envolvimento e expectativas dos adolescentes

Um dos objetivos desta pesquisa foi analisar a inserção, o envolvimento e as expectativas dos adolescentes quanto ao Projeto Oficina Dança de Rua (PODR). Para tal, os adolescentes foram questionados sobre os fatores que os levaram a escolher a oficina Dança de Rua, a avaliação que faziam de sua participação no Projeto, os principais resultados observados, os pontos positivos e negativos da oficina, sugestões para melhorá-la e a opinião quanto à maneira como as famílias poderiam ser úteis para o Projeto.

Quando questionados quanto ao significado do PODR (Tabela 6), 70,38% dos adolescentes o relacionaram à arte-educação, referindo-se ao aprendizado (36,86%); a oportunidade de se expressar (31,57%); ao ganho de desenvoltura (21,05%); disciplina (5,26%); e autonomia (5,26%). Por meio da Dança, o adolescente experimenta um meio de expressão diferente da palavra. Ao “falar” com o corpo, ele abre a possibilidade de conhecer a si mesmo de outra maneira e melhorar a auto-estima. O simples prazer de movimentar o corpo alivia o estresse diário e as tensões escolares. Para isso, é importante

que o corpo não seja tratado como instrumento, mas como forma de comunicação (NOVA ESCOLA, 2000).

Que na hora que a gente dança, a gente se desenvolve mais, a gente sabe fazer mais coisas. A gente pode fazer as coisas que a gente quer (L, 10 anos).

Significa muito porque depois que eu comecei a fazer aula de dança eu fui mudando, porque eu era muito quieta. É tudo de bom (T, 10 anos).

O Projeto significou também oportunidade de melhorar de vida, para 22,22% dos adolescentes participantes dessa pesquisa. Eles relacionaram esse significado do PODR à esperança de uma vida melhor (50%); qualidade de vida (16,68%); a um emprego no futuro (16,68%); e à oportunidade de tirar as crianças das ruas (16,66%). Dois dos adolescentes atribuíram o significado do Projeto a uma forma de lazer, uma vez que eles o relacionaram à diversão e alegria. No artigo Conhecimentos de Arte (2002), os autores afirmaram que a cultura e a produção cultural, como a dança, vêm-se tornando um dos espaços privilegiados de produção dos jovens como atores sociais, funcionando como articuladora de identidades e referência na elaboração de projetos de vida individuais e coletivos, além de ser o meio através do qual buscam uma intervenção na sociedade, constituindo como uma forma própria de participação social.

De acordo com esses dados dos adolescentes, percebeu-se que os significados que prevalecem, tanto do PTAEA quanto do Projeto, são os relacionados à arte-educação e à oportunidade de melhorar de vida. Vale ressaltar que algumas das falas dos adolescentes poderiam ter sido influenciadas por pensamentos e opiniões de outros atores envolvidos, como os professores e secretários de Educação, Cultura ou Ação Social, o que poderia resultar na simples repetição de opinião, a exemplo da frase “tirava as crianças das ruas”, que compôs boa parte das falas dos entrevistados.

Tabela 6 - Significados mencionados pelos adolescentes para o PODR

Oficina Dança de Rua / Significados	Adolescentes %
Relacionados à arte-educação: Atividade. Dança. Atividade prazerosa. Desenvoltura. Professor legal. Emoção. Aprendizado. Disciplina. Autonomia	70,38
Relacionados à oportunidade de melhorar de vida: Esperança de uma vida melhor. Qualidade de vida. Realização de um sonho. Emprego futuro. Sonho. Tira as crianças da rua	22,22
Relacionados ao lazer: Diversão. Alegria	7,4

Fonte: Dados da pesquisa.

Para entender melhor qual o grau de importância da dança para os 19 adolescentes estudados, buscou-se conhecer os fatores que os levaram a escolher a Oficina de Dança de Rua, e os citados foram: porque gostavam de dançar (31,59%); aproveitaram a oportunidade (26,32%); pelo aprendizado em geral e da dança (15,79%); por ser uma forma de ocupação do tempo (melhor do que ficar na rua) (10,52%); por incentivo do professor (5,26%); por planejar ser um professor de dança (5,26%); e porque viu a irmã fazendo e gostou (5,26%).

Porque eu não gosto de outras coisas. A Dança de Rua é mais agitada. Eu acho melhor. Não gosto de ballet, essas coisas assim. Prefiro a dança mesmo (R, 17 anos).

Acho que é porque minha irmã ia fazer e eu fui lá de curiosidade e acabei gostando (R, 14 anos).

Quando questionados se tinham conhecimento de outras oficinas do PTAEA, 42,10% deles afirmaram que conheciam a oficina de palhaço e “ballet”, além da de pintura (27,28%), circo (18,18%), “jazz” (18,18%), canto (18,18%), violino (9,09%) e violão (9,09%). Cinco adolescentes responderam que desconheciam outras oficinas, além da Dança de Rua, o que pode ser justificado pela não-participação deles na apresentação de final de ano ou pela falta de divulgação pelo PTAEA dessas outras modalidades para os adolescentes .

Mesmo vivendo na zona rural, os adolescentes do Bairro Colônia tiveram oportunidade de participar, anteriormente, de outras oficinas oferecidas pelo

PTAEA, principalmente a circense (palhaço). Um dos motivos de citarem as outras oficinas poderia ser porque no momento da apresentação, no final de cada ano, crianças e adolescentes de todas as oficinas participavam da mostra artística, podendo conhecer de perto toda a variedade de oficinas oferecidas. Mesmo assim, citaram poucas delas, uma vez que, em 2005, foram oferecidas 21 modalidades.

Os adolescentes esperavam do PODR que aprendessem coisas novas (12,99%); melhorassem a disciplina (10,39%); fossem felizes (10,39%); fossem reconhecidos pelo seu talento (9,1%); se tornassem dançarinos (9,1%); que a dança contribuísse para o crescimento pessoal (7,79%); que melhorasse a qualidade de vida atual e futura (7,79%); que fosse mais participativo (6,49%); que mudasse a vida da sua família (5,19%); que servisse como uma forma de ocupar o tempo livre (5,19%); e que ocorresse melhoria na sua situação econômica (5,19%).

Nesse contexto, as organizações sem fins lucrativos possuem uma finalidade geral, ou seja, a de promover melhores condições de qualidade de vida à sociedade, reafirmando essa necessidade do público atendido por projetos sociais. Daí o papel que as instituições envolvidas com as organizações sem fins lucrativos, sejam organizações privadas, sejam as universidades, vêm procurando desempenhar (OLIVEIRA, 2005).

Para os adolescentes, a participação no PODR representou a realização de um sonho (36,68%); desenvolvimento de pessoas (30%); diversão (16,66%); promoção de encontro de pessoas (10%); e uma forma de ocupação do tempo (6,66%). Ninguém marcou a alternativa “nada”. Observou-se que o que se esperava da Dança de Rua e o que ela representava era muito próximo para os adolescentes entrevistados, mostrando que seus sonhos e expectativas de vida estavam centrados na possibilidade de melhorarem a situação de vida que vivenciavam.

Uma questão diferente nos dois grupos foi a representação que cada um fez de sua participação no Projeto. Para os adolescentes da zona urbana, participar da Oficina de Dança de Rua representou, na seguinte ordem, o desenvolvimento de pessoas, diversão e realização de um sonho. Para os adolescentes da zona rural, significou a realização de um sonho,

desenvolvimento de pessoas e diversão. Vale ressaltar que 72,72% dos participantes da zona rural marcaram “realização de um sonho”. De acordo com esses dados, pode-se afirmar que os adolescentes da zona rural “sonhavam” mais que os da zona urbana, uma vez que acreditavam na Dança de Rua como ferramenta para alcançar seus objetivos de vida, seus sonhos. Numa perspectiva mais realista, os adolescentes da zona urbana ressaltaram a dança como uma forma de desenvolvimento pessoal, envolvendo aspectos sociais, culturais, educacionais e econômicos.

Após um ano de participação no PODR, 68,42% dos adolescentes avaliaram que sua vida melhorou muito, justificando que: aprendeu a dançar (46,17%); esperava ser um professor de dança, ser alguém na vida (15,38%); passou a ter mais vontade de estudar (15,38%); o comportamento melhorou (7,69%); encontrou uma forma de ocupar o tempo (7,69%); e por fazer bem para o corpo (7,69%). Observou-se que a avaliação feita pelos adolescentes em relação à oficina Dança de Rua só veio a comprovar a representação que eles fazem do Projeto. Ao mencionarem que o Projeto representou o desenvolvimento de pessoas, eles se referiram à melhoria das técnicas de dança, do comportamento, a se interessarem pelos estudos, além de ser uma atividade saudável. Quanto ao fato de a Dança de Rua ter sido representada como forma de realização de um sonho, isso se deve a desejos como o de ser professor de dança, o que poderia significar uma busca pela identidade, como também uma ocupação do tempo com algo útil, podendo investir num futuro menos incerto socioeconomicamente.

Antes não ocupava o tempo aprendendo coisas novas. Sempre gostei muito de dançar (R, 14 anos).

Eu era fechada e fiquei mais desinibida (R, 17 anos).

Fiz novas amizades (W, 14 anos).

Dos adolescentes entrevistados, 15,79% responderam que sua vida não teve alteração significativa ao avaliarem sua participação há mais de um ano no PODR, como pode ser visto nas justificativas dos entrevistados:

Está tudo igual (W, 16 anos).

Um ano é pouco para saber se melhorei ou não (M, 15 anos).

Outros 15,79% disseram que melhorou ligeiramente, mas apenas um justificou sua resposta:

Antes eu ficava em casa à toa. Agora tenho uma atividade a mais. Até sinto falta quando não tem aula (M, 17 anos).

Nenhum adolescente respondeu que sua vida piorou ligeiramente ou que piorou muito após entrar no PODR.

Na opinião da maioria dos adolescentes, os principais resultados do PODR para a família foram: despertou o interesse de outros familiares para a Dança de Rua (42,32%); contribuiu para a harmonia da família (34,62%); aproximou mais os membros da família (11,53%); não teve influência sobre a família (7,69%); e amenizou problemas relacionados à violência (3,84%).

Diferentemente dos adolescentes da zona urbana, os da zona rural mencionaram que o principal resultado do Projeto foi ter contribuído para a harmonia da família, uma vez que diminuíram as discussões entre os membros quanto à frequência, comportamento e disciplina do adolescente na escola e em casa, a aprovação no final de ano, por se identificarem e ocuparem o tempo ocioso com a dança. Já para os adolescentes da zona urbana o principal resultado foi que despertou o interesse de outros familiares para a Dança de Rua. De uma forma ou de outra, a família se fez presente nas opiniões, comportamentos e atitudes dos adolescentes e vice-versa.

Ao avaliarem o PODR, 57,89% dos adolescentes disseram que o consideravam excelente, 26,32% muito bom e 15,79% bom, e ninguém respondeu razoável ou ruim. Em se tratando do nível de satisfação, os adolescentes estavam muito satisfeitos (78,95%) e satisfeitos (21,05%), de forma que nenhum estava pouco satisfeito ou insatisfeito. É importante a opinião deles no sentido da satisfação, de forma a justificar os resultados

positivos em suas vidas e os vários benefícios citados por participarem das aulas de Dança de Rua.

A maioria dos adolescentes (57,89%) e 38,46% dos responsáveis avaliaram o PODR como excelente, e 26,31% adolescentes e a maioria dos responsáveis (46,15%) também avaliaram-no como muito bom. Esses dados comprovam a satisfação que as famílias, aqui representadas pelos adolescentes e seus responsáveis, demonstravam diante das contribuições e futuros resultados benéficos para a vida dos participantes, como também daqueles que conviviam com eles.

Considerando o que os adolescentes ouviam de comentários sobre o PODR, eles responderam que: mudou a vida das crianças e adolescentes (29,42%); melhorou a disciplina (26,48%); ofereceu oportunidades para talentos artísticos (20,58%); contribuiu para o crescimento pessoal (8,82%); nunca ouviram nada a respeito do Projeto (8,82%); e melhorou o relacionamento dentro da família (5,88%). Mesmo participando ativamente das aulas de Dança de Rua e apresentando, há três anos, o espetáculo de final de ano com outras crianças e adolescentes, ainda assim três adolescentes da zona rural nunca haviam ouvido comentário algum sobre a Oficina Dança de Rua.

Sobre os comentários que os adolescentes e os responsáveis ouviam sobre o PODR, as duas partes mencionaram, principalmente, que mudou a vida das crianças e adolescentes para melhor (35%), que ofereceu oportunidade para talentos artísticos (27,5%), que melhorou o relacionamento dentro da família (20%) e que contribuiu para o crescimento pessoal (17,5%). É importante observar a valorização do Projeto pelas pessoas que o conheciam, mas, ainda assim, 28,12% desses atores nunca ouviram qualquer comentário sobre essa oficina fora do âmbito da família.

O que os adolescentes da zona urbana ouviam a respeito do Projeto foi diferente em relação aos da zona rural. Naquelas, eles ouviam, principalmente, que o PODR melhorou a disciplina e que mudou para melhor a vida das crianças e adolescentes atendidos, em termos de qualidade de vida, enquanto na zona rural eles ouviam comentários, principalmente, de que o Projeto mudou

para melhor a vida das crianças e adolescentes atendidos e que ofereceu oportunidade para talentos artísticos.

Na opinião dos adolescentes, os pontos positivos do PODR foram: aprender a dançar (25,8%), aprender coisas novas (19,36%), contribuir para fazer novas amizades (16,12%), aulas interessantes, criativas (9,67%), ocupação do tempo com atividade prazerosa (9,68%), diversão (9,68%), reconhecimento do talento (3,23%), conhecimento de outros lugares (3,23%) e participação em apresentações (3,23%).

Quanto aos pontos negativos do PODR, a maioria dos adolescentes disse que não havia pontos negativos (84,21%), 10,52% que ficavam cansados do compromisso por causa da distância e 5,26% disseram que deveriam ter mais dias de aulas, pois para o ensaio das apresentações isso era pouco. Diante das respostas, observou-se que não havia pontos negativos diretamente relacionados à oficina em si, uma vez que se prenderam a questões logísticas, assim como na opinião dos responsáveis.

Os pontos positivos citados pelos adolescentes e responsáveis se centraram na aprendizagem de fatos novos, ocupação do tempo livre com uma atividade prazerosa, além do reconhecimento e incentivo ao talento artístico. Já como ponto negativo prevaleceu a ausência de pontuações por parte dos dois públicos, o que confirma a satisfação deles quanto aos resultados e contribuições do PODR.

De todos os adolescentes, 89,48% citaram alguma contribuição do PODR para si, como: aprendeu a dançar e a ser mais comunicativo (25%); adquiriu mais conhecimento, melhorou o comportamento e rendimento escolar (21,44%); fez novas amizades (14,29%); promoveu bem-estar para o corpo (7,14%); passou a respeitar mais as pessoas (7,14%); a vida melhorou, porque está mais alegre (7,14%); teve o reconhecimento do seu talento artístico (3,57%); passou a ver a dança como uma atividade prazerosa (3,57%); a família ficou mais unida (3,57%); despertou o interesse dos familiares para a arte de dançar (3,57%); e passou a ter esperança de no futuro poder ajudar sua

família, tendo mais responsabilidade (3,57%). Apenas 10,52% não responderam.

Tanto os adolescentes quanto os responsáveis acreditavam que haveria contribuições na vida dos participantes após ingressarem no PODR, como principalmente: melhoria no comportamento e rendimento escolar; na relação com os amigos, pois fizeram novas amizades; e na saúde e bem-estar do corpo.

Se fosse possível, 68,43% dos adolescentes, para tornar o PODR ainda melhor, fariam no Projeto algumas mudanças, como: mais aulas de Dança de Rua – pois só tinham dois dias de aula por semana – e mais apresentações (46,16%); mudariam o horário para o final da tarde – caso específico dos adolescentes da zona urbana (15,39%); abririam mais turmas – pois tinham poucas vagas e muita gente querendo fazer (15,38%); trabalhariam para diminuir o racismo e a violência – uma vez que a dança também se manifesta na forma de expressar opiniões sobre o mundo (7,69%); separaria os bagunceiros para não atrapalharem a aprendizagem (7,69%); facilitariam o acesso da família às apresentações e que a família os incentivasse mais a continuar fazendo as aulas (7,69%); e 31,57% disseram que não mudariam nada.

Quanto às mudanças sugeridas pelos adolescentes e responsáveis para melhorar ainda mais o PODR, os adolescentes se focaram em um número maior de aulas por semana, e os responsáveis no papel da Prefeitura, exigindo que disponibilizasse um local mais apropriado para as aulas, ressaltando-se que 31,57% dos adolescentes e 38,46% dos responsáveis estavam satisfeitos com o Projeto do jeito que estava, não propondo mudanças.

Sete adolescentes identificaram alguma contribuição do PODR para sua família, como: melhorou a qualidade de vida das famílias, uma vez que os membros estavam mais unidos e em harmonia (26,32%); aproximou a família por meio das apresentações (5,26%); e o apoio da família na participação do adolescente (5,26%). Os outros 63,16% dos adolescentes não responderam à questão. Esse representativo número pode ser explicado pela dificuldade que

os adolescentes tinham de entender a importância dessa relação família-Projeto, assim como com o PTAEA. Como o Programa não envolvia, de forma mais significativa, a família nas atividades oferecidas, compreender que a família poderia contribuir de alguma forma para a oficina Dança de Rua ficou muito mais difícil para os adolescentes.

Na opinião dos adolescentes existiam algumas maneiras de as famílias contribuírem para as atividades do PODR, como: assistindo às apresentações (26,32%); incentivando o adolescente a ir às apresentações (15,8%); incentivando a fazer as aulas (10,53%); no comportamento e disciplina (5,26%); ajudando a diminuir comportamentos violentos (5,26%); divulgando a oficina e conhecendo mais sobre a Dança de Rua (5,26%); e compartilhando mais, assistindo às aulas e sendo mais interessados (5,26%). Dos entrevistados, 15,79% disseram que não havia formas para as famílias contribuírem efetivamente para o Projeto, e 10,52% não souberam responder.

Diante dos 26,31% de adolescentes que mencionaram a importância da família nos dias de apresentação da dança, o Ministério da Educação (2006) ressaltou que a aparição presencial do dançarino é, em tempos de virtualização intensa – e talvez por isso mesmo –, um aspecto importante dessa linguagem artística, além de fundamental na função educativa da dança tanto do ponto de vista do aluno-espectador quanto do aluno-criador. É no instante do “aqui e agora” que trocas sensoriais, estéticas e éticas se dão entre espectador e dançarino.

Os atores sociais desta pesquisa reconheceram que a inserção da família no projeto Oficina Dança de Rua é importante, embora as opiniões sobre como essa inserção deve acontecer sejam divergentes.

CAPÍTULO V

CONCLUSÕES

Ao longo desta pesquisa foram analisadas as ações de inclusão social do Projeto Oficina Dança de Rua, como parte do Programa Tim ArtEducação, no

município de Viçosa, MG, de acordo com a percepção dos adolescentes e de suas famílias. Analisados os dados, que devem ser entendidos, no contexto da pesquisa, ou seja, restringindo o estudo a um único projeto do PTAEA e a uma pequena amostra, os resultados apontaram que o PTAEA ainda era desconhecido pela maior parte dos adolescentes e seus familiares, sejam eles da zona urbana ou rural. Assim, mesmo que o Projeto Oficina Dança de Rua, do qual participavam os adolescentes entrevistados, não fosse totalmente conhecido por boa parte dos familiares, nem para que serviria ou quais benefícios essa oficina poderia trazer para aqueles que a praticavam, existia uma satisfação com os resultados do Projeto, vivenciado após a entrada na Oficina Dança de Rua.

Com base na discussão dos dados, o PTAEA desenvolveu o papel mencionado em sua proposta, no que se referia ao envolvimento artístico, cultural e social dos adolescentes em atividades que promoviam a inclusão social e permitiu a eles maiores e melhores expectativas em relação ao futuro. Assim, a essência do PTAEA reafirmou a importância da arte-educação como impulso transformador de pessoas portadoras de uma nova visão do ser humano, buscando elevar a auto-estima, humanizar-se, emancipar-se e contribuir para o aprimoramento das pessoas e da sociedade.

O PTAEA ofereceu aos adolescentes participantes de suas oficinas e atividades expectativas de um futuro melhor. De olho no futuro, eles estavam mais interessados naquilo que poderia afetar a sua vida de forma mais concreta. Por isso, a educação, que antes fazia parte da preocupação dos pais, tornou-se o tema de referência para esses adolescentes, uma vez que consideravam a educação fator importante para crescer na vida.

Os responsáveis, em sua maioria, mostraram que não se sentiam envolvidos pelas atividades do Programa. Seria possível incluir socialmente os adolescentes excluindo suas famílias? As poucas participações familiares, quando aconteciam, eram registradas durante as apresentações de dança, ou melhor, no dia do espetáculo, com a periodicidade de uma vez por ano. Os próprios responsáveis sentiam a necessidade de se aproximarem mais das

atividades desenvolvidas pelos adolescentes, mas não conseguiam por meio do PTAEA. Dessa forma, tanto os responsáveis quanto os adolescentes acreditavam que a família poderia contribuir com esse Programa, incentivando a participação do adolescente, envolvendo-o nas suas atividades, em ações voluntárias e na sua divulgação.

As expectativas, em relação à participação dos adolescentes nas aulas de Dança de Rua, tanto por parte deles quanto dos familiares, foram várias. Alguns dos adolescentes planejavam, futuramente, ser dançarinos profissionais e outros professores de dança, de forma a trabalharem para ajudar no sustento da família. Eles consideravam a Dança de Rua uma oportunidade de ser “alguém na vida”, um incentivo para não viverem nas ruas, na criminalidade, uma busca pelo aprendizado e conhecimento. A satisfação ao aprender a dançar ou aprimorar os passos de dança ia além da sala de aula, estimulando outros membros da família a buscarem a arte como manifestação de vida, trazendo harmonia e união entre os familiares, amenizando, inclusive, a violência dentro de casa.

Vários foram os fatores analisados para descobrir se o Projeto realmente incluía socialmente o público atendido. Em termos do comportamento e da disciplina em casa e na escola, o rendimento escolar e as relações familiares do adolescente, pôde-se concluir que o Projeto Oficina Dança de Rua contribuiu para a inclusão social dos adolescentes. No que se refere à proposta de diminuir a evasão escolar, os depoimentos e avaliações dos responsáveis deixaram clara a nova visão que os adolescentes passaram a ter da escola, pois não gostavam mais de faltar às aulas, tinham prazer em ir à escola e de estudar, tiravam notas boas e demonstraram melhorias na disciplina e respeito nas aulas e para com os colegas. Para que a inclusão social seja plenamente alcançada, o essencial é que idéias inovadoras sejam incorporadas e que ações integradas e integradoras permeiem todo o processo até que o conhecimento e a consciência possam guiar verdadeiros cidadãos.

Dessa forma, os adolescentes mostraram a importância da arte, por meio da dança, para seu rendimento escolar e comportamento; em geral, para suas

vidas e de suas famílias. A arte tem o papel de permitir ao homem compreender e ler o mundo e tudo em sua volta, de maneira crítica, particular e específica, a fim de que, através da educação estética manifestada a partir de sua sensibilidade ao cotidiano, tenha condições de perceber a realidade de uma forma lógica, racional e pragmática. Assim, as aulas de Dança de Rua foram expressadas de várias formas pelos adolescentes, que de maneira mais resumida foi um momento de lazer, de cuidar da saúde e de ocupar o tempo livre. Esses momentos foram vistos como para aprender, se divertir e fazer novos amigos.

Diversas razões justificaram a importância de se conhecerem as famílias para elaborar políticas e programas sociais, considerando que o impacto das políticas sociais não se limitavam aos indivíduos beneficiários. As famílias são instituições que atuam redistribuindo recursos entre seus membros; logo, toda ação social tem implicações sobre os diversos membros das famílias, sejam eles beneficiários diretos ou não. Assim, as relações entre membros da família que regem esse mecanismo redistributivo podem gerar externalidades positivas ou negativas à sociedade. Conhecimentos sobre as famílias são importantes, porque estas podem participar da concepção, execução ou controle das políticas, assumindo papel ativo nas ações sociais.

Torna-se necessário, assim, o investimento em programas motivacionais que possam esclarecer as famílias sobre os benefícios do Programa não apenas para os adolescentes, mas para todo o grupo, além de um investimento no preparo dos profissionais que atentem ao público-alvo, bem como da escola. Além disso, ao envolver as famílias, estas terão expectativas mais realistas sobre o trabalho que é feito na comunidade atendida. Ao valorizar a família, o Programa Tim ganha uma parceira importante, uma vez que é no âmbito familiar que acontece a formação da identidade social básica de qualquer criança, tendo em vista o incentivo à cidadania.

Essas questões devem ser valorizadas para a construção de programas e políticas sociais de atendimento à população de baixa renda, em vista da positiva associação que as famílias fizeram da presença da arte na educação

dos adolescentes. As organizações da sociedade civil, como o programa social analisado nesta pesquisa, devem assumir sua porção de responsabilidade na promoção da inclusão social, atuar focadas em resultados e cobrar do Estado todas as condições necessárias para atenderem à comunidade com qualidade e eficiência.

Diante disso, vale ressaltar a importância da aliança intersetorial criada entre a empresa Tim Maxitel (setor privado), o Estado e municípios (setor público) e ONG HumanizArte (setor social), em benefício dessas crianças e adolescentes atendidos pelo PTAEA. Não são apenas os aspectos econômicos (empresa Tim) que devem ser considerados na implantação e implementação de uma proposta de atendimento a famílias de grupos populares. A diferença cultural existente nesses grupos deve ser levada em consideração, pois não cabe ao Estado simplesmente incentivar a promoção de programas sociais naqueles atores sociais, mas investigar quão transformadores eles estão sendo, podendo, assim, construir alternativas conjuntas para superação das dificuldades. Assim, a união dos três setores vem mostrar que a sociedade em geral também procura contribuir de alguma forma para os problemas de um país em desenvolvimento.

Como sugestões para o Programa Tim, recomenda-se que seja oferecida alguma atividade que envolva de forma significativa a família das crianças e adolescentes atendidos, principalmente os pais e responsáveis, a fim de facilitar a efetivação dos objetivos propostos pelo Programa e contribuir para a qualidade de vida das famílias. Sem o envolvimento desses atores sociais, o PTAEA continuará no anonimato e seus resultados dificilmente alcançarão plenamente seus objetivos. É importante, ainda, que se trabalhe na elaboração de um arquivo que inclua a documentação do Programa, a fim de que informações acerca da sua história, suas características e de seus projetos, dos participantes e de suas famílias, dentre outras, contribuam para a construção da trajetória desse Programa.

Outra sugestão, não menos importante, seria uma forte campanha informativa para divulgação do PTAEA, sua função e importância para o público

atendido e o município, buscando sensibilizar e mobilizar as famílias, por meio de palestras e visitas domiciliares. Essa ação facilitaria o acesso das crianças e adolescentes no Programa, bem como a frequência desse público nas suas atividades. O momento da apresentação artística (anual) pode servir para expor os resultados e esclarecer dúvidas. Mas toda criança e adolescente, assim como sua família, que forem inseridos devem receber esclarecimentos sobre o Programa, suas ações e metas.

As principais limitações encontradas durante a realização desta pesquisa se resumiram, em geral, na dificuldade de chegar até as famílias dos adolescentes atendidos pelo Programa, uma vez que, mesmo as da zona urbana, residiam em bairros distantes e “perigosos”. Além disso, não foi disponibilizado o cadastro com os endereços e dados dos adolescentes, sendo necessário que isso fosse feito pela pesquisadora para iniciar a pesquisa. O número reduzido de documentos, relatórios, registros ou pesquisas referentes à origem e história do PTAEA enfraqueceu a descrição de sua trajetória, sendo esta baseada mais em depoimentos, entrevistas e dados retirados da Internet.

Esta pesquisa deixa sua contribuição científica quanto à importância da aproximação e envolvimento das famílias nas políticas sociais, bem como dos benefícios que a arte oferece à educação de adolescentes, uma vez que facilitou a aprendizagem e contribuiu como agente de inclusão social.

Diante da necessidade de uma aproximação cada vez maior dos programas sociais com a família, escola e poder público, como pôde ser observado nos resultados, e por ser este um primeiro trabalho, existindo outras questões que precisariam ser abordadas para objetivar os dados, sugerem-se para futuros estudos: avaliações mais específicas para permitir análises comparativas com outros programas sociais que compõem o terceiro setor; avaliações abrangendo mais oficinas, bem como a equipe de trabalho; e trabalhos sobre as contribuições da arte no desenvolvimento social e escolar de crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANANIAS, P. **Erradicar a fome será uma revolução no Brasil**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/consea/static/noticias/entre_patrus.htm. Acesso em: 17 abr. 2007.

ASHLEY, P. A.; CARDOSO, A. J. G. A responsabilidade social nos negócios: um conceito em construção. In: ASHLEY, P. A. (Coord.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002. 368 p.

BABBIE, E. **Métodos de pesquisa de survey**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

BELTRÃO, P. C. **Família e política social**. Coleção do Instituto de Estudos Políticos e Sociais, nº 11. Livraria Agir Editora: Rio de Janeiro. 1962. 316p.

BELZ, S. G. Qual o papel da arte no processo de socialização e educação da criança e do jovem? Que mudanças serão necessárias para otimizar o ensino da arte? In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE O PAPEL DA ARTE NO PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DA CRIANÇA E DO JOVEM, 1, 1995, São Paulo. **Anais...** São Paulo: UNICSUL, 1995. p. 384-386.

BENEVIDES, M. V. **A Cidadania ativa**. São Paulo, Ática, 1994.

BENEVIDES, M. V. **A questão social no Brasil**: os direitos econômicos e sociais como direitos fundamentais. Disponível em:
<<http://www.hottopos.com/vdletras3/vitoria.htm>>. Acesso em: 13 mar. 2006.

BRUM, M. S. **Repressão, clientelismo, resistência... relações entre Estado e favelas no Rio de Janeiro**. 2003. Disponível em
<http://www.klepsidra.net/klepsidra19/favelado.htm#_ftn10> Acesso em: 26 abr. 2007.

BOUDON, A. Social S.A. que dá. **Conjuntura econômica**. São Paulo: FGV, v. 56, n. 2, 2002. p. 31-35.

BRAGA, W. L. D. **Projeto Pedagógico Pitágoras**. Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Belo Horizonte: Editora Universidade, vol. 1, 2005. 295 p.

BRASIL, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Diretrizes nacionais para a política de atenção integral a infância e adolescência nas áreas de saúde, educação, assistência social, trabalho e para a garantia de direitos**. Disponível em: <<http://www.rebidia.org.br>>. Acesso em: 11 abr. 2006.

BRUSCHINI, M. C. A. **Mulher, casa e família: cotidiano nas camadas médias paulistas**. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1990.

CAJÚ, W. S. **A Dança de rua e seus paradigmas**. Disponível em: <<http://www.conexaodanca.art.br>> Acesso em: 10 jan. 2006.

CAMPOS, M. S; MIOTO, R. C. T. Política de Assistência Social e a posição da família na política social brasileira. Revista **Ser social**. v. 1, n. 1, 1998. p. 165-190.

CARDOSO, R. Fortalecimento da sociedade civil. In: **3º Setor. Desenvolvimento social sustentado**. 2ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 7 – 12.

CHENEY, S. **The Art of the Dance, Isadora Duncan**. Nova York: Theater Arts Books, 1997. p. 103.

CÓDIGO DE ÉTICA. **Lei rouanet**. Leis com Incentivos a Cultura. Disponível em: <http://www.sinprorp.org.br/codigo_de_etica/007.htm>. Acesso em: 20 mar. 2007.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. **CNM Educação**. Disponível em: <<http://www.cnm.org.br/educacao>>. Acessado em: 02 julh. 2007.

CONHECIMENTOS DE ARTE. **Caderno do professor**: saberes docentes em construção. Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação, Centro de Referência do Professor. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, n. 9. 40-47 p., abr. 2002.

COSTA JR, L. **Terceiro setor e economia social**. EAESP/FGV, 1997 (texto mimeografado).

DEMO, P. **Avaliação qualitativa**. Campinas, SP: Cortez: Autores Associados, 1996. 103 p.

DUARTE, G. D.; DIAS, J. M. **Responsabilidade social**: a empresa hoje. Rio de janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1986.

EDUCAÇÃO, Ministério da. **Linguagens, códigos e suas tecnologias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Orientações curriculares para o ensino médio, v. 1, 2006. 196-199 p.

FARO, A. J. **Pequena história da dança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. 149 p.

FERNANDES, R. C. **Privado porém público**: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 1994. p. 20-90.

FERREIRA, A. M. S. **Dimensões da qualidade de vida no meio rural de Santa Catarina e Rio Grande do Norte**. Viçosa, MG, UFV, 1986.

FERRO, A. R.; KASSOUF, A. L. **Avaliação do impacto dos programas de bolsa escola na incidência de trabalho infantil no Brasil**. Disponível em: <<http://209.85.165.104/search?q=cache:O7kEDzvBI5IJ:www.anpec.org.br/entro2003/artigos/F32.pdf+impactos+programas+sociais+no+rendimento+escolar&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=6>> . Acesso em: 17 abr. 2007.

FERRO, V. M. **Inclusão digital e responsabilidade social**. Disponível em: <<http://www.sampaorg.net4.com>>. Acesso em: 02 jun. 2006.

FISCHER, R. M. **O desafio da colaboração**: práticas de responsabilidade social entre empresas e terceiro setor. São Paulo: Gente, 2002. p. 172-180.

FISCHER, A. M. **Programa TIM ArtEducação, 2003**. Disponível em: <<http://www.timmaxtel.com.br>>. Acesso: em 20 abr. 2006.

GADOTTI, M. **Escola cidadã**. São Paulo: Cortez, Coleção Questões da Nossa Época, v. 24, 1993. 78 p.

GARAUDY, R. **Dançar a vida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 20-85.

GIROLAMO, N. P. di. **O Terceiro setor**. Portal do Espírito, 2000. Disponível em: <<http://www.espirito.org.br/portal/artigos/diversos/assistencia/o-terceiro-setor.html>>. Acesso em: 15 fev. 2006.

GOMES, K. N. M. Responsabilidade Social nas empresas: Uma Nova Postura Empresarial – o caso CST. In: **Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades**, v.3, 3ed, Peirópolis, São Paulo, 2004, p 33-73.

GOLDANI, A. M. **As famílias brasileiras**: mudanças e perspectivas. Cad. Pesq., São Paulo, n. 91, nov. 1994. p. 7-22.

GUARESCHI, N. M. de F.; HÜNING, S. M. **Tecnologias de governo**: construindo a situação de risco social de crianças e adolescentes. Currículo sem Fronteiras, v. 2, n. 2, jul./dez., 2002. p. 41-56. Disponível em <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol2iss2articles/simoneuza.pdf>> Acesso em: 26 abr. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE, Censo Demográfico 2000**. Resultados do Universo. Rio de Janeiro, 2000. p. 293-312.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 13 jan. 2006 a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Relatório ONU**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 13 jan. 2006 b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais 2006**. Estudos & Pesquisas: informação demográfica e socioeconômica, n. 19. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadores_minimos/sinteseindicsoais2006/indic_sociais2006.pdf> Acesso em: 10 abr. 2007.

JACOBI, P. R. **Políticas sociais e ampliação da cidadania**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 20-49.

JAMUR, M. As configurações da questão social no Brasil e dos desafios dos serviços social. **Serviços social & realidade**, v. 12, p. 209, 2003.

JELIN, E. **Construir a cidadania: uma visão desde baixo**. Revista Lua Nova. São Paulo, Cedec, p. 33-58, 1994.

KAMEYAMA, N. **Ética empresarial**. Revista Praia Vermelha, 11, 2º sem. 2004. 148-166.

LEONTIEV, A. **O Desenvolvimento do psiquismo humano**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978. 350 p.

LOPES, C. H. **Pé na estrada**: Programa Tim ArtEducAção, Tim Estado de Minas Grandes Escritores. Belo Horizonte (MG): Sografe, 2002. 152 p.

LORETO, M. D. S.; PEREIRA, R. C. B.; OLIVEIRA, I. A.; LELIS, M. G.; SAMPAIO, J. F.; ROSADO, A. P. N. Responsabilidade e inclusão social: experiências e desafios do programa tim arteducação em Viçosa/MG. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL, 2, 2007, Belo Horizonte: **Anais...** Belo Horizonte (MG): PUC Minas, 2007.

MANHÃES, J. M. **A ética empresarial no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1999.

MARTINS, E. B. C. **O processo de participação na escola pública**: perspectiva dos sujeitos envolvidos. São Paulo: UNESP, 2003. 281 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social).

MARTON, R. A. **Histórico do terceiro setor no Brasil**. Disponível em: <http://www.terceirosetor.pro.br/artigo_historico.asp>. Acesso em: 15 abr. 2006.

MEDIA MANIA. **Programa TIM ArtEducAção**. 2005. Disponível em: <<http://www.mediamania/eventos.com.br>> Acesso em: 22 abr. 2006.

MELO NETO, F. P. de; FROES, C. **Responsabilidade social & cidadania empresarial**: a administração do terceiro setor. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2003. p. 11-48.

MORAES, M. L. Q. de. **Infância e cidadania**. Cad. Pesq., São Paulo, n. 91, p. 23-30, nov. 1994.

NOVA ESCOLA. Edição especial. **Parâmetros curriculares nacionais: fáceis de entender de 5ª a 8ª série**. 2000. p. 37.

OSSANA, P. **A educação pela dança**. São Paulo: Summus, 1988. 175 p.

OSTROWER, F. Sobre a questão da arte na educação. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE O PAPEL DA ARTE NO PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DA CRIANÇA E DO JOVEM, 1, 1995, São Paulo. **Anais...** São Paulo: UNICSUL, 1986. p. 10-17.

PALMA FILHO, J. C. A criança, o jovem e a educação no Brasil: o mito do ensino modernizante e a questão da arte. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE O PAPEL DA ARTE NO PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DA CRIANÇA E DO JOVEM, 1, 1995, São Paulo. **Anais...** São Paulo: UNICSUL, 1995. p. 227-234.

PELIANO, A. M. T. M. (coord.). **A iniciativa privada e o espírito público: um retrato de ação social das empresas do Sudeste brasileiro**. Brasília: Ipea, 2000.

PESTANA, M. I. G. de S. Avaliação educacional: o sistema nacional de avaliação da educação básica. In: RICO, E. M. **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 1999. p. 53-63.

PINHEIRO, L. V. R. **“Educação da sensibilidade”, informação em arte e tecnologias para inclusão social**. Brasília: Inclusão Social, v. 1, n. 1, out/mar, 2005. p. 51-55.

PONTUAL, P. Papel do Estado e dos governos locais no desenvolvimento social: constrangimentos e desafios. In: SEMINÁRIO POLÍTICO SOCIAL DO MUNICÍPIO PARA CRIANÇA PEQUENA, 2000, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: PBH/SMDs/DPCA/Programa de Creches/Novas Ações, 2000. p. 22-103.

QUEIROZ, V. M. V.; COSTA, L. C.; FRANÇA, W. F. A.; LELIS, M. G.; COSTA, L. L. da. Projeto UFV Cidadã: Universidade como Instrumento de Avaliação e a Construção de Políticas Públicas para a Inclusão Social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2, Belo Horizonte, 2004. **Anais...** Belo Horizonte: 2004.

RAMOS, P. C. **Responsabilidade social:** uma nova estratégia para a imagem institucional das empresas. UNISINOS: 2002. Disponível em: <<http://www.portal-rp.com.br/projetosacademicos/conceituais/0029.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2006.

RAQUEL, L. **Caracterização do terceiro setor.** Disponível em: <<http://www.iuvb.edu.br/atualidades/artigos>>. Acesso em: 21 mar. 2006.

READ, H. **A Educação pela arte.** Cidade: Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 1982. 396 p.

REIS, J. R. T. Família, emoção e ideologia. In: LANE, Si. T. M. e CODO, W. (orgs.). **Psicologia social:** o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 2001. p. 99-123.

RIFKIN, J. **Fim dos empregos.** O declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. São Paulo: Makron Books, 1995. 349 p.

RODRIGUES, M. L. et alli. **Família e desenvolvimento humano na economia familiar:** o programa de educação infantil no laboratório de desenvolvimento humano. Viçosa: UFV, 1996.

RODRIGUES, M. C. P. **Ação social das empresas privadas:** como avaliar resultados?: a metodologia EP2ASE. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 16-55.

ROUANET, P. S. **As razões do iluminismo.** São Paulo, Cia das Letras, 1992. 349 p.

SALAMON, L. **Global Civil Society: dimensions of the nonprofit sector.** Baltimore: Johns Hopkins Center for Civil Society Studies. 1997.

SANTOS, A. C. de A. Políticas Públicas: em busca de mais eficácia e efetividade. In: SEMINÁRIO POLÍTICO SOCIAL DO MUNICÍPIO PARA CRIANÇA PEQUENA, 2000, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: PBH/SMDS/DPCA/Programa de Creches/Novas Ações, 2000. p. 164.

SARTI, C. A. **A família como espelho**: Um estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo: Autores Associados, 1996.

SCHOBBER, Juliana. **Hip-hop: das seções policiais para os cadernos culturais dos jornais**. Cienc. Cult., Apr./June 2004, vol.56, n. 2, p. 54-55. ISSN 0009-6725. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252004000200025&script=sci_arttext Acesso em: 12 mar. 2006.

SCURO NETO, P. A função da arte na sociedade moderna. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE O PAPEL DA ARTE NO PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DA CRIANÇA E DO JOVEM, 1, 1995, São Paulo. **Anais...** São Paulo: UNICSUL, 1995. p. 251-252.

SOARES, Z. B. R.; SANTOS, J. R. dos; SANCHEZ, C.; ÂNGELO, A.; SOARES, A. R. **Arte na escola**. Anais do Primeiro Seminário Nacional sobre o Papel da Arte no Processo de Socialização e Educação da Criança e do Jovem. São Paulo: UNICSUL, 1995. 440 p.

SOUZA, M. M. C. de. **A importância de se conhecer melhor as famílias para a elaboração de políticas sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (ISSN 1415-4765)

TALENTOS BRASIL – Portal de Cultura e Turismo de Rondônia. **Educação – educar através da arte**. Disponível em: <http://www.talentosbrasil.com.br/show.jsp?CdMateria=16870>. Acesso em: 20 mar. 2006.

TIM MAXITEL. **Programa Tim ArtEducação**. Disponível em: http://www.timmaxitel.com.br/comum/empresa/interna_programa_tim_arteducacao.asp Acesso em: 02 mar. 2005.

VELASQUEZ, M. G. **Hecatombe x ECA**. Ministério Público, Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em < www.mp.rs.gov.br/infancia/doutrina/id527.htm > Acesso em 23 abr. 2007.

ANEXO I

Questionário – Famílias Programa Tim ArtEducação/Projeto Oficina Dança de Rua

I. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL:

- 1) Nome: _____
- 2) Idade: _____ Data de nascimento: ____/____/____
- 3) Sexo: _____
- 4) Endereço: _____
- 5) Escolaridade: _____
- 6) Ocupação: _____

II. IDENTIFICAÇÃO DA FAMÍLIA:

- 7) Renda Familiar Total:
() Até 1 salário mínimo () De 1 a 2 sm () De 2 a 3 sm () De 3 a 4 sm
() De 4 a 5 sm () De 6 a 10 sm () Sem declaração

III. CONDIÇÕES HABITACIONAIS:

8) Tipo de Construção:

() Alvenaria () Madeira () Outras (Qual?) _____ () Não respondeu

9) Situação da residência:

() Própria () Cedida () Alugada Outros (Qual?) _____ () Não respondeu

10) Energia elétrica:

() Possui () Não possui

11) Abastecimento de água:

() Rede pública () Poço ou cisterna () Outros (Qual?) _____

12) Tratamento da água de consumo:

() Filtrada () Fervida () Outros (Qual?) _____ () Sem tratamento

13) Destino dos dejetos:

() Fossa seca () Fossa séptica () Outros (Qual?) _____

14) Destino do lixo:

() Coletado () Queimado () Enterrado () Outros (Qual?) _____

III. O Programa Tim ArtEducAção

15) Quando eu falo a palavra Programa Tim ArtEducAção, o que vem à sua cabeça?

R: _____

16) Você já ouviu falar do Programa Tim ArtEducAção?

R: _____

17) Você considera o Programa TIM ArtEducAção:

A () Eficiente

B () Transformador

C () Revelador de talentos

D () Incentivador das culturas

E () Ineficiente

F () Não conheço o Programa.

18) O que você ouviu a respeito do Programa TIM ArtEducação?

A () Que mudou a vida das crianças e jovens

B () Que melhorou o relacionamento dentro da família

D () Que melhorou a disciplina

E () Que contribuiu para o crescimento pessoal

F () Que ofereceu oportunidades para talentos artísticos

G () Nunca ouvi nada a respeito do programa

H () Outros. Quais: _____

19) Como você acha que a família poderia ser útil ao Programa TIM ArtEducação?

A () No envolvimento da adolescente

B () Participação em ações voluntárias

C () Na divulgação do Programa

D () No incentivo à participação da adolescente

E () Outros. Quais? _____

F () Não respondeu pois não sabe o que é o Programa

20) Você participa do Programa Tim ArtEducação?

() Sim () Não

Se afirmativo, como? _____

IV. O Projeto Oficina Dança de Rua

21) Quando eu falo a palavra Oficina Dança de Rua, o que vem à sua cabeça?
R: _____

22) Você já ouviu falar na Oficina Dança de Rua?
R: _____

23) Como e por que seu filho foi selecionado para fazer parte do Projeto Oficina Dança de Rua?
R: _____

24) Qual foi seu nível de participação nessa seleção?
R: _____

25) Você conhecia o Projeto Oficina Dança de Rua antes do adolescente participar?
() Sim () Não

26) Caso positivo, de que forma você conhecia?

R: _____

27) Caso negativo, como você ficou conhecendo?

R: _____

28) Você tem um adolescente que participa da Oficina de Dança de Rua. O que você acha dele participar da oficina?

R: _____

29) O que representa para a sua família a participação do adolescente no Projeto Oficina Dança de Rua?

A () Diversão

B () Ocupação do tempo

C () Promoção de encontro de pessoas

D () Desenvolvimento de pessoas

E () Realização de um sonho

F () Nada

G () Outros. Quais? _____

30) Como você avalia o comportamento atual do adolescente, em casa, após a participação dele no Projeto Oficina Dança de Rua?

A () Melhorou muito

B () Melhorou ligeiramente

C () Sem alteração significativa

D () Piorou ligeiramente

E () Piorou muito

Explique sua resposta: _____

31) Como você avalia o comportamento atual do seu filho, na escola, após a participação dele no Projeto Oficina Dança de Rua?

A () Melhorou muito

B () Melhorou ligeiramente

C () Sem alteração significativa

D () Piorou ligeiramente

E () Piorou muito

Explique sua resposta: _____

32) Com relação ao rendimento escolar, após participar do Projeto Oficina Dança de Rua, o adolescente:

A () Melhorou muito

- B () Melhorou ligeiramente
- C () Sem alteração significativa
- D () Piorou ligeiramente
- E () Piorou muito

33) Quais as dificuldades que o seu filho tem para freqüentar/participar o Projeto Oficina Dança de Rua?

- A () Falta de interesse
- B () Falta de tempo
- C () Falta de colaboração entre os profissionais envolvidos
- D () Transporte
- E () Nenhuma
- F () Dificuldades dentro da família. Explique _____
- G () Outros. Quais: _____

34) Quais as facilidades que o seu filho tem para freqüentar/participar o Projeto Oficina Dança de Rua?

- A () Possui transporte
- B () A oficina é realizada na própria escola
- C () Interessa pela oficina
- D () Gosta de dançar
- E () Apoio da família
- F () Outros. Quais _____

35) A partir da participação no Projeto Oficina Dança de Rua, o que você espera para a vida do seu filho?

- A () Mudança de comportamento
- B () Mais conhecimento
- C () Tornar-se mais participativo
- D () Melhor uso do tempo
- E () Melhor qualidade de vida atual e futura
- F () Melhor situação econômica
- H () Reconhecimento do talento
- I () Não espero nada do Projeto
- I () Outros. Quais: _____

36) Quais são os principais impactos/resultados do Projeto Oficina Dança de Rua em sua família?

- A () Contribuiu para a harmonia da família
- B () Amenizou problemas relacionados a violência

- C () Aproximou mais os membros da família
- D () Despertou o interesse de outros familiares para a dança de rua
- E () Melhorou a qualidade de vida
- F () Outros. Quais? _____
- G () Não teve influência na família

37) Sua família considera o Projeto Oficina Dança de Rua:

- A () Excelente
- B () Muito bom
- C () Bom
- D () Razoável
- E () Ruim

38) O que você ouviu a respeito do Projeto Oficina Dança de Rua?

- A () Que mudou a vida das crianças e adolescentes
- B () Que melhorou o relacionamento dentro da família
- D () Que melhorou a disciplina
- E () Que contribuiu para o crescimento pessoal
- F () Que ofereceu oportunidades para talentos artísticos
- G () Nunca ouvi nada a respeito do projeto
- H () Outros. Quais: _____

39) Em sua opinião, o que o adolescente acha do Projeto Oficina Dança de Rua?

- A () Excelente
- B () Muito bom
- C () Bom
- D () Razoável
- E () Ruim
- F () Nunca falou sobre isto

40) Em relação ao Projeto Oficina Dança de Rua, você está:

- A () Muito satisfeito
- B () Satisfeito
- C () Pouco Satisfeito
- D () Insatisfeito
- E () Não conheço o Projeto.

41) Na sua opinião, você identifica alguma contribuição do Projeto Oficina Dança de Rua para o seu filho?

- () Sim
- () Não

Se afirmativa, quais? _____

42) Na sua opinião, além do comportamento e do desempenho escolar, você identifica outros efeitos teve o Projeto Oficina Dança de Rua em sua família?

R: _____

43) Na sua opinião, quais são os pontos positivos do Projeto Oficina Dança de Rua?

R: _____

44) Na sua opinião, quais são os pontos negativos do Projeto Oficina Dança de Rua?

R: _____

45) Quais as sugestões você daria para melhorar o Projeto Oficina Dança de Rua?

R: _____

46) Na sua opinião, existe alguma forma da família contribuir para o Projeto Oficina Dança de Rua?

R: _____

ANEXO II

Questionário – Adolescentes Programa Tim ArtEducAção/Projeto Oficina Dança de Rua

I. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL:

1) Nome: _____

2) Idade: _____ Data de nascimento: ____/____/____

3) Sexo: _____

4) Endereço: _____

5) Escolaridade: _____

II. IDENTIFICAÇÃO DA FAMÍLIA:

7) Composição Familiar:

NOME	PARENTESCO	IDADE	ESCOLARIDADE	OCUPAÇÃO

8) Você já participou de alguma atividade, ação ou projeto social antes?

() Sim () Não

Se afirmativa, qual(is)? _____

III. O Programa Tim ArtEducAção

9) Quando eu falo a palavra Programa Tim ArtEducAção, o que vem à sua cabeça?

R: _____

10) Você já ouviu falar do Programa Tim ArtEducAção?

R: _____

11) Você considera o Programa TIM Arteducação:

A () Excelente

B () Muito bom

C () Bom

D () Razoável

E () Ruim

12) O que você ouve a respeito do Programa TIM ArtEducAção?

A () Que mudou a vida das crianças e jovens

B () Que melhorou o relacionamento dentro da família

D () Que melhorou a disciplina

E () Que contribuiu para o crescimento pessoal

F () Que ofereceu oportunidades para talentos artísticos

G () Nunca ouvi nada a respeito do Programa.

G () Outros. Quais: _____

13) Você acha que a participação família poderia ser útil ao Programa TIM ArtEducAção?

() SIM () NÃO

Em caso afirmativo, como?

A () No envolvimento da criança/adolescente

- B () Participação em ações voluntárias
C () Na divulgação do Programa
D () No incentivo à participação do adolescente
E () Outros _____

IV. O Projeto Oficina Dança de Rua

14) Quando eu falo a palavra Oficina Dança de Rua, o que vem à sua cabeça?
R: _____

15) Como você ficou conhecendo o Projeto Oficina Dança de Rua?
R: _____

16) Como você passou a fazer parte desse projeto?
R: _____

17) O que levou a você escolher a Oficina de Dança de Rua?
R: _____

18) Você conhece as outras oficinas do Programa Tim ArtEducação?
() Sim () Não
Quais? _____

19) O que você espera do Projeto Oficina Dança de Rua?

- A () Melhorar a disciplina
B () Trazer novos conhecimentos
C () Ser mais participativo
D () Mudar a vida da sua família
E () Melhoria da qualidade de vida atual e futura
F () Melhoria da situação econômica
G () Ocupação do tempo livre
H () Reconhecimento
I () Ser feliz
J () Ser dançarino
K () Aprender
L () Contribuir para o seu crescimento pessoal
M () Outros. Quais: _____

20) O que representa sua participação no Projeto Oficina Dança de Rua?

- A () Diversão
B () Ocupação do tempo

- C () Promoção de encontro de pessoas
- D () Desenvolvimento de pessoas
- E () Realização de um sonho
- F () Nada

21) Após um ano de participação no Projeto Oficina Dança de Rua, você acha que sua vida:

- A () Melhorou muito
- B () Melhorou ligeiramente
- C () Sem alteração significativa
- D () Piorou ligeiramente
- E () Piorou muito

Explique sua resposta: _____

22) Na sua opinião, quais são os principais impactos/resultados do Projeto Oficina Dança de Rua em sua família?

- A () Contribuiu para a harmonia da família
- B () Amenizou problemas relacionados a violência
- C () Aproximou mais os membros da família
- D () Despertou o interesse de outros familiares para a dança de rua
- E () Outros. Quais? _____
- F () Não teve influência sobre a família

23) Você considera o Projeto Oficina Dança de Rua:

- A () Excelente
- B () Muito bom
- C () Bom
- D () Razoável
- E () Ruim

24) O que você ouviu a respeito do Projeto Oficina Dança de Rua?

- A () Que mudou a vida das crianças e jovens
- B () Que melhorou o relacionamento dentro da família
- D () Que melhorou a disciplina
- E () Que contribuiu para o crescimento pessoal
- F () Que ofereceu oportunidades para talentos artísticos
- G () Nunca ouvi nada a respeito do Programa.
- H () Outros. Quais: _____

25) Em relação ao Projeto Oficina Dança de Rua, você está:

- A () Muito satisfeito

- B () Satisfeito
C () Pouco Satisfeito
D () Insatisfeito

26) Na sua opinião, quais são os pontos positivos do Projeto Oficina Dança de Rua?

R: _____

27) Na sua opinião, quais são os pontos negativos do Projeto Oficina Dança de Rua?

R: _____

28) Na sua opinião, você identifica alguma contribuição do Projeto Oficina Dança de Rua para você?

() Sim () Não

Se afirmativo, quais as principais? _____

29) Na sua opinião, você identifica alguma contribuição do Projeto Oficina Dança de Rua para sua família?

() Sim () Não

Se afirmativo, quais as principais? _____

30) Se fosse possível, o que você mudaria no Projeto Oficina Dança de Rua para torná-lo melhor?

R: _____

31) Na sua opinião, existe alguma forma da sua família contribuir para o Projeto Oficina Dança de Rua?

R: _____

APÊNDICE I

Programa Tim Cidadania e projetos envolvidos

TIM Estado de Minas Grandes Escritores

Em seu quarto ano, pretende continuar estimulando a leitura por meio do encontro com nomes consagrados da literatura brasileira. Os escritores fazem palestras abertas ao público para falar de suas obras e suas vidas, proporcionando um encontro valioso entre o livro e o processo educacional. Este Projeto também contribui para a população com a doação de livros. Desde 2003, as bibliotecas públicas das cidades participantes recebem as obras dos escritores que fazem parte do projeto.

Tim Valadares Jazz Festival

Objetiva a divulgação da música instrumental brasileira e jazz norte-americano, envolvendo não só shows, como workshops, mostras de vídeo, debates, palestras e mostras de fotografias. O festival proporciona o intercâmbio dos músicos de Governador Valadares com músicos que atuam no eixo Rio-São Paulo e no exterior, no Centro Cultural Hermínio Gomes da Silva e no teatro Atiaia, em Governador Valadares (MG).

Manutenção do Palácio das Artes

A TIM é uma das empresas mantenedoras do Palácio das Artes pelo segundo ano consecutivo. Investindo na casa de espetáculos mais importante de Belo Horizonte, a TIM reafirma seu compromisso com a cultura e, principalmente com a música.

Série de Concertos Tim

Uma temporada inteira de música clássica durante todo o ano, com apresentação da Orquestra Sinfônica de Minas Gerais e convidados de renome. Os concertos acontecem no Grande Teatro do Palácio das Artes, em Belo Horizonte (MG).

16º Festival

Uma quinzena de cursos, oficinas, concertos e debates em torno da música colonial e antiga acontece durante o Festival Internacional de Música Colonial Brasileira e Música Antiga, realizada durante o mês de julho, em Juiz de Fora (MG). A organização do Festival oferece ainda cursos e oficinas de instrumentos tradicionais e de época aos participantes, que vem de várias partes do Brasil e do mundo. Além disso, são quinze dias dedicados a concertos diários, palestras, lançamento de livro e uma programação paralela de arte e cultura em Juiz de Fora e cidades históricas de Minas.

Clássicos Tim

Parceria entre a TIM e o Centro Cultural Pró-Música, o projeto Clássicos TIM leva a Juiz de Fora (MG) uma série de 12 concertos ao longo do ano. A idéia é possibilitar a apresentação de nomes da música erudita, em eventos abertos ao público, todos com entrada franca.

Festival tudo é Jazz

A TIM patrocina o Festival Tudo é Jazz, em Ouro Preto (MG). O Festival leva à histórica cidade mineira grandes artistas do jazz e da música contemporânea numa equilibrada mistura de nomes consagrados e dos mais elogiados músicos da nova geração.

Ateliê dos Coreógrafos

O Ateliê é uma vitrine dirigida a pessoas interessadas em conhecer o potencial de coreógrafos brasileiros, possibilitando novas oportunidades e sedimentando o trabalho desses criadores no mercado nacional e, posteriormente, no mercado internacional. É promovido pela EP Produções Culturais e patrocinado pela TIM e Copene através do Programa Estadual de Incentivo à Cultura do Estado da Bahia (FazCultura).

Tim PercPan

Reconhecido internacionalmente como um dos projetos mais expressivos e originais do gênero percussivo, o PercPan passa, a partir deste ano, a se chamar TIM PercPan. Uma das principais características do festival é tratar a percussão como uma linguagem universal de comunicação e integração entre os povos. Com a chancela da TIM, o evento foi realizado no Rio, no Teatro Carlos Gomes, e em Salvador, no Teatro Castro Alves.

O Circuito Dell'Arte de Dança

O Circuito Dell'Arte de Dança garanti presença das mais importantes companhias de dança do mundo na atualidade como: Ballet Antonio Gades, Kirov, Béjart, Companhia Antonio Márques, Bolshoi, Momix, Ballet Nacional da

China entre outros tantos nomes fundamentais na cena da dança mundial, em Belo Horizonte (MG). As apresentações têm o patrocínio da TIM e acontecem no Grande Teatro do Palácio das Artes.

Valores de Minas

Programa do governo de Minas, apoiado pela TIM e diversas outras empresas, onde 500 jovens estudantes de escolas estaduais de Belo Horizonte têm a oportunidade de desenvolver talentos artísticos e ampliar a sua convivência social. Desenvolvido pelo SERVAS (Serviço Voluntário de Assistência Social), o Programa iniciou suas atividades em abril de 2005 com aulas de teatro, dança, canto, circo, artes plásticas e oficinas teóricas de cidadania, história da arte, literatura e ética.

Série de Concertos Eruditos

Durante oito meses do ano são realizados concertos nobres, vesperais sinfônicos, ciclo das igrejas e concertos populares com a Orquestra Sinfônica da Bahia e convidados.

Tim Pró-Ópera

Mais uma parceria da TIM com o Centro Cultural Pró-Música. Com este projeto, Juiz de Fora passa a ser palco de recitais mensais de ópera, com caráter didático. O projeto consiste na apresentação de cantores, escolhidos entre os melhores em atuação no momento, acompanhados por pianistas com ampla experiência no gênero, sempre acompanhados por explicações sobre cada trecho. O principal objetivo da iniciativa, inédita na cidade e desenvolvida em parceria com Walter Neiva, um dos nomes mais importantes do cenário operístico brasileiro, é formar público apreciador do gênero no município.

Tim Pró-Jazz Festival

O Pró Jazz Festival nasceu com a intenção de criar um espaço específico para a música instrumental, oferecendo aos músicos brasileiros a

oportunidade de divulgarem seus trabalhos e, ao público, a possibilidade de acesso e contato com esses grandes artistas. O projeto, reconhecido no país, já foi incluído no calendário musical brasileiro e é mais uma parceria com o Pró-Música, em Juiz de Fora (MG).

Tim Pró-Arteeducação

Cem crianças e adolescentes de baixa renda de Juiz de Fora estão participando gratuitamente de oficinas de música, desenho, teatro, balé e capoeira, através do TIM Pró-Arteeducação. As atividades são realizadas todas as segundas-feiras, no teatro Pró-Música, durante dez meses. Esse é mais um projeto da operadora em parceria com o Centro Cultural Pró-Música em Juiz de Fora lançado neste ano. Cada aluno participa de uma oficina, formando ao todo cinco turmas de 20 integrantes em cada modalidade oferecida, em horário que não coincide com o da escola regular.

Projeto Tim Música nas Escolas

Projeto que acontece em Salvador (BA) e mais outras quatro capitais brasileiras desde 2003 continua em 2005 em sete escolas soteropolitanas atendendo a quase 2 mil alunos da cidade. O projeto tem como objetivo possibilitar a crianças e adolescentes o acesso a diferentes modos de aprendizagem e a atuação na sociedade, utilizando-se, para isso, da linguagem universal da música.

CARE

As crianças que viviam no lixão de Terra Dura, em Aracaju (SE), também são beneficiadas pelo TIM Cidadania. Para consolidar o Projeto Lixo e Cidadania, do Unicef, que visa retirar as crianças dos lixões, a TIM construiu uma Unidade de Beneficiamento e Reciclagem de Lixo para a CARE - Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju. Com melhores condições de vida e renda maior, complementada com o auxílio bolsa-escola, os pais podem manter os filhos na escola. A Unidade de Reciclagem é

administrada pela CARE, cujo Conselho de Fiscalização e Desenvolvimento é presidido pela TIM. Outras 15 instituições sergipanas fazem parte deste conselho, que também é apoiado pelo Ministério Público Estadual.

Bloco Oficina Tambolelê

Grupo de percussão mineiro, voltado para a experimentação rítmica dos sons de Minas Gerais, como o Congado, Boi de Reis, São Gonçalo e Lundu, o Tambolelê mantém trabalho social no bairro Novo Glória, em Belo Horizonte (MG), onde fica sua sede. Sob orientação do grupo e apoio da TIM, cerca de 250 jovens têm oportunidade de contato com a cultura através de oficinas de capoeira, tai-chi-chuan, canto, percussão, artesanato e cinema. Além da experimentação musical, os integrantes do Tambolelê fabricam seus próprios instrumentos e utilizam elementos do circo e do teatro em suas apresentações.

Hospital da Baleia

Reforma e compra de equipamentos para a ala de oncologia infantil do Hospital da Baleia, que recebe, mensalmente, 1.800 pacientes para tratamento do câncer. Segundo maior hospital geral de Minas Gerais em volume de atendimento à população de baixa renda, o Hospital da Baleia está construído numa área verde de reserva ambiental de 2.800 metros quadrados, em Belo Horizonte. Tem uma equipe de 170 médicos e é pioneiro no atendimento à AIDS, destinando 52 leitos de uma das suas unidades aos pacientes soropositivos. Também é o único hospital filantrópico a oferecer serviços odontológicos para a população carente.

Obras sociais irmã Dulce

HSA - Hospital Santo Antônio

Desde o início de suas operações, na Bahia, em 1998, a TIM é parceira das Obras Sociais Irmã Dulce, localizada em Salvador (BA). Inicialmente, a empresa patrocinou a reforma de enfermarias e ambulatórios do Hospital Santo Antônio.

Hospital da Criança: Pródiga em fazer o milagre da multiplicação, em 2000, as Obras Sociais Irmã Dulce triplicou seus tijolos e conseguiu erguer entre seus prédios aquele que é um orgulho do povo baiano. Construído com recursos doados pela TIM, Eletrobrás e Governo do Estado da Bahia, o Hospital da Criança atende 3.800 crianças por ano, com acompanhamento escolar durante o internamento.

Além de modelo de atendimento para a criança, o hospital espelha a visão de investimento social da TIM, para quem os recursos destinados à área social devem ser aplicados em projetos auto-sustentáveis, gerando lucro-social, em vez de estimular a benemerência ou filantropia. O Hospital da Criança é auto-sustentável através de um atendimento 100% SUS.

CESA - Centro Educacional Santo Antônio: Entre as inúmeras fontes de financiamento das Obras Sociais Irmã Dulce, que beneficiam 1 milhão de pessoas todas os anos, uma foi construída com recursos da TIM. É o Projeto Hidroponia, um sistema de estufas que produz alfaces hidropônicas, instalado no município de Simões Filho (BA). O resultado das vendas das alfaces é revertido para o Centro Educacional Santo Antônio (CESA), escola para 630 crianças e jovens carentes. A biblioteca do CESA também foi reformada pela TIM.

McDia Feliz

Apoio e participação na campanha de arrecadação de verba para instituições que proporcionam o tratamento do câncer infantil. A TIM em todo o Brasil participa desta ação em diferentes frentes como apadrinhamento de instituições e incentivo a participação do voluntariado interno no dia da campanha. Realizada por toda a rede McDonalds, a campanha arrecada dinheiro com a venda do sanduíche Big Mac, em um determinado dia do ano.

Programa Coração Amigo

Grupo de voluntários formado pelos colaboradores da TIM. O objetivo é encaminhar voluntários para entidades que necessitem desse tipo de trabalho e

fazer mobilizações para que mais pessoas desenvolvam essa prática. Além disso, o grupo realiza campanhas internas de inverno, de natal, volta às aulas e dia das crianças com objetivo de realizar doações a diversas entidades.

Dos vinte e três projetos que compõem o Tim Cidadania, o mais importante, abrangente e que cresce a cada ano é o Programa Tim ArtEducação, objeto de estudo dessa pesquisa.

FONTE:

TIM MAXITEL. **Programa Tim ArtEducação.** Disponível em: www.timmaxitel.com.br/comum/empresa/interna_programa_tim_arteducacao.asp> Acesso em 02 mar. 2005.

APÊNDICE II

Lei Estadual de Incentivo a Cultura

A Lei Estadual de Incentivo à Cultura de Minas Gerais é um instrumento que tem possibilitado a realização de importantes projetos culturais em nosso Estado. Através de seus mecanismos, a Lei de Incentivo aproxima produtores, artistas, investidores e público, contribuindo para a dinamização e consolidação do mercado cultural em Minas Gerais.

Como Funciona

A Lei Estadual de Incentivo à Cultura tem como base o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Toda empresa que apoiar financeiramente um ou mais projetos culturais poderá deduzir do imposto devido até 80% do valor destinado ao projeto. A dedução dos recursos

investidos será efetuada a cada mês, não podendo exceder a 3% do valor do ICMS a ser pago no período, até atingir o montante total dos recursos dedutíveis. A inovação dessa legislação, comparada a outros mecanismos de incentivo, é que ela é a única no Brasil a admitir como incentivador aquele contribuinte inscrito em Dívida Ativa até 31 de dezembro de 1999. Este poderá quitar a dívida, parceladamente, com 25% de desconto, desde que apóie financeiramente projeto cultural previamente aprovado.

Quem Pode Apresentar Projetos

O Empreendedor Cultural é a pessoa física ou jurídica comprovadamente estabelecida em Minas Gerais há pelo menos um ano, com objetivo e atuação efetiva na área cultural e diretamente responsável pela promoção e execução do projeto cultural apresentado. Também podem apresentar projetos as entidades da Administração Pública Indireta Estadual que desenvolvam atividade artística ou cultural.

Quem é o Incentivador Cultural

Incentivador é o contribuinte do ICMS que apóia financeiramente projeto cultural previamente aprovado pela Comissão Técnica de Análise de Projetos (CTAP), participando com, no mínimo, 20% do total de recursos a ele destinados. Estes 20% são considerados participação própria do Incentivador. Esta contrapartida pode ser efetivada em moeda corrente, fornecimento de mercadorias, prestação de serviços ou cessão de uso de imóvel, necessários à realização do projeto.

Áreas Contempladas

Confira se seu projeto é realmente de caráter estritamente artístico-cultural antes de apresentá-lo à CTAP. Veja se ele se enquadra em alguma das 12 áreas seguintes:

- 1.** teatro, dança, circo, ópera e congêneres;
- 2.** cinema, vídeo, fotografia e congêneres;

3. design, artes plásticas, artes gráficas, filatelia e congêneres;
4. música;
5. literatura, inclusive obras de referência, revistas e catálogos de arte;
6. folclore e artesanato;
7. pesquisa e documentação na área artístico-cultural e seus vários segmentos;
8. preservação e restauração do patrimônio histórico e cultural;
9. biblioteca, arquivo, museu e centro cultural;
10. bolsas de estudo nas áreas cultural e artística;
11. seminário ou curso de caráter cultural ou artístico destinado à formação, especialização e aperfeiçoamento de pessoal na área de cultura em estabelecimento de ensino sem fins lucrativos;
12. transporte e seguro de objeto de valor cultural destinado à exposição pública.

Avaliação

Os projetos são analisados pela Comissão Técnica de Análise de Projetos (CTAP), que considera desde os critérios técnicos - pré-requisitos quanto ao Empreendedor e enquadramento de seu projeto, viabilidade técnica e exequibilidade, detalhamento orçamentário, efeito multiplicador e benefício social - até o fato de possuírem caráter estritamente artístico-cultural e interesse público. A CTAP é uma comissão paritária, composta por representantes da Secretaria de Estado da Cultura e das entidades culturais do Estado, tendo total autonomia na avaliação e julgamento dos projetos. Verifique sempre atentamente o edital publicado, pois, além do período de inscrição dos projetos, ele define os critérios de julgamento das propostas e a documentação necessária.

FONTE:

MINAS GERAIS. **Lei Estadual de Incentivo a Cultura**. Disponível em www.cultura.mg.gov.br/acao/comofunc.html>. Acesso em 05 jan. 2006.